

**A REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. UMA PROPOSTA DE
REFORMULAÇÃO**

**PEDRO JORGE RAMOS VIANNA
MARCOS COSTA HOLANDA
ANTONIO LISBOA TELES DA ROSA**

APRIGIO BOTELHO LÓCIO

FORTALEZA, JULHO/ 2005

CONTEÚDO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. CONCEITOS E MÉTODOS DE REGIONALIZAÇÃO**
 - 2.1. Conceitos**
 - 2.2. Metodologias e Modelos**
 - 2.3. O Arcabouço Metodológico para a Identificação de uma Região**
- 3. ANTECEDENTES**
- 4. AS DIVERSAS REGIONALIZAÇÕES HOJE EXISTENTES NO ESTADO DO CEARÁ**
- 5. BREVE DIAGNÓSTICO DAS REGIONALIZAÇÕES EXISTENTES NO ESTADO**
- 6. OS ESPAÇOS DE CONVERGÊNCIA DOS FLUXOS SÓCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS NO CEARÁ**
- 7. A AVALIAÇÃO DAS REGIONALIZAÇÕES EXISTENTES**
- 8. PROPOSTA DE UMA NOVA REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ**
 - 8.1. O Arcabouço Teórico**
 - 8.2. A Nova (Proposta) de Regionalização do Ceará**
 - 8.3. Os Municípios Integrantes da Nova regionalização**
 - 8.4. Os Municípios (Cidades)-Pólo**
 - 8.5. Descrição das Novas Regiões Sugeridas**

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

- ANEXO 1 - DESCRIÇÃO DAS MACRO E MICRORREGIÕES EXISTENTES NO CEARÁ**
- ANEXO 2 - AS REGIONALIZAÇÕES DO ESTADO DO CEARÁ. MUNICÍPIOS-SEDE EXISTENTES**
- ANEXO 3 - TABELA SÍNTESE DA NOVA REGIONALIZAÇÃO**
- ANEXO 4 – MAPAS DA NOVA REGIONALIZAÇÃO**
- ANEXO 5 - POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DAS REGIÕES**
- ANEXO 6 – TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, POR REGIÃO E MUNICÍPIOS. 1992 – 2004**
- ANEXO 7 – TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB POR REGIÃO E MUNICÍPIOS**
- ANEXO 8 - OS INDICADORES DE ATRAÇÃO**

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista a proliferação de “regionalizações” existentes no Estado do Ceará, conforme se verá adiante, algumas perguntas afloram com frequência sobre a lógica, os efeitos, a validade, os porquês, enfim, de tantas regionalizações.

Especificamente, podemos indagar sobre quais contribuições essas regionalizações trouxeram para a administração pública do Estado do Ceará. Por outro lado, em termos técnicos, podemos fazer as seguintes perguntas, dentre outras: a) tais regionalizações guardam alguma correlação entre si? b) que metodologias foram utilizadas para o estabelecimento de tais regionalizações? c) há alguma similitude entre a regionalização do Estado feita pelo IBGE e estas outras regionalizações?

O objetivo do presente trabalho é tentar responder a estas perguntas e apresentar uma proposta de uma única regionalização para o Ceará.

A análise que aqui será feita prender-se-á às regionalizações estabelecidas pelos órgãos do executivo cearense, haja vista serem estas as regionalizações que podem ser modificadas. Significa isto dizer que as regionalizações promovidas por órgãos federais (como, por exemplo, o IBGE), órgãos do poder legislativo estadual e instituições privadas não serão objeto de análise neste trabalho.

Os assuntos tratados no presente trabalho distribuir-se-ão por 8 diferentes itens, exclusive esta Introdução.

Dada a complexidade do tema, far-se-á no item 2, uma breve discussão teórica do que trata a Economia Regional, chamando-se a atenção para as diversas metodologias e modelos de regionalização de um espaço geográfico.

No item 3 far-se-á um breve histórico dos ANTECEDENTES do processo de regionalização do Estado, comentando-se as diversas tentativas estabelecidas em todos os Planos de Governo, a começar pelo primeiro governo do Cel. Virgílio Fernandes Távora (1963-1967), até o advento do terceiro governo do Sr. Tasso Ribeiro Jereissati (1999 – 2002).

No item seguinte, Item 4, apresentar-se-á as diversas regionalizações hoje existentes no Estado.

Dando continuidade à análise, far-se-á, no item 5, um diagnóstico sucinto das regionalizações existentes, que será seguido, no item 6, por uma discussão acerca da existência de espaços de convergência dos fluxos sócio-econômico-institucionais existentes no Estado.

O item 7 será aquele no qual as respostas às perguntas acima formuladas serão respondidas.

Finalmente, no item 8, será apresentada uma proposta de regionalização única para o Estado do Ceará.

2. CONCEITOS E MÉTODOS DE REGIONALIZAÇÃO

2.1. CONCEITOS

Sem querermos fazer um “survey” sobre Economia Regional, ou mesmo sobre as Metodologias de Regionalização utilizadas nos dias de hoje, vamos fazer neste item breves considerações sobre alguns conceitos que normalmente são envolvidos em estudos de regionalização.

Em primeiro lugar, temos que ter em mente o significado intrínseco do termo “região”. Este termo, normalmente, está associado a um determinado espaço físico, caracterizado por determinadas condições especiais, tais como condições físicas, climáticas, locacionais, culturais, étnicas etc.

Dada a gama enorme de condições ou fenômenos que podem caracterizar qualquer corpo físico ou imaginário, o termo “região” pode ser usado em muitas e variadas concepções.

Mas, em termos da socioeconomia, este termo encerra a idéia de um espaço físico com características bem definidas. Desta forma, o conceito básico em qualquer estudo de “regionalização” é o conceito de **‘homogeneidade’** ou **“semelhança”**.

Assim, falar-se em “região” no contexto socioeconômico é falar-se em **“região homogênea”**.

Portanto, temos aqui o primeiro conceito que deve ser utilizado em qualquer estudo sobre regionalização geográfica: o conceito de REGIÃO HOMOGÊNEA.

A região homogênea é aquela na qual as suas partes componentes apresentam atributos semelhantes. Ou, em outras palavras, uma região homogênea é aquela região cujas partes componentes apresentam entre si, características as mais parecidas possíveis em relação a um dado conjunto de atributos relevantes, escolhidos para homogeneizar os vários espaços físicos.

Aceito este conceito, fica imediatamente claro que o termo “região” nem sempre pode encerrar a idéia ou o significado de um fenômeno absoluto e imutável. É claro que em determinadas situações esta imutabilidade é verdadeira. Se falarmos do “hemisfério sul”, estamos falando de uma “região” absoluta, imutável, porque o atributo “sul” para caracterizar um hemisfério do globo terrestre é um só.

Mas em termos econômicos, sociais e geográficos, normalmente, não tem muito sentido trabalhar-se com espaços tão abrangentes. Às vezes, necessário se faz, a busca de um número maior de atributos, para melhor especificar uma “região”.

Desta forma, pode-se “regionalizar” o mesmo espaço físico de diferentes maneiras, a depender dos atributos que se queira trabalhar. Isto é, a depender das variáveis escolhidas para “homogeneizar” tal espaço físico.

Contrariando esta perspectiva, François Perroux (Ferreira, 1989) argumentou que as regiões podem ser classificadas de acordo com o espaço econômico que as caracterizam. Assim, pode-se classificar as regiões da seguinte maneira: a) regiões homogêneas; b) regiões polarizadas; e c) regiões de planejamento.

Como já discutimos um pouco sobre o conceito de região homogênea, é interessante abordar, embora sucintamente, os conceitos de região polarizada e região de planejamento.

Foi visto anteriormente que o conceito de REGIÃO HOMOGÊNEA fundamenta-se no princípio da semelhança entre suas partes constituintes. O conceito de REGIÃO POLARIZADA, por seu turno, fundamenta-se no princípio da heterogeneidade entre suas partes constituintes, mas onde há interdependência e interação entre elas.

De fato, os estudiosos da Economia Regional tratam a REGIÃO POLARIZADA como um sistema de zonas (cidades) articuladas, associadas por um cadeia de efeitos que as integra em um espaço geográfico onde há centros dominantes, com sistemas socioeconômicos, políticos e culturais que condicionam e determinam a dinâmica das outras zonas (cidades), ditas dominadas ou periféricas.

Desta forma, uma REGIÃO POLARIZADA caracteriza-se, sempre, pela existência de um espaço heterogêneo, formado por partes que se complementam através de fluxos comerciais, demográficos, financeiros, culturais, religiosos etc., e onde sempre haverá um centro (ou pólo) dominante, ao qual as outras zonas se subordinam.

No que se refere ao conceito de REGIÃO DE PLANEJAMENTO, tem-se que a idéia básica utilizada pelos estudiosos da matéria neste contexto é aquela de uma área geográfica onde a dinâmica socioeconômica de suas várias partes é dependente de uma decisão que está centralizada em um agente do setor privado ou público. Desta forma, a REGIÃO-PLANO OU REGIÃO-PROGRAMA, caracteriza-se por estar submetida a decisões centralizadas, para que haja transformação ou desenvolvimento dentro de seu espaço físico.

Ainda dentro desta pequena digressão conceitual, vale lembrar que não só a escolha dos atributos é importante para se ter uma “região”. Os métodos de compará-los, agrupá-los ou quantificá-los também é de extrema importância para a definição do que seria a “região” que se quer obter.

2.2. METODOLOGIAS E MODELOS

Dentro deste contexto, foram estabelecidas várias metodologias para se estabelecer a “regionalização” de algum espaço físico.

Podemos, então, resumir essas várias metodologias dentro do seguinte esquema:

METODOLOGIAS DE REGIONALIZAÇÃO DE REGIÕES HOMOGÊNEAS

- Variáveis Não-Padronizadas
- Análise Fatorial

METODOLOGIAS DE REGIONALIZAÇÃO DE REGIÕES POLARIZADAS

- Modelo Gravitacional e de Potencial
- Análise de Fluxos

METODOLOGIAS DE REGIONALIZAÇÃO DE REGIÕES DE PLANEJAMENTO

- As mesmas metodologias utilizadas para os outros tipos de regionalização, ou até metodologias “ad hoc”.

Após esta sucinta discussão sobre conceitos e variáveis utilizadas por aqueles que se dedicam ao estudo da problemática regional, podemos discutir alguns métodos de regionalização, alguns dos quais foram utilizados por governos cearenses.

Dada a bibliografia a que tivemos acesso, podemos inferir que foram utilizadas várias e diferentes metodologias para as diversas divisões espaciais, ou “regionalizações”, ocorridas no Estado desde os idos de 1963.

Assim, no Estado do Ceará, foram utilizadas algumas das seguintes abordagens teóricas:

1. Hierarquia dos Centros
2. Teoria dos Lugares Centrais, de W. Christaller
3. Teoria da Base Econômica, de E. von Bouventer
4. Teoria da Polarização, de R. J. Boudeville
5. Modelo Gravitacional
6. Modelo de Potencial
7. Modelo de Fluxos
8. Análise de Componentes Principais (ACP)
9. Análise Fatorial
10. Modelos de Agrupamento (Cluster Analysis)
11. Tipogramas
12. Combinação de Sistemas
13. Orientação Produtiva

Neste contexto, a bibliografia consultada nos permite afirmar que a primeira tentativa de regionalização do Estado, em 1964, utilizou a metodologia da HIERARQUIA DOS CENTROS.

Esta metodologia consiste em se trabalhar variáveis que permitam quantificar a inter-relação entre cidades, objetivando encontrar dentre as cidades analisadas aquelas que se caracterizam como “cabeças de região” (IPE/SUDEDEC, 1964).

Como não poderia ser diferente dado o conhecimento da época, tal metodologia é fortemente baseado no “empirismo”, tanto no que diz respeito à escolha das variáveis a serem utilizadas na análise, seja no modo de medir a inter-relação entre os centros urbanos.

Uma outra tentativa de regionalização do Ceará foi estabelecida no projeto “O Fenômeno de Polarização no Estado do Ceará” (SUDEC/DRSE, 1972). O escopo desse projeto seria fazer a regionalização do Estado, utilizando a metodologia embutida na Teoria da Polarização.

A idéia central dessa Teoria, é a construção de um modelo das relações de forças de atração apresentadas pelos diversos núcleos urbanos, objetivando detectar sua força polarizadora e sua área de influência.

Para o desenvolvimento de tal modelo se usa o seguinte processo metodológico:

- conhecimento da organização do espaço econômico que será estudado (evolução histórica e hierarquia funcional dos centros urbanos);
- uso do método de análise gravitacional e potencial para identificação da área de abrangência (dominação) do Polo;

- conhecimento da distribuição espacial dos sistemas operacionais;
- conhecimento da vocação socioeconômica dos principais municípios e suas inter-relações com outros municípios da área de abrangência do estudo.

Vale aqui salientar, que o Modelo Gravitacional “é um modelo probabilístico que admite a existência de uma força de interação entre duas cidades” (SUDEC/DRSE 1972), . Na realidade, este modelo baseia-se na equação da Lei da Gravitação de Isaac Newton. Aqui o objetivo é calcular a interação entre dois núcleos (cidades) , como uma função direta da massa (tamanho da população) e inversa da distância entre elas.

Antes de apresentar a formulação normalmente utilizada nos estudos de regionalização que trabalham com o Modelo Gravitacional, será interessante explicitar melhor o que foi estabelecido por Isaac Newton quanto a este mister (Newton, 2005).

A princípio Newton estabeleceu o que ele chamou de LEI CENTRÍPETA: De acordo com sua **Definição V** (Newton, 2005, pág. 450), “Uma força centrípeta é aquela pela qual os corpos são arrastados ou impelidos, ou de alguma forma tendem a um ponto como para um centro”.

Por outro lado, no Livro I, Newton (Newton, 2005, pág. 787), estabelece a **Proposição LXIX. Teorema XXIX**: “Em um sistema de vários corpos A , B, C, D etc se qualquer um desses corpos, como A, atrair todo o resto, B , C, D etc. com forças acelerativas que são inversamente proporcionais aos quadrados das distâncias ao corpo atraente; as forças absolutas dos corpos atraentes A e B estarão uma para a outra como esses próprios corpos A e B aos quais essas forças pertencem.”

No seu Livro III, aquele físico (Newton, 2005, pág.) estabeleceu, ainda, o seguinte: **Proposição VI. Teorema VI**. “Que todos os corpos gravitam em direção a todos os planetas: e que os pesos dos corpos em direção a qualquer mesmo planeta, são proporcionais às quantidades de matéria que eles contêm separadamente;”

Da junção dessa definição e proposições, nasceu a **Lei Gravitacional de Newton**. Stephen Hawking (Hawking, 2005, pág.447), assim esclarece: “A lei afirma que toda matéria sofre atração mútua, com força diretamente proporcional ao produto de suas massas e inversamente proporcional ao quadrado da distância entre os corpos.”

Assim, fica estabelecido que A FORÇA DE ATRAÇÃO ENTRE DOIS CORPOS É DIRETAMENTE PROPORCIONAL ÀS SUAS MASSAS E INVERSAMENTE PROPORCIONAL AO QUADRADO DA DISTÂNCIA ENTRE ELES. Desta forma, quanto maior a massa desses corpos, maior é a força de atração entre eles. E quanto maior a distância entre eles, menor é esta força de atração.

Esta Lei pode ser sintetizada pela expressão

$$I_{ij} = g \cdot (M_i \cdot M_j / d_{ij}^2)$$

Onde,

I_{ij} = interação entre os corpos i e j

M_j = massa do corpo j

M_i = massa do corpo i

d_{ij} = distância entre a cidade i e a cidade j

g = constante gravitacional

Nos estudos de economia regional, os economistas simplesmente mudam as “massas” para as “populações”, por exemplo, de forma a se ter

$$I_{ij} = g (P_i \cdot P_j / d_{ij}^2)$$

P_i e P_j são as populações das cidades i e j , respectivamente e I_{ij} , o ÍNDICE DE ATRAÇÃO ENTRE AS CIDADES I e J .

Desta forma, a expressão acima pretende medir a interação (ou força de atração) entre a cidade i e a cidade j .

O uso da Lei Gravitacional de Newton faz com que os economistas somente calculem, por exemplo, I_{ij} , haja vista que, nesta formulação

$$I_{ij} = I_{ji}$$

Se levarmos em consideração a interação entre a cidade i e todas as outras n cidades que compõem o sistema que se está estudando, então teremos que calcular a expressão:

$$\sum I_{ij} = g \cdot \sum_{J=1}^n (P_i \cdot P_J / d_{ij}^b)$$

que mediria a interação da cidade i com todos os outros centros levados em consideração no estudo.

Chamando, agora, o Potencial de um centro i , de V_i e definindo-o como

$$V_i = \sum_{J=1}^n I_{ij} / P_i$$

e dado o valor do somatório dos índices de interação, encontraremos

$$V_i = g \cdot \left\{ \sum_{J=1}^n (P_j / d_{ij}^b) \right\}$$

que é a expressão para o **Potencial da cidade i** .

Ainda tomando com referência o trabalho supra citado (SUDEC/DRSE, 1972), tem-se que “...quanto mais elevados forem os valores V_i , maior será a probabilidade de que um indivíduo (uma unidade de massa) se desloque quando sofre um desequilíbrio qualquer, em direção aos centros que possuem esses potenciais mais elevados.”

Em 1975, uma nova proposta de regionalização foi feita pela SUDEC (SUDEC, 1975), desta feita utilizando como base metodológica, o suporte teórico dado pela técnica quantitativa da Análise Fatorial.

Em termos metodológicos , “ a utilização dessa técnica leva em consideração que as variáveis selecionadas como representativas do fenômeno que se pretende aquilatar não têm o mesmo peso e que muitas dentre elas podem significar uma mera duplicidade. Quando algumas variáveis revelam basicamente o mesmo esquema, a ‘Análise Fatorial’ permite medir a ‘dimensão básica’ ou ‘fator’ ou ‘variável hipotética’ , que constitui justamente uma aproximação deste esquema fundamental. Daí poder-se afirmar que a técnica da ‘Análise Fatorial’ consiste em reduzir a matriz de informação espacial original a um certo número de fatores, independentes uns dos outros, determinando ainda a importância relativa de cada fator no conjunto do sistema considerado; além do dimensionamento dos fatores, essa técnica possibilita identificar a posição de cada unidade de observação (lugar) em relação às dimensões básicas obtidas.” (SUDEC, 1975).

Na verdade, esta metodologia busca resolver dois grandes problemas sempre enfrentados pelos economistas quando querem explicar algum fenômeno econômico através de modelo econométrico: o problema de quais variáveis trabalhar e a importância de cada uma delas na explicação de tal fenômeno.

Entretanto, dado a complexidade envolvida em uniformizar espaços tão díspares, o documento termina por indicar TRÊS OPÇÕES DE REGIONALIZAÇÃO, deixando a critérios políticos a decisão final de qual regionalização deveria ser adotada.

Embora o Governo do Sr. Adauto Bezerra não tenha dado muita ênfase (se é que deu alguma) ao problema da regionalização do espaço cearense, a SUDEC continuava a trabalhar nessa problemática. Assim, em 1976 (SUDEC/DRN, 1976), publicou um trabalho cujo escopo era regionalizar o Estado pela sua tipologia agrícola.

Dado o escopo do trabalho, a metodologia utilizada foi a Análise de Grupamento, ou Cluster Analysis, a qual “procura agrupar uma série de unidades espaciais, baseado na maximização das semelhanças que apresentam entre si.”

Na verdade, neste último trabalho acima citado, não se determinou qualquer regionalização do Estado, mesmo porque, apesar do título, o que foi feito foi somente a tipologia agrícola para “16 unidades estudadas” (leia-se, municípios).

Mas, em trabalho com o mesmo título (SUDEC/DRN, 1977), e utilizando a mesma metodologia, porém publicado em 1977, aquela Superintendência sugeria a divisão do Estado do Ceará em 3 “Regiões Uniformes” , quando se trabalhasse com PLANEJAMENTO AGRÍCOLA; e a divisão em 14 Regiões, quando se trabalhasse com PLANEJAMENTO INTEGRADO (lavoura + pecuária).

É interessante observar, que naquele mesmo ano de 1977, outro trabalho sobre a regionalização do Estado, foi elaborado. Desta feita, pela Fundação Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE (IPLANCE, 1977), Fundação esta que veio substituir a Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará – SUDEC.

Esse novo estudo, após uma breve apresentação dos modelos Potencial, de Fluxos e de Análise Fatorial, e após alguns comentários sobre as tentativas de regionalização produzidas no Ceará, apresenta uma “proposta de estrutura espacial do Estado do Ceará” (Capítulo VI), tomando como base “...alguns estudos recentes a nível estadual e federal e o Modelo Potencial aplicado pela primeira vez para o Estado do Ceará” (IPLANCE, 1977).

Desta forma, baseado em três estudos anteriormente elaborados mas não citados explicitamente, mais a estruturação espacial resultante da aplicação do Modelo Potencial, é apresentada uma proposta de regionalização, pela qual o Estado seria dividido em 05 sub-regiões, a saber: a) sub-região de Fortaleza; b) sub-região de Quixadá; c) sub-região de Sobral; d) sub-região de Iguatu; e, e) sub-região de Juazeiro do Norte.

Infelizmente a metodologia para a “junção” das quatro metodologias envolvidas, a saber: metodologia utilizada pela SUDEC em 1973 (não explicitada); metodologia utilizada no PROJETO SERTANEJO (não explicitada); metodologia utilizada no POLONORDESTE (metodologia não explicitada) e a metodologia do Modelo de Potencial, não foi mostrada no trabalho que ora estamos comentando.

Esta profusão de metodologias determina o fato de se poder “regionalizar” os espaços físicos de muitas maneiras diferentes. Esta é a explicação para a grande variedade de regionalizações hoje existentes no Estado do Ceará. Uma análise da situação atual do Estado, será realizada no item 3 deste trabalho, logo após a discussão sobre o arcabouço metodológico para a identificação de uma região.

2.3. O ARCABOUÇO METODOLÓGICO PARA A IDENTIFICAÇÃO DE UMA REGIÃO

As idéias aqui expostas são fruto de muitas reflexões ao longo desses anos que temos nos dedicado ao estudo da ciência econômica, dos processos de desenvolvimento, do desenvolvimento do sistema socioeconômico do Nordeste etc.

Estas reflexões nos levaram à conclusão de que o estágio de desenvolvimento socioeconômico em que se encontra determinada sociedade, em qualquer época, é fruto, basicamente, de quatro fatores, quais sejam:

- os FATORES ALEATÓRIOS
- os FATORES NATURAIS
- os FATORES HISTÓRICOS
- os FATORES INSTITUCIONAIS

A seqüência acima apresentada reflete a nossa concepção sobre a importância de tais fatores. Esta seqüência foi imaginada como refletindo a crescente importância de cada fator.

Desta forma, os fatores aleatórios, são considerados os menos relevantes. Mas eles existem e alguns podem até ter grande importância para uma determinada sociedade e até para a humanidade como um todo. Veja-se o caso da descoberta da penicilina por Alexander Fleming, por exemplo. Ou da descoberta do queijo roquefort. Ou até o erro (sic) da frota de Pedro Álvares Cabral. Mas eles são esporádicos. São, portanto, exceção.

A importância dos fatores naturais é óbvia. A dotação dos recursos físicos é um dos mais importantes determinantes do crescimento econômico de qualquer espaço geográfico. Em qualquer tempo e lugar.

Por outro lado, os fatores históricos também se revestem de grande importância, pois os fatos históricos têm o poder de desencadear forças centrípetas e centrífugas, antes inertes ou mesmo inexistentes. Na realidade, alguns fatos históricos não só têm repercussão imediata. Às vezes seus efeitos são devastadores somente no médio e no longo prazo. Alguém poderia imaginar que a ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha levaria à morte a brasileira Olga Benário?

Portanto, o que a humanidade é hoje é consequência de muitos fatos históricos, às vezes até irrelevantes quando do seu acontecimento, mas que produziram, depois, enormes consequências. O fato de o Brasil ter sido descoberto e colonizado por Portugal teve consequências que, provavelmente, foram bem diferentes daquelas que poderiam ter acontecido, se tal colonização tivesse sido levada a cabo por espanhóis, ingleses, franceses, holandeses etc.

Finalmente, temos o fato institucional. Embora este, talvez, não seja o melhor nome para descrever o que temos em mente, não encontramos melhor denominação.

Em nossa opinião os fatos institucionais são os mais importantes fatores a determinar o nível de desenvolvimento socioeconômico de qualquer região, em qualquer tempo. E isto se dá, porque são produzidos pela própria sociedade, diuturnamente. Eles, portanto, forjam a estrutura, a constituição, o desenvolvimento da sociedade, em um processo de retroalimentação, dando-lhe dinâmica, dimensão e características próprias. Para usar uma expressão em voga atualmente, a sociedade é “senhora de seu próprio destino”.

Apenas para exemplificar o nosso ponto de vista, tomemos o caso do Nordeste.

O fato atual é que o Nordeste é a segunda região mais pobre do Brasil. Senão, a primeira. E por que isso acontece? Pela conjugação dos quatro fatores antes referidos. Vejamos o porquê disso.

A explicação que vamos apresentar baseia-se em acontecimentos que podem ser classificados como membros de cada um dos conjuntos de fatores citados anteriormente.

Começemos pelo FATOR ALEATÓRIO.

Qual a explicação para a introdução da cultura da cana de açúcar no Nordeste? Uma rebelião de escravos no Haiti. É claro que não fôra a existência dos massapês na Região (fatores físicos), e esta cultura não teria se tornado a mais importante fonte de renda para o Nordeste, durante o período colonial. Entretanto, foi um fato ALEATÓRIO que determinou tal introdução da cultura da cana de açúcar no Nordeste e, conseqüentemente, toda a dinâmica de desenvolvimento econômico da Região e a sua estrutura política e social dali para a frente.

No que dizem respeito aos FATORES NATURAIS, eles são muitos e variados. Entretanto, um foi e é o mais determinante para a conformação socioeconômica da região nordestina hoje. Referimo-nos ao fato de a Região Nordeste ter grande parte de seu espaço físico (54,96%) caracterizado como uma região semi-árida. Não há como negar que somente este fato determina não só o desempenho do sistema econômico regional, mas toda a estrutura social ali existente. Aqui o meio físico determinou não só o processo da formação econômica, mas toda a formação sociológica da Região, através do biotipo do indivíduo, de sua interação com a natureza, sua cultura e credences, sua herança atávica etc.

Adicionando-se aos dois fatores antes mencionados vieram os FATORES HISTÓRICOS, aqueles que ao acontecerem trazem embutidos o desenvolvimento histórico que os determinou. Assim, o desenvolvimento atual do Nordeste é consequência do fato de o Brasil ter sido descoberto por Portugal, pelo fato de o Brasil ter sido descoberto a partir das terras nordestinas, pelo fato de D. João VI ter transferido a capital do novo reino para o Rio de Janeiro, pelo fato de ter havido as invasões francesas e holandesas em seu território, enfim por todos aqueles fatos que passaram a ser parte integrante de nossa história.

Finalmente, temos os FATORES INSTITUCIONAIS. Aqui o fato relevante é a ação institucional determinada pela classe dominante ou pelos líderes civis e militares, públicos ou privados.

Para que mais importante na determinação do subdesenvolvimento do Nordeste que as políticas de desenvolvimento adotadas pelos governos federais ao longo de nossa história republicana? Políticas que ou foram inúteis para o desenvolvimento da Região, ou foram até mesmo, danosas. (Ver GTDN, 1959 e Vianna, 1992).

Na nossa opinião, os fatores institucionais são os fatores mais importantes para a determinação de qualquer estágio de desenvolvimento socioeconômico, de qualquer sociedade, em qualquer época e lugar . Isto porque os Fatores Fortuitos (Aleatórios) e os Fatores Históricos, depois de acontecerem não mais se repetem. Assim, seus efeitos serão diluídos no tempo e podem ser modificados pela ação da própria sociedade (Fatores Institucionais). Por outro lado, os FATORES NATURAIS, embora imutáveis podem, também, ter seus efeitos modificados, minorados ou ampliados, pelo uso de novas tecnologias de engenharia, de novas técnicas de gerenciamento, de novas técnicas de previsão etc. Portanto, o homem, via ações institucionais, tem o poder, de modificar os efeitos de todos os outros fatores , até mesmo os efeitos dos fatores naturais. É por este motivo que classificamos os Fatores Institucionais como os mais importantes fatores determinantes do estágio de desenvolvimento socioeconômico de qualquer região.

Feitas estas considerações, vamos voltar ao tema central deste item que é a escolha de um arcabouço teórico que sirva de suporte a uma regionalização “síntese” do Estado do Ceará.

É importante notar que a regionalização de um espaço geográfico tem sempre um objetivo específico, no mais das vezes de cunho socioeconômico. E aí temos a utilização de um FATOR INSTITUCIONAL que, certamente, deixará marcas indeléveis na economia e na sociedade daquele espaço físico, agora “região”.

Das diversas metodologias que nos foram dadas a conhecer, elegemos como a mais apropriada para ser base de uma nova regionalização para o Estado do Ceará, aquela utilizada pela Fundação IBGE (IBGE, 1990) para estabelecer as Mesorregiões do Estado. Isto se dá porque tal metodologia apresenta uma similitude muito grande com a concepção antes discutida sobre o estágio de desenvolvimento de uma região.

De acordo com aquela Fundação (IBGE, 1990), "A divisão regional institucionalizada para fins estatísticos deve respeitar os limites político-administrativos, por conseguinte os limites estaduais e municipais. Assim, a divisão regional foi elaborada a partir das unidades da Federação, utilizando-se o conceito de organização do espaço." No qual, "...o conceito de organização do espaço refere-se às diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial."

Dentro dessa concepção, podemos estabelecer um roteiro de regionalização que leve em consideração exatamente o conceito de organização do espaço, o qual pode ser entendido a partir da seguinte estrutura quanto aos parâmetros a serem analisados, e para cada um deles, o que analisar. Isto é apresentado no esquema abaixo.

ESQUEMA METODOLÓGICO PARA A REGIONALIZAÇÃO DE UM ESPAÇO FÍSICO

PROCESSO SOCIAL - determinante

PARÂMETROS QUADRO NATURAL -
condicionante

REDE DE COMUNICAÇÃO E DE LUGARES - elemento da articulação
espacial

PROCESSO SOCIAL : História e
Povoamento

O QUE ANALISAR QUADRO NATURAL : GEOGRAFIA, HIDROGRAFIA,
TIPO DE SOLO, RELEVO,
CLIMA

REDE DE COMUNICAÇÃO : ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS
CENTROS METROPOLITANOS
E REGIONAIS, MALHA RODO-
VIRIA, FLUXOGRAMA DE
TRANSPORTE, SISTEMA DE
COMUNICAÇÕES

Como se pode verificar, o Quadro Natural é apenas uma condicionante. O fator determinante é o Processo Social, o qual juntamente com a Rede de Comunicação e de Lugares, estabelece toda a dinâmica de interação e caracterização do espaço regional.

É interessante notar que a metodologia aqui descrita, envolve várias das metodologias enumeradas acima.

Na verdade, a metodologia usada pelo IBGE para delimitar as mesorregiões do Ceará, engloba a metodologia da hierarquia dos centros; a teoria dos lugares centrais; a teoria da polarização e o modelo de fluxos. Assim, podemos dizer que o enfoque utilizado por aquela Fundação é bastante abrangente, haja vista que leva em consideração os aspectos naturais (físicos), os aspectos histórico-culturais e os aspectos institucionais, o que lhe confere a capacidade de englobar os aspectos mais relevantes para a determinação de uma região.

Esta afirmativa se justifica porque a metodologia do IBGE atende aos aspectos mais importantes para a definição de uma região, dentro do contexto abaixo discriminado, ou seja, obedecidas as condicionantes dadas pelos aspectos físicos; de infra-estrutura; econômicos, e culturais.

OS ASPECTOS FÍSICOS QUE DEVEM SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO

Aqueles fatores físicos que dão alguma característica específica para a “região”. Desta forma a existência de bacias hidrográficas, tipo de solo, tipo de clima, tipo de cobertura vegetal e relevo só deveriam ser levados em consideração se fizerem diferença entre uma “região” e outra. Estes atributos físicos só deveriam ser utilizados para definições “macro”.

No caso específico do Ceará, a primeira observação é se a “região” está inserida no Semi-árido ou não, pois em termos físicos esta é a mais importante diferenciação que se pode fazer.

OS ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA QUE DEVEM SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO

Somente aqueles que determinam a inter-relação da “região” com o seu exterior, pois tal inter-relacionamento tem influência direta na vida socioeconômica e cultural dessa “região”, tipo rodovias, ferrovias, meios de comunicação etc.

OS ASPECTOS ECONÔMICOS QUE DEVEM SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO

Somente aqueles que definitivamente caracterizam a “região”. Normalmente isto está atrelado aos sistemas produtivo ou distributivo de bens. Aqui o importante seria a homogeneidade dos bens produzidos; os níveis de desenvolvimento dos espaços físicos que formarão a “região” ; a igualdade dos indicadores socioeconômicos etc.

OS ASPECTOS CULTURAIS QUE DEVEM SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO

Todos aqueles que são comuns aos territórios que formarão a “região” e que lhes dá uma característica peculiar, tipo folclore, religião, raça, história etc.

Foi, portanto, dentro desse arcabouço que fizemos a proposta de regionalização do Ceará, a qual será apresentada no item 8.

Entretanto, antes de estabelecermos em definitivo a proposta de regionalização que consideramos a mais adequada para o propósito de gerenciamento das políticas públicas

e de implementação das ações governamentais visando ao desenvolvimento socioeconômico do Estado, faremos uma análise das várias regionalizações existentes, conjuntamente, com o objetivo de encontrarmos, até como subsídio para a escolha final de regionalização, os pontos de convergência entre elas. Isto é, tentaremos encontrar os aglomerados urbanos que foram classificados nos pontos de interseção dessas regionalizações. Esta prática permitirá encontrarmos os espaços físicos que merecerão uma análise mais apurada no que diz respeito ao seu papel como centro gerador de forças centrípetas e centrífugas dos diversos fluxos econômicos, sociais, culturais, religiosos, étnicos etc.

Esta análise será feita nos itens 4 a 6, a seguir, após o breve histórico que será apresentado sobre as “regionalizações” já tentadas no Ceará ao longo desses últimos 40 anos.

3. ANTECEDENTES

Praticamente desde os idos dos anos quarenta do século passado, que os economistas incorporaram à teoria do desenvolvimento econômico o problema da espacialidade como um dos fundamentos de planificação para o sistema econômico de qualquer país.

A abordagem da espacialidade ou da “região” vem preocupando os economistas e os homens públicos, desde o começo da planificação nos países comunistas, logo após o fim da Segunda Grande Guerra, sendo incorporada na América Latina com os trabalhos da CEPAL, e chegando ao Brasil nos idos dos anos cinquenta do século vinte recentemente findo.

No caso específico do Ceará, este enfoque só começou a despertar a atenção dos governantes estaduais a partir dos anos sessenta, quando do Primeiro Governo Vírgilio Távora.

De fato, no Plano de Metas do Governo (PLAMEG) – 1963-1967, constava um Capítulo intitulado “Desenvolvimento Regional”. Ali ficou estabelecido que a visão “regional” do Plano, se consubstanciava na sistemática do “desenvolvimento regional integrado”, a qual seria efetuada pela ação governamental em 08 regiões específicas, assim denominadas:

- | | |
|-----------------------|------------------------|
| 1 - Vale do Acaraú | 5 - Vale do Coreaú |
| 2 - Vale do Curu | 6 - Vale do Jaguaribe |
| 3 - Serra de Baturité | 7 - Serra da Ibiapaba |
| 4 - Chapada do Apodi | 8 - Chapada do Araripe |

É importante notar que o I PLAMEG (1963-1967) foi o primeiro Plano de Governo no Ceará a chamar a atenção para o problema da regionalização do Estado.

Embora não lhe tirando o mérito do pioneirismo, o I PLAMEG foi fruto, quanto a este aspecto, do novo paradigma que se instalara no Brasil e no Nordeste no que diz respeito ao desenvolvimento regional: a implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Este sim, o primeiro embrião de uma política regional no Brasil.

Vale salientar que a “regionalização” implantada no I PLAMEG parece ter obedecido às condicionantes (ou particularidades) físicas do espaço cearense – e só parcialmente -

haja vista que só explicitou os “vales”, as “serras” e as “chapadas”, e mesmo assim, sem levar em consideração a existência de outros espaços com características fisiográficas parecidas com aquelas escolhidas, a exemplo da Serra de Maranguape. Isto sem falar em outros espaços bem definidos como o Sertão dos Inhamuns, por exemplo.

Mas o Primeiro Governo do Cel. Vírgilio de Fernandes Távora, também estabeleceu, por Decreto, a regionalização agrícola e educacional do Estado, instalando 07 Delegacias Agrícolas Regionais, definindo 07 zonas diferentes de atuação para essas Delegacias, ao mesmo tempo que definia 07 Regiões Educacionais, instalando nas cidades-sede das Delegacias Agrícolas, as Superintendências de Educação e Cultura, embora as jurisdições dessas Superintendências não fossem iguais às jurisdições das Delegacias Agrícolas.

A preocupação do Governador à época, no que concerne à problemática da regionalização, é consubstanciada ainda pelo estudo elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará – SUDEC (IPE/SUDEC, 1964). Em referido estudo fica explicitada a proposta de uma divisão geoeconômica do Estado em 15 regiões, a saber:

- | | |
|---------------------------------------|-------------------------------|
| 1 - Região de Fortaleza | 9 - Região de Sobral |
| 2 - Região de Crato-Juazeiro do Norte | 10 - Região do Iguatu |
| 3 - Região de Crateús | 11 - Região de Senador Pompeu |
| 4 - Região de Russas | 12 - Região de Tauá |
| 5 - Região de Quixadá | 13 - Região de Ipu |
| 6 - Região de Baturité | 14 - Região de Aracati |
| 7 - Região de Brejo Santo | 15 - Região de Canindé |
| 8 - Região de Jaguaribe | |

Baseada na metodologia de HIERAQUIA DE CENTROS URBANOS, estas regiões seriam divididas em 05 categorias de centros urbanos. Desta forma, ter-se-ia:

Centros de Primeira Categoria: Sobral e Crato-Juazeiro do Norte

Centro de Segunda Categoria: Iguatu

Centros de Terceira Categoria: Crateús, Senador Pompeu e Russas

Centros de Quarta Categoria: Tauá, Quixadá, Ipu e Baturité

Centros de Quinta Categoria: Aracati, Brejo Santo, Canindé e Jaguaribe

As regionalizações propostas seja pelo PLAMEG, seja pela SUDEC não foram implementadas durante o primeiro Governo Vírgilio Távora, a não ser aquelas de cunho administrativo.

De qualquer forma, este foi o primeiro esboço de uma política de regionalização das ações do governo estadual no Ceará.

O Governo que se seguiu ao Governo Vírgilio Távora, o do Senhor Plácido Aderaldo Castelo, o qual instituiu o Plano de Ação Integrada do Ceará – PLAIG – 1967-1970, praticamente deu continuidade aos projetos de desenvolvimento regional implantados no primeiro governo do Cel. Virgílio Távora. De fato, o PLAIG no item X.2 - Desenvolvimento Regional, deixa explícito que o Governo continuará com as ações voltadas para as regiões do Vale do Jaguaribe, de Baturité, de Fortaleza, que já vinham sendo trabalhadas pelo governo antecedente, introduzindo dentro deste contexto, a região da Serra da Ibiapaba.

O Governo seguinte, o do Cel. Cesar Cals de Oliveira, institui o Plano de Governo do Estado do Ceará - PLAGEC – 1971-1974, o qual introduziu uma nova regionalização do Estado.

De fato, aquele Governo, trabalhou no seu Plano de Governo, com o que passou a serem chamadas “Regiões-Programas”. Tais “regiões-programas” , ou “Pólos de Desenvolvimento”, foram divididas em Centros Regionais; Centros de Zona e Centros Estratégicos. Esta é a metodologia conhecida como REGIÃO DE PLANEJAMENTO. Ver Item 2.

Dentro desta novo enfoque, o Estado foi dividido da seguinte maneira:

CENTROS REGIONAIS

Metrópole Regional - Fortaleza

Grandes Centros Regionais - Crato, Sobral, Juazeiro do Norte e Iguatu

Centros Regionais Secundários - Crateús, Russas, Limoeiro do Norte, Quixadá e Senador Pompeu

Centros de Zonas - Brejo Santo, Camocim, Ipu, Canindé, Baturité, Aracati, Tauá, Jaguaribe, Lavras da Mangabeira, Itapipoca, Campos Sales e São Benedito

Centros Estratégicos - Crateús, Tauá, Itapipoca e Lavras da Mangabeira

Através dos Decretos Nº 9.551, de 17.09.1971; Nº 10.245, de 02.05.1973 e Nº 10.671, de 09.01.1974, o Ceará foi dividido em 08, 12 e 13 Regiões Administrativas, respectivamente. Estas últimas, foram as seguintes:

- | | |
|-----------------------|------------------------|
| 1 - Fortaleza | 8 - Crateús |
| 2 - Crato | 9 - Iguatu |
| 3 - Juazeiro do Norte | 10 - Limoeiro do Norte |
| 4 - Quixadá | 11 - Russas |
| 5 - Senador Pompeu | 12 - Sobral |
| 6 - Tauá | 13 - Tianguá |
| 7 - Itapipoca | |

No Governo do Cel. Adauto Bezerra, com a edição do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Ceará – PLANDECE – 1975-1979, a “política regional” foi posta de lado, haja vista que praticamente nada existia no Plano quanto a este aspecto, exceto uma breve menção de que o Governo deveria trabalhar três áreas específicas: Zona Litorânea, Cariri e Região Metropolitana de Fortaleza.

O advento do segundo Governo Virgílio Távora e a edição do II Plano de Metas Governamentais, II PLAMEG – 1979-1983, trouxe, novamente, para o contexto da política de desenvolvimento, o conceito de região, como parte integrante de tal política. Entretanto, a metodologia adotada foi um pouco diferente daquela utilizada no Governo

Cesar Cals. Agora, a regionalização dar-se-ia obedecendo à hierarquização urbana. Assim, foi estabelecida a seguinte regionalização:

Centro Especial - Fortaleza

Centros de 1º Nível - Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte e Sobral

Centros de 2º Nível - Baturité, Barbalha, Caucaia, Crateús, Icó, Limoeiro do Norte, Maranguape, Russas e Senador Pompeu

Centros de 3º Nível - Acopiara, Aracati, Brejo Santo, Camocim, Canindé, Campos Sales, Cedro, Ipu, Itapagé, Jaguaribe, Lavras da Mangabeira, Morada Nova, Mombaça, Nova Russas, Quixeramobim, Quixadá, São Benedito, Tauá, Tianguá e Ubajara

O governo seguinte, o do economista Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, não trouxe dentro do Plano Estadual de Desenvolvimento – PLANED – 1983-1987, qualquer especificação, em termos do espaço físico do Estado, a não ser, é claro, quanto à divisão política. Entretanto, quando o Plano trata de seus objetivos, fica explícito que o Governo irá “definir a hierarquização da rede urbana estadual”; “conceber e implantar a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional” e “Implementar os programas definidos para a região metropolitana e aglomerados urbanos do Cariri (Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte)”.

No que diz respeito ao Plano de Mudanças, o Plano de Governo do Sr. Tasso Ribeiro Jereissati (1987-1991), tem-se ali estabelecido que o Estado ficou dividido em 20 Regiões Administrativas, quais sejam:

- | | |
|--------------------|------------------------|
| 1 - Fortaleza | 11 - Caucaia |
| 2 - Itapipoca | 12 - Acaraú |
| 3 - Camocim | 13 - Tianguá |
| 4 - Sobral | 14 - Canindé |
| 5 - Baturité | 15 - Aracati |
| 6 - Russas | 16 - Quixadá |
| 7 - Crateús | 17 - Tauá |
| 8 - Senador Pompeu | 18 - Limoeiro do Norte |
| 9 - Içó | 19 - Iguatu |
| 10 - Crato | 20 - Juazeiro do Norte |

Também durante o 1º Governo Tasso Jereissati, foram criadas 07 Áreas de Desenvolvimento Regional, as quais englobavam, cada uma, umas poucas Regiões Administrativas, conforme o esquema abaixo:

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	REGIÕES ADMINISTRATIVAS
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	Fortaleza
	Caucaia
CARIRI	Crato
	Juazeiro do Norte
VALE DO JUAGUARIBE/CENTRO-SUL	Russas
	Limoeiro do Norte
	Iguatu
	Icó
LITORAL I, II e III	Itapipoca
	Acaraú
	Aracati
	Camocim
SOBRAL/IBIAPABA	Tianguá
	Sobral
SERTÃO CENTRAL	Canindé
	Baturité
	Quixadá
	Senador Pompeu
INHAMUNS	Crato
	Tauá

A análise do Plano de Governo do Sr. Ciro Ferreira Gomes (1992-1995) nos permite concluir que não foi dada muita relevância à política de desenvolvimento regional, não só porque o capítulo de referido Plano que trata do aspecto regional (Urbanização e Condições de Habitabilidade no Espaço Regional), está fortemente focado no problema de urbanização e condições de habitabilidade da população cearense, mas porque o Plano é centrado na ênfase nas ações setoriais.

De qualquer forma, o que especifica o Plano, no que diz respeito ao capítulo ora em foco, dá a entender que a política regional do Governo Ciro Gomes era a continuidade das Ações de Desenvolvimento Regional (ADRs) implantadas no governo anterior.

Analisando-se os Planos de Governo do segundo e terceiro mandatos do sr. Tasso Ribeiro Jereissati (Plano de Desenvolvimento Sustentável – 1995-1998 e Plano de Desenvolvimento Sustentável - 1999-2002), verifica-se que a ênfase dada no roteiro de ações do Executivo, foi a visão holística do Estado, dando-se prioridade às políticas estruturantes, ou que poderíamos chamar “macrossetoriais”. Assim, o aspecto “regional” perdeu sua importância, preservando-se, no entanto, a descentralização administrativa,

através das 20 Regiões Administrativas, definidas no primeiro mandato do Sr. Tasso Jereissati.

Entretanto, já no fim de seu último mandato e por força do PROURB (Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos) e dada a necessidade do enfrentamento da pobreza rural, volta o Governo sua vista para o “regional”. Desta forma, o IPLANCE (Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará), volta a elaborar trabalho sobre a regionalização do Estado. Assim, foi publicado o trabalho “A Reestruturação Espacial como Componente da Estratégia de Combate à Pobreza Rural” (IPLANCE, 2002).

Nesta nova proposta, a metodologia utilizada foi a da HIERARQUIA DAS CIDADES. Assim, a regionalização obedecia à seguinte discriminação:

- Centro de Primeiro Nível - Centro Primaz
- Centro de Segundo Nível - Centro Secundário
- Centro de Terceiro Nível - Centro Regional
- Centro de Quarto Nível - Cidades de Pequeno Porte

Dentro desta nova proposta, ter-se-ia:

Centro Primaz - Fortaleza

Centros Secundários - Crato/juazeiro do Norte/Barbalha, Iguatu, Russas/Limoeiro do Norte, Sobral

Centros Regionais - Aracati, Baturité, Brejo Santo, Camocim, Campo Sales, Canindé, Crateús, Itapipoca, Jaguaribe, Quixadá, Quixera mobim, Tauá e Tianguá.

Cidades de Pequeno Porte - Todas as outras cidades do Estado.

Após esta pequena digressão sobre o “processo” de regionalização do Estado do Ceará, chegamos aos dias atuais. A análise da situação hoje existente será feita no item seguinte.

4. AS DIVERSAS REGIONALIZAÇÕES HOJE EXISTENTES NO ESTADO DO CEARÁ

No atual Governo, a situação do Ceará no que diz respeito à regionalização do seu território, pode ser descrita como se segue.

O Estado do Ceará, além de sua divisão política, a qual engloba 184 municípios e 785 distritos, está, também, dividido em várias regiões, definidas pelos mais diferentes órgãos, para atender aos mais diferentes motivos.

Assim, são responsáveis por regionalizações do Ceará, várias Secretarias, Órgãos e Empresas Públicas Estaduais do próprio Governo do Estado; o Poder Judiciário do Estado; o IBGE; o Judiciário Federal; o SEBRAE; a APRECE e a Igreja Católica. Isto determina uma profusão de regiões intra-estado: 23 divisões regionais.

No que diz respeito somente às Instituições não pertencentes ou ligadas ao Executivo Estadual, temos a seguinte situação:

a) REGIONALIZAÇÃO ESTABELECIDA PELO IBGE

- 07 MESORREGIÕES
- 33 MICRORREGIÕES

b) REGIONALIZAÇÃO ESTABELECIDA PELO SEBRAE

- 09 MACRORREGIÕES

REGIONALIZAÇÃO ESTABELECIDA PELA APRECE

- 21 MACRORREGIÕES

c) REGIONALIZAÇÃO ESTABELECIDA PELA IGREJA CATÓLICA

- 09 DIOCESES

d) REGIONALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

- 122 ZONAS ELEITORAIS

e) REGIONALIZAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- 04 ENTRÂNCIAS
- 128 COMARCAS

Mas é o Governo do Ceará (Poder Executivo) o principal responsável por esta profusão de regiões. De fato, como mostra o Quadro 1, abaixo, somente as Secretarias e Órgãos do Governo Estadual respondem por 15 diferentes tipos de regionalização

QUADRO 1
A REGIONALIZAÇÃO DO CEARÁ PROMOVIDA PELO GOVERNO DO ESTADO

ÓRGÃOS	TIPO DE REGIONALIZAÇÃO	Nº REGIÕES
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	MACRORREGIÃO	8
SECRETARIA DO GOVERNO	ADMINISTRATIVA	20
SECRETARIA DE SAUDE	MACRORREGIÃO	3
	MICRORREGIÃO	21
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	MACRORREGIÃO	21
SECRETARIA DE TURISMO	MACRORREGIÃO	6
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	UNIDADE REGIONAL	13
SECRETARIA DA AGRIC. E PECUÁRIA	AGROPOLOS	18
• EMATERCE	CEACs	71
SECRETARIA DA CULTURA	MICRORREGIÃO	20
SECRETARIA DA FAZENDA	MACRORREGIÃO	4
SECRETARIA DA FAZENDA	MICRORREGIÃO	25
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		
• DERT	DISTRITOS OPERACIONAIS	10
SECRETARIA DE DES. L. E REGIONAL	P D R	5
• ESCRITÓRIOS REGIONAIS	SEDES	7

No ANEXO 1, apresentamos a distribuição dos municípios por estas diversas concepções de regionalização que estão em vigor no Estado do Ceará e que foram estabelecidas por diferentes órgãos do Poder Executivo cearense.

Como podemos verificar, dada essa variada gama de “regionalizações” hoje existentes no Estado, as perguntas feitas no item 1 deste trabalho têm toda a pertinência, principalmente as duas primeiras.

Para responder a estas perguntas fazemos, primeiro, algumas reflexões sobre os principais pontos que nos chamaram a atenção quanto a esta problemática. Isto é feito no item 5, a seguir.

Na realidade, este seria o momento de apresentarmos os arcabouços das condicionantes, teóricas e empíricas, que foram levadas em consideração quando do estabelecimento das diversas regionalizações levadas a cabo no Estado.

Infelizmente não tivemos acesso à quase totalidade das metodologias. As duas exceções foram a da Secretária de Saúde e a da SEAGRI.

Conforme visto anteriormente, a SESA trabalha com 3 Macrorregiões e 21 Microrregiões.

De acordo com o Plano Diretor de Regionalização – PDR, vol. 1, da SESA, (SESA, 2001), os critérios para a delimitação das Microrregiões de Saúde foram os seguintes:

- a) contigüidade intermunicipal;
- b) existência de hospitais com no mínimo as 4 clínicas básicas (Pedriatria, Clínica Médica, Gíneco-Obstetrícia, Cirurgia Geral);
- c) malha viária;
- d) deslocamento da população aos serviços de saúde;
- e) disposição política para pactuação

O PDR, entretanto, não traz a metodologia como estas variáveis foram trabalhadas para que se chegasse a tal regionalização.

No que diz respeito à SEAGRI, reproduzimos abaixo o texto sobre a explicação de como foi feita a regionalização dos agropólos.

“PARÂMETROS PARA REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO EM 18 AGROPÓLOS

A definição dos Agropólos da SEAGRI teve, como ponto de partida, o trabalho dos professores da Universidade de Ben-Gurion, de Israel, liderados pelo Professor Bar-EI.

Em seu trabalho, os professores de Israel visualizaram, no interior do Estado do Ceará, 17 Centros urbanos (dentre centros secundários e terciários), que exercem um poder de atração, sobre suas regiões de influência, funcionando como centros comerciais, onde há concentração de prestação de serviços, de representações institucionais de governos, concentração de investimentos. Enfim, onde existem elementos de competitividade, que os distinguem dos municípios em seu entorno.

Segundo os professores, estes municípios exercem uma influência, num raio de 50 km, em seu entorno. Foi esta a lógica, utilizada, para tentar desenhar os 18 Agropólos. A proposta foi mesclada com a experiência de campo da própria Ematerce, considerando-se outros elementos, como:

- acessibilidade: exemplo do município de Madalena, que está, geograficamente, mais próximo de Quixeramobim, porém colocado no pólo de Canindé, pois a relação do município, em função da BR 020, acontece com Canindé e não com Quixeramobim;
- vinculação política, institucional, comercial;
- bacias hidrográficas: este critério foi o principal, adotado pela antiga Secretaria de Agricultura Irrigada, para definir os 7 Agropólos originais;
- padrão de exploração agropecuária: agricultura irrigada, sequeiro, pecuária;

Assim, com 17 municípios, no interior, mais o município de Fortaleza (capital), foram mapeadas 18 regiões, que têm, nesses municípios, pólos de atratividade para o desenvolvimento da agropecuária.

Como se observa, não houve um estudo científico, mas o aproveitamento do estudo de Israel, mixado à experiência de campo da Ematerce.”

5. BREVE DIAGNÓSTICO DAS REGIONALIZAÇÕES EXISTENTES NO ESTADO

Neste item, vamos concentrar nossa atenção nas regionalizações promovidas por órgãos do poder executivo. Assim, analisaremos as regionalizações estabelecidas pelas Secretarias de Estado e suas Coligadas e pela Procuradoria Geral da Justiça (PGJ).

Dentro deste contexto, encontramos 5 (cinco) “macrorregionalizações” : da SEPLAN, da SESA, da SEFAZ, da SETUR e da PGJ.

À primeira vista parece não existir qualquer correlação entre as diversas regionalizações ditas “macro”. Veja-se que para a Secretaria de Planejamento, as “macrorregiões” somam 8; enquanto para a Secretaria de Turismo tem-se 6 “macro” regiões; para a SEFAZ, tem-se 4; e para a Secretaria de Saúde, 3.

Por outro lado, verifica-se que dentro destas “macro” regionalizações, as cidades-sede não são as mesmas para todas elas.

Ainda dentro desse contexto de “macrorregionalização”, podemos apontar um outro problema: o fato de se ter 8 Macrorregiões de Planejamento e não terem sido definidas quais seriam as cidades-sede dessa regionalização. O mesmo se verifica para a definição dos, apenas, 5 Planos de Desenvolvimento Regional (mas com 7 Escritórios Regionais), a cargo da SDLR. Surge aí uma dúvida: qual Secretaria, efetivamente, faz planejamento regional, a SEPLAN ou a SDLR?

No que diz respeito à “microrregionalização”, parece, à primeira vista, que as regionalizações das Secretarias de Saúde, Educação e da Cultura, obedecem à regionalização da SEGOV, a da regionalização administrativa, não obstante a SESA apresentar 21 (e não 20) microrregiões. Por outro lado, a EMATERCE divide sua área de atuação em 71 microrregiões.

Embora não sejam tratados como “regionalização”, existem 28 PROURBs e 19 ILHAS DIGITAIS (INFOVIAS).

Também vale chamar a atenção que dadas as características que devem determinar a existência de um “agropolo” este não deveria ser objeto de análise em um estudo sobre regionalização, pois sua existência não necessariamente determina a existência de uma “região”, pelo menos dentro do contexto que se definiu para a existência de uma “região”.

Entretanto, nos chamou a atenção o fato de que a Secretaria da Agricultura e Pecuária (SEAGRI) trabalha com 18 “agropolos de desenvolvimento agrícola” e a SDLR, com 7. Causa surpresa, primeiro, a diferença de quantidade; e segundo, o fato de se trabalhar com “agropolos” em duas secretarias diferentes.

Também vale, ainda, chamar a atenção (embora a análise da nova técnica de planejamento socioeconômico, denominada Arranjo Produtivo Local, não seja objeto do trabalho que se pretende fazer sobre a “regionalização” do Estado do Ceará), para o fato de várias Secretarias trabalharem com Arranjos Produtivos Locais, de maneira completamente desconexa entre elas (embora esses APLs sejam agrupamentos de produtores de diferentes bens), isto porque a técnica de Arranjo Produtivo Local é um instrumento de política de desenvolvimento socioeconômico, voltado para o micro e pequeno produtor. Note-se que por ser “local”, a política de implantação de APLs, necessariamente, é uma política “regional”. Note-se, ainda, que sendo uma política econômica, deve fazer parte integrante do Plano de Desenvolvimento do Estado e, portanto, ter uma melhor definição dos papéis das Secretarias de Estado dentro deste contexto.

6. OS ESPAÇOS DE CONVERGÊNCIA DOS FLUXOS SÓCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS NO CEARÁ

Conforme foi comentado no item 4, existem muitas divergências entre as diversas regionalizações hoje existentes no Estado do Ceará, no que diz respeito aos espaços físicos ou aglomerados humanos arrolados por cada uma delas

É claro, aliás, como já foi dito anteriormente, que um mesmo espaço físico pode ser “regionalizado” de diferentes maneiras, a depender do objetivo que se quer alcançar para tal regionalização.

Mas se um centro urbano (ou um espaço físico) qualquer apresenta certas particularidades que o caracterizam como um centro emissor de forças centrípetas, em determinados fenômenos, colocando-o como área “pólo”, não deveria tal centro (espaço) merecer uma maior atenção quando da “regionalização” do Estado?

É com este objetivo que para a análise a ser aqui efetuada, trabalharemos com estes espaços “comuns” ou de interação entre as várias regionalizações.

Tomando por base as diversas “regionalizações” existentes no Estado, mas ainda sem a análise das diversas metodologias adotadas pelos mais diversos órgãos, apresentamos o ANEXO 2, onde estão listadas as diversas cidades que são cidades-sede de algum tipo de regionalização.

No que diz respeito à existência de cidade-sede para os diversos tipos de regionalização, verificamos que: a) para a SEFAZ, existem 4 cidades-sede das Coordenadorias Regionais e 25 cidades-sede para as Células de Execução; b) para a SESA, temos 3 cidades-sede para as suas macrorregiões e 21 cidades-sede para as suas Células Regionais de Saúde; c) para a SEDUC são consideradas 21 cidades-sede para os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e Educação; d) para a PGJ existem 13 cidades-sede de suas Unidades Regionais; e) para a SEINFRA (DERT), são 10 as sedes de seus Distritos Operacionais; f) para a SEAGRI existem 18 cidades-sede de seus Agropolos e 71 cidades-sede para os CEACs; e g) para a SDLR, tem-se 5 cidades-sede para os Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) e 7 cidades-sede para os seus Escritórios Regionais.

Desta forma, as regionalizações do Ceará englobam 198 sedes, mas não necessariamente 198 cidades-sede. Isto porque uma determinada cidade pode ser “sede” de mais de uma regionalização. De fato, o número de cidades-sede é de 79.

Como se pode verificar, algumas cidades são sedes de várias regionalizações, enquanto outras sediam, apenas, uma só regionalização. Seriam aquelas cidades que sediam várias regionalizações, cidades de grande poder de indução de forças centrípetas ?

A análise que se pretende fazer a seguir tentará responder a esta questão.

A primeira observação a ser feita é sobre o número de cidades-sede existentes: 79 no total. É importante notar que algumas delas não têm nenhuma característica de

cidade-polo, haja vista que fazem parte de municípios sem qualquer atratividade, seja indutora, seja propulsora de alguma atividade socioeconômica. Estes são os casos, por exemplo, das cidades de Acopiara, Caririaçu, Ocara e Saboeiro, que são cidades-sede dos CREDE, da SEDUC. Apenas para citar estes exemplos.

Se se tomar a regionalização como um instrumento de desenvolvimento socioeconômico, pode-se argumentar que estes municípios que apresentam fraca capacidade de auto desenvolver-se e de ser centro de atração para outras cidades, não deveriam ser sede de regionalização

Por outro lado, existem algumas cidades-sede que ostentam a condição de sede de vários tipos de regionalização, mas por motivos não explicados não são sede de modelos de regionalização para políticas onde as características de indução de forças centrípeta são extremamente importantes, como é o caso da educação. Estes são os casos dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e de Barbalha, que não são sedes da regionalização da Secretaria de Educação.

A segunda observação que deve ser feita é sobre o emprego das possíveis teorias de regionalização utilizadas pelos diversos órgãos/secretarias do governo do Estado.

Se tomarmos as freqüências de cidade-sede dos municípios listados na Tabela 1 como parâmetro para determinar a **hierarquia dos centros** para aqueles municípios, encontraremos o seguinte Quadro:

QUADRO 2

FREQÜÊNCIA DOS MUNICÍPIOS-SEDE FREQÜÊNCIA DOS MUNICÍPIOS POR CATEGORIA DOS CENTROS

FREQÜÊN CIA	MUNICÍPIOS	CATEGO RIA
11	Sobral	1 ^a
9	Iguatu	2 ^a
8	Limoeiro do Norte	3 ^a
7	Crato, Fortaleza e Itapipoca	4 ^a
6	Baturité, Camocim, Crateús e Juazeiro do Norte	5 ^a
5	Acaraú, Aracati e Tauá	6 ^a
4	Canindé, Caucaia, Maranguape, Quixadá, Quixeramobim, Russas e Tianguá	7 ^a
3	Campos Sales, Iço, Jaguaribe, Santa Quitéria e São Benedito	8 ^a
2	Acopiara, Aracoiaba, Beberibe, Granja, Independência, Ipu, Maracanaú, Mauriti, Mombaça e Morada Nova	9 ^a
1	Aiuaba, Alto Santo, Aquiraz, Araripe, Assaré, Barbalha, Boa Viagem, Caridade, Cariré, Caririaçu, Cascavel, Coreaú, Guaraciaba do Norte, Horizonte, Ipaumirim, Itapajé, Itapiuna, Jaguaruana, Jucás, Lavras da Mangabeira, Marco, Massapê, Milagres, Missão Velha, Mucambo, Nova Russas, Ocara, Pacajus, Pacoti, Paraipaba, Pentecoste, Redenção, Saboeiro, Santana do Acaraú, Santana do Cariri, São	10 ^a

A primeira constatação que se pode fazer é que Sobral, Iguatu e Limoeiro do Norte estão em níveis de hierarquização acima de Fortaleza. Uma outra constatação é que Fortaleza estaria no mesmo nível hierárquico de Crato e Itapipoca. Por outro lado, Itapipoca seria um Centro hierarquicamente superior a Crato. Uma quarta, é que Maracanaú se igualaria a Brejo Santo e a Camocim, por exemplo.

Estas constatações vão contra o simples bom senso. Isto significa dizer que as regionalizações em uso no Estado do Ceará não guardam coerência entre elas.

É importante salientar neste momento que existem determinados fatores que favorecem ou determinam a existência de forças centrípetas em uma localidade específica. Estes fatores são os seguintes:

- Potencial de Mercado;
pelo tamanho da população (mercado consumidor), pela existência de demanda insatisfeita, pela grandeza do PIB, pelo valor dos salários médios pagos, pela existência de grande oferta de postos de trabalho, pela possibilidade de maiores ganhos para os empresários e para os trabalhadores, pela existência de aglomerados de produtores, pela existência de instituições científicas e tecnológicas etc.
- Oferta de Serviços Públicos;
caracterizada pela oferta de boas instituições de ensino, pela oferta de bom serviço de saúde pública, de boas condições sanitárias, pela existência de segurança pública efetiva etc

E o que determina a existência de latentes forças centrífugas em uma localidade? Naturalmente a inexistência daqueles fatores centrípetos e mais a proximidade de centros urbanos centrípetos ou dominantes. Desta forma, a variável “distância” passa a ter papel preponderante quando se estudam as características de uma determinada localidade para qualificá-la como “cidade-polo” ou “cidade-sede”, ou “centro dominante” etc.

Assim, não é por acaso que a variável “distância” aparece como uma das variáveis do modelo gravitacional.

A relação e análise das variáveis que serão trabalhadas no modelo de regionalização que será utilizado neste trabalho serão apresentadas no item 8, a seguir.

Antes, porém, de apresentar uma proposta de uma nova (e única) regionalização para o Estado do Ceará, está na hora de respondermos às perguntas formuladas na Introdução deste trabalho.

Isto será feito no item 7, abaixo.

7. A AVALIAÇÃO DAS REGIONALIZAÇÕES EXISTENTES

Estamos agora aptos a responder às perguntas formuladas na Introdução deste trabalho. Desta forma, comecemos com a primeira pergunta:

QUE CONTRIBUIÇÃO ESSA A PROFUSÃO DE REGIONALIZAÇÕES EXISTENTE HOJE NO CEARÁ TRAZ PARA A GESTÃO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL?

Conforme vimos em itens anteriores, o Ceará ostenta 23 regionalizações quando se computam as divisões geográficas do Estado elaboradas tanto pelo setor público, seja estadual, seja federal, como pelo setor privado. Somente o poder executivo cearense divide o Estado em 15 regionalizações diferentes. Estas regionalizações podem ocorrer ao nível MACRO ou ao nível MICRO.

No que diz respeito à regionalização “macro”, somente quatro Secretárias usam esta prática: SEPLAN , SETUR , SEFAZ e SESA. E existe mais uma macrorregionalização: a da Procuradoria Geral da Justiça.

Portanto, no total, temos cinco “macrorregionalizações” no Estado.

Vale registrar que a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional, sem nomear como “macro” ou “micro” região, estabeleceu 5 **PLANOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS (PDR)**, onde cada área de abrangência não se coaduna com qualquer das regionalizações existentes. Por outro lado, conforme se pode ver no Anexo 1.10, em alguns casos a área de abrangência do PDR também não coincide com a área de jurisdição do Escritório Regional (da própria SDLR) daquela “região”. E uma área (o Cariri) para a qual existe um Escritório Regional, não foi contemplada com um “plano regional”.

Dada esta constatação, fica difícil entender o processo de planificação regional do Estado.

Quanto às “microrregionalizações”, o Ceará, embora nem todas ostentem este nome, apresenta oito dessas divisões espaciais. Isto se não considerarmos os 28 PROURBs e as 19 ILHAS DIGITAIS, como caracterizando duas outras divisões “micro”.

Por outro lado, nem sempre para essas “macro” ou “micro” regiões, fica explícito qual município (ou cidade) seria a sede da regionalização.

Aqui, portanto, surge um problema: toda e qualquer regionalização deve ter um pólo centralizador? Levando-se em conta, para o caso específico do Ceará, que ao se estabelecer uma região, teve-se por objetivo ou o planejamento ou a administração de políticas ou programas, ou ambos, a resposta deve ser afirmativa. Infelizmente, no Estado do Ceará, nem sempre esta providência está explícita.

Desta forma, como existem as mais díspares divisões territoriais dentro dessas regionalizações, o que com certeza, não contribui para um planejamento e uma administração logicamente dirigidos, em nossa opinião esta profusão de regionalizações deveria ser evitada.

È possível que ao nível interno do órgão que promoveu a “sua” regionalização, tal divisão fisiográfica ajude a administração no seu dia-a-dia. Haja vista que há de ter alguma lógica (embora não saibamos qual) para a existência da regionalização e do “como” e do “porquê” ela foi feita.

Mas se pensarmos no Estado como um todo, para o qual os resultados das ações públicas somente serão efetivos e eficazes se houver um direcionamento setorial e espacial único, esta profusão de regionalizações deve atrapalhar a administração da coisa pública no Ceará.

E quanto à segunda questão?

AS REGIONALIZAÇÕES EXISTENTES GUARDAM ALGUMA CORRELAÇÃO ENTRE SI?

A análise efetuada sobre a distribuição espacial de cada uma dessas “regionalizações” e as suas inter-relações, mostra que não há qualquer correlação entre estas diversas distribuições espaciais existentes. Assim, não se observa grande coerência, nem qualquer harmonia visual ou qualquer lógica econômica.

No que diz respeito à terceira questão, ou seja,

QUE METODOLOGIAS FORAM UTILIZADAS PARA O ESTABELECIMENTO DE TAIS REGIONALIZAÇÕES?

Como vimos no item 3, as regionalizações estabelecidas em governos passados, conforme as bibliografias citadas, o foram baseadas em metodologias conhecidas (embora não explicitadas nos trabalhos), tais como: o Método da Hierarquia de Centros Urbanos, o Método de Região de Planejamento, o Modelo Gravitacional etc.

Para as regionalizações hoje existentes, não foi possível ter acesso às metodologias empregadas, à exceção para as regionalizações da SESA e da SEAGRI. E o que se pode concluir do que foi discutido? Primeiro, que, parece, não há estudos explicativos para as regionalizações existentes; segundo, que mesmo aquelas Secretarias que apresentam alguma argumentação sobre o assunto, o fazem em termos mais empíricos que teóricos. Isto é o que se deduz das explicações da SESA e da SEAGRI, quanto a este assunto.

Finalmente chegamos à última questão

HÁ ALGUMA SIMILITUDE ENTRE A REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO FEITA PELO IBGE E AS DIVERSAS REGIONALIZAÇÕES ELABORADAS PELAS SECRETARIAS DE GOVERNO?

A resposta a esta pergunta é negativa.

Dadas as conclusões a que chegamos sobre o assunto objeto deste trabalho: a regionalização do Estado do Ceará, só há uma tarefa a cumprir, que é propor uma nova regionalização para o Estado.

Há de se ter em mente, entretanto, que o objetivo de tal regionalização é permitir que todas as políticas públicas adotadas pelo Governo, convirjam para os aglomerados

humanos estabelecidos em espaços físicos bem determinados, tendo como suporte o planejamento e objetivando uma administração efetiva e eficaz.

O escopo do presente trabalho é, então, contribuir para que se estabeleça bases sólidas para a promoção da desconcentração espacial do desenvolvimento, a promoção do potencial das áreas interioranas, suportadas por gestão integrada e compartilhada do território cearense. Isto é, o escopo deste trabalho é dar suporte para a adoção de uma racional distribuição espacial das ações do governo, dentro do que está explicitado no Plano de Governo no eixo **CEARÁ INTEGRAÇÃO**

8. PROPOSTA DE UMA NOVA REGIONALIZAÇÃO PARA O ESTADO DO CEARÁ

Qualquer estudo de regionalização exige do pesquisador a resposta a quatro perguntas fundamentais:

- Qual arcabouço teórico foi utilizado;
- Qual o porquê das regiões escolhidas;
- Qual o porquê dos municípios integrantes de cada região;
- Qual o porquê dos municípios-sede escolhidos

8.1. O ARCABOUÇO TEÓRICO

A utilização de um arcabouço teórico qualquer no campo da economia regional, exige sempre do pesquisador, primeiro a escolha das variáveis a serem trabalhadas; segundo, uma metodologia para a análise dessas variáveis. Dentro deste contexto poderá haver a necessidade, ou não, do uso de uma formulação analítica ou “modelagem” para o estudo.

No presente caso, não utilizamos um modelo “teórico” para a definição da “região”. Mas seguimos a metodologia do IBGE para a determinação das mesorregiões cearenses. Somente para a escolha do município (cidade)-pólo, é que foi utilizado o Modelo Gravitacional.

Desta forma, apresentadas e discutidas as “regionalizações” existentes no Estado do Ceará, bem como discutidas algumas teorias da economia regional, mister se faz apresentar e analisar as variáveis que entrarão na metodologia a ser empregada para a definição das regiões. Isto será feito no item 8.1.1., a seguir.

8.1.1. AS VARIÁVEIS DO MODELO

O problema aqui é a escolha desses “espaços limitados” (regiões). Quais argumentos deverão ser utilizados para caracterizar e delimitar esses espaços?

No caso específico da escolha das regiões propostas, devemos chamar a atenção do leitor para os seguintes fatos: a) a escolha das regiões obedeceu à metodologia do IBGE, onde os aspectos físicos, econômicos e culturais foram levados em consideração

Seguindo as recomendações anteriormente discutidas, vamos analisar, primeiro, as similitudes dos municípios *j* no espaço contíguo a cada município *i*. Para isto

analisaremos o desvio padrão dos Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM (IPLANCE, 1998) em torno da média dos IDMs daqueles municípios.

Também para cada região serão analisadas: a) as características físicas e edafoclimáticas; b) as características econômicas ali imperantes, mormente no que diz respeito aos sistemas produtivos, agrícola e industrial, de forma a se ter uma caracterização via “produtos”, dessa área; c) as inter-relações viárias entre os municípios; d) a existência de veículos de comunicação, como jornais, rádios e estações de televisão

Desta forma, no que diz respeito à escolha das regiões foram analisados os seguintes aspectos: a) área; b) a característica do espaço físico; c) municípios componentes; d) população; e) densidade demográfica; f) grau de urbanização; g) PIB; h) PIB per capita; i) IDM; j) grau de dispersão do IDM; l) Índice de Desenvolvimento Social – IDS (IPECE, 2003); m) grau de dispersão do IDS; n) a característica do setor produtivo agrícola; o) a característica do setor industrial; p) bancos e números de agências existentes na região; q) a infra-estrutura viária existente; r) festividades folclóricas dos municípios; e, s) festividades religiosas dos municípios

Quanto as variáveis que entrarão na formulação do modelo gravitacional utilizado para a escolha dos municípios (cidades)-pólo, estas serão explicitadas abaixo.

O modelo que iremos utilizar para a construção dessa proposta de regionalização, trabalha com as seguintes variáveis:

P_i - População da cidade i

P_j - População da cidade j

d_{ij} - Distância entre as cidades i e j

D_i - Índice de Desenvolvimento do Município i

D_j - Índice de Desenvolvimento do Município j

g - Constante Gravitacional

I_{ij} - Índice de interação socioeconômica entre a cidade i e a cidade j (medido pelo fluxo migratório entre as cidades)

b - Constante de redução do impacto da distância

A justificativa para o uso dessas variáveis baseia-se no fato de elas, de certa forma, englobarem as dimensões anteriormente referidas: potencialidade do mercado e oferta de serviços públicos de qualidade. Veja-se que o Índice de Desenvolvimento Municipal-IDM trabalha com 29 variáveis econômicas e sociais. Se a isso adicionarmos as populações municipais, cobriremos, embora indiretamente, todos os fatores listados como propulsores das forças centrípetas que determinam ser a localidade um “centro dominante” .

Quanto à segunda tarefa do pesquisador, escolher o modelo analítico a ser trabalhado, a solução aqui encontrada foi trabalhar com o Modelo Gravitacional, por entendermos ser tal modelo, o mais adaptável às informações estatísticas existentes no Estado, bem como

por ter sido o modelo trabalhado em outras regionalizações anteriores, o que possibilitará futuras comparações, caso isto seja conveniente. Referido modelo é apresentado no item 8.1.2, a seguir.

8.1.2. A FORMULAÇÃO DO MODELO

Para estabelecermos quais municípios (cidades) seriam “pólos”, trabalhamos, como já foi dito com o **MODELO GRAVITACIONAL DE ISAAC NEWTON**.

Entretanto, como um exercício teórico, resolvemos trabalhar com duas formulações diferentes. A primeira, seguindo o esquema tradicional da aplicação direta da Lei de Gravitação de Newton; a segunda, ajustando tal lei ao que consideramos ser a expressão exata dos fenômenos econômicos.

Desta forma, dada a primeira formulação, para cada cidade i , encontraremos o **índice de interação** com cada cidade j , de acordo com a seguinte fórmula:

$$I_{ij} = g (D_i \cdot P_i \cdot D_j \cdot P_j / d_{ij}^2)$$

Assim, podemos encontrar a explicação para o poder de atração de um determinado município (ou cidade) i , tomando como variáveis a população e o Índice de Desenvolvimento Municipal. A hipótese aqui subjacente é que o poder de atração da cidade i em relação a alguma cidade j qualquer, é função direta de sua população e de seu Índice de Desenvolvimento Municipal e da população e do IDM da cidade j e função inversa da distância, d , entre as duas cidades.

A segunda formulação é estabelecida pela expressão

$$I_{ij} = g (D_i \cdot P_i / D_j \cdot P_j \cdot d_{ij})$$

A primeira metodologia aqui proposta é diferente daquela mais comumente utilizada nos estudos que trabalham com o modelo gravitacional, haja vista que tais estudos, não usam o Índice de Desenvolvimento do Município. Na realidade, as variáveis mais utilizadas ou é a população ou é o PIB.

Em qualquer das duas formulações, para que a cidade i seja considerada uma ‘cidade-polo’ ou uma “cidade-sede regional” será necessário que dentro de um determinado espaço geográfico contíguo, esta cidade tenha o maior **índice de interação para cada uma das cidades consideradas naquele espaço geográfico**.

Desta forma, devemos estabelecer uma matriz $J \times J$ formada por **índices de interação**, de forma que se tenha para cada linha I os I_{ij} . Ou seja, os **índices de interação** entre as cidades j e a cidade i .

Dada a matriz “ J ”, podemos encontrar os maiores I_{ij} , conhecendo, portanto, as cidades i , bem como as cidades j que mais se inter-relacionam com cada uma das localidades i .

É importante observar que a matriz J nesta primeira formulação é uma matriz diagonal, haja vista que $I_{ij} = I_{ji}$.

Tendo em vista que “região” é sinônimo de “espaço físico contíguo”, o próximo passo será determinar a contigüidade dos municípios j com cada um dos municípios i .

Isto é, para a escolha dos municípios j que serão os satélites de cada município i , serão adicionadas outras variáveis para análise. A primeira delas, obviamente, é a contigüidade, que será medida por uma raio a partir de cada cidade i .

Assim, a região será definida dentro de um espaço contíguo, com um determinado raio de abrangência, no entorno de uma “cidade-polo”.

Infelizmente, aqui há a arbitrariedade de “tamanho” do raio de abrangência e do conceito de “contigüidade”. A idéia aqui subjacente é trabalhar com um raio de 50 km ao redor do município i . De qualquer forma, o indicador padrão para a escolha da “região” será o **índice de interação**.

Também é importante ter em mente que a idéia embutida na Lei da Gravitação de Newton, é o poder de atração das massas dos objetos (aqui, cidades) entre si.

Desta forma, os modelos gravitacionais utilizados em economia regional, normalmente trabalham com o PIB, pois a idéia é que a economia é a grande força centrípeta entre as localidades.

Neste trabalho, estamos utilizando o IDM e a população. Tendo em vista que o IDM tem um forte componente de renda econômica, o fato de trabalharmos com o IDM e a população tem a característica de dar um pouco mais de peso aos fatores sociais e institucionais.

Mesmo com esta precaução, não se deve trabalhar tão-somente com o IDM e a população, pois o viés pró fatores econômicos ainda seria muito forte.

Às escolhas preliminares dos municípios-polo, i , e de suas áreas contíguas que lhes caracterize como “região”, outras variáveis devem ser analisadas para estabelecermos com mais precisão as forças centrípetas desses municípios.

Para os municípios i , os municípios-pólo, além do tamanho do I_i , serão analisadas as taxas de crescimento da população e do PIB ao longo de uma série histórica de 20 anos, para verificar o comportamento dinâmico desses municípios. Também serão analisadas as ofertas de equipamentos públicos como escolas de primeiro e segundo graus, hospitais, universidades, institutos tecnológicos etc.

Uma última observação deve ser feita: dado o grande poder de atração de Fortaleza, que ultrapassa, em muito, o raio de 50 km, não será levada em consideração o seu poder de atração, exceto para a RMF.

Os dados referentes à população, IDM e migração, serão aqueles existentes para o ano de 2002.

As observações acima obviamente se aplicam, também, quando do uso da segunda formulação. Neste último caso, o que é importante é a desigualdade entre os índices de atração. Ou seja

$$I_{ij} \neq I_{ji}$$

Entretanto, um fato novo surgiu durante os cálculos que foram efetuados: é que quando trabalhamos com o indicador da distância , d_{ij} , sem elevá-lo ao quadrado, os resultados colhidos mostram um viés bastante expressivo no sentido do IDM. Quando trabalhamos com d_{ij}^2 este viés é bastante minimizado e o índice de atração apresenta valores mais consentâneos com a realidade da região, dadas as outras informações trabalhadas.

No Anexo 3 listamos os valores das variáveis aqui envolvidas e que serviram de cálculo para os ÍNDICES DE POTENCIALIDADE PARA CADA CIDADE (CENTRO) i , bem como os resultados numéricos das três formulações utilizadas.

8.2. A NOVA (PROPOSTA) DE REGIONALIZAÇÃO DO CEARÁ

No presente subitem, vamos tentar responder, de início, à pergunta: qual o porquê das regiões escolhidas.

A regionalização proposta, está muito em consonância com os aspectos físicos que caracterizam o Estado do Ceará. Senão vejamos: primeiro, temos todo o LITORAL; segundo, temos os SERTÕES; em terceiro lugar temos o VALE DO RIO JAGUARIBE; quarto, temos as REGIÕES DOS MACIÇOS; quinto, temos os INHAMUNS; e por último, o CARIRI. Estes são, sem sombra de dúvida, os grandes espaços geográficos mais marcantes no Estado. Mas, como dito anteriormente, não só os aspectos físicos devem nortear uma regionalização quando o objetivo de se fazer tal regionalização é o planejamento e a gestão das políticas públicas do Estado.

Desta forma, a primeira grande variável a ser considerada para a definição do “espaço regional”, foi a característica física do espaço geográfico cearense.

A segunda variável utilizada foi a característica edafoclimática de referido espaço. Como terceira variável, utilizamos a característica da produção agrícola existente naquele espaço. As características sociais e culturais também foram analisadas como “características” regionais.

Quando analisamos os dados acima listados, ficou bastante evidente que mesmo dentro daqueles macroespaços fisiográficos poder-se-ia estabelecer sub-espaços regionais com características bem diferentes entre eles.

Portanto, ao se analisar o LITORAL DO CEARÁ, descobre-se que este espaço físico pode ser dividido em três regiões. Isto é possível, primeiro por que Fortaleza e, conseqüentemente, a Região Metropolitana é um divisor de águas, separando o restante do litoral em duas outras regiões. Desta forma, a primeira região estabelecida é a **REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**. Como conseqüência, pode-se designar o litoral a oeste da RMF, como **REGIÃO LITORAL OESTE**. O litoral a leste da RMF foi dividido em duas regiões: a **REGIÃO LITORAL LESTE** e a **REGIÃO LITORAL NORTE**.

Quando se analisam as chapadas existentes no Estado, duas sobressaem-se como espaços muito definidos: a **REGIÃO CHAPADA DA IBIAPABA** e **REGIÃO MACIÇO DE BATURITÉ**.

Por outro lado, os sertões cearenses, apesar da qualificação maior de “sertões”, englobam sub-espços também bastantes definidos, senão em termos físicos, com certeza em termos socioeconômicos. Desta forma, pode-se estabelecer, para este sub-espço, as seguintes regiões: **REGIÃO SERTÃO NORTE**, **REGIÃO SERTÃO CENTRAL** e **REGIÃO SERTÃO SUL**.

No que diz respeito ao espaço físico do Vale do Jaguaribe, pode-se diferenciar dois espaços distintos: a **REGIÃO DO ALTO JAGUARIBE** e a **REGIÃO DO MÉDIO JAGUARIBE**. Veja-se que o espaço que poderia ser chamado região baixo Jaguaribe foi incorporado à Região Litoral Leste.

Por fim, tem-se o espaço caracterizado como **REGIÃO DOS INHAMUNS** e o espaço da **REGIÃO DO CARIRI**.

Desta forma, os dados levantados e analisados neste trabalho levaram-nos a concluir que o Estado do Ceará poderá ser dividido em 13 regiões, a saber:

- REGIÃO LITORAL OESTE
- REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA
- REGIÃO LITORAL LESTE
- REGIÃO LITORAL NORTE
- REGIÃO CHAPADA DA IBIAPABA
- REGIÃO SERTÃO NORTE
- REGIÃO MACIÇO DE BATURITÉ
- REGIÃO DO MÉDIO JAGUARIBE
- REGIÃO DOS INHAMUNS
- REGIÃO DO SERTÃO CENTRAL
- REGIÃO DO ALTO JAGUARIBE
- REGIÃO SERTÃO SUL
- REGIÃO DO CARIRI

As regiões acima nominadas apresentam, em termos institucionais, as características descritas na Quadro 3, a ser apresentada em item posterior.

Como se pode verificar pelos dados do Quadro 3, a seguir explicitado, há grandes disparidades entre essas regiões, em qualquer das três variáveis listadas na Tabela. Significa isto dizer que há algo de errado com a presente proposta? É óbvio que não. Quando se faz uma distribuição regional de um espaço físico, a idéia é justamente ter informações sobre as disparidades existentes dentro desse mesmo espaço físico. O que se exige é que dentro de cada “região”, a homogeneidade entre as partes se faça presente.

A idéia subjacente para este argumento é devida ao escopo que se pretende associar à presente proposta de regionalização: para espaços homogêneos, políticas homogêneas. Ou em outras palavras, cada espaço regional deverá ser tratado diferentemente, com políticas e objetivos diferentes.

Assim, a política adequada para uma determinada região *j*, por exemplo, não necessariamente será a política adequada para uma outra região *i*. Mesmo que destinada a um mesmo setor da economia ou segmento da população.

É por isso que a regionalização é de extrema importância como uma política de desenvolvimento econômico: ela permite tratar iguais, igualmente. E desiguais, diferentemente.

No Item 8.5. descrevemos cada uma das regiões propostas, levando em consideração as variáveis que foram objeto de análise ao longo deste trabalho.

Podemos agora tentar responder à terceira pergunta acima formulada: qual o porquê dos municípios integrantes de cada região?

8.3. OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DE CADA REGIÃO

A princípio deve-se ter em mente que o problema de quais municípios farão parte de uma região pode estar muito imbricado com o problema da escolha do município-sede. Mas neste caso, a escolha recaiu naqueles que mantinham, basicamente, as mesmas características físicas (atributos) que determinavam a definição da região e que eram municípios contíguos entre si.

O fato de apresentarem sistemas produtivos semelhantes (mesmo produtos, tamanhos similares para as propriedades agrícolas etc) também foi levado em consideração para a inclusão ou não de determinado município em determinada região.

As similitudes culturais também foram observadas. Enfim, procurou-se estabelecer o maior número possível de pontos de convergência entre esses municípios.

Na Quadro 3, abaixo, estão listados os municípios integrantes de cada região.

QUADRO 3

A NOVA REGIONALIZAÇÃO DO CEARÁ

Nº	Nova Regionalização	Área (km²)	População 2002	Nº de Município	Municípios
01	LITORAL OESTE	10.532	450.514	16	Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama
02	LITORAL NORTE	7.273	266.232	9	Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco
03	LITORAL LESTE	5.934	256.318	9	Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano, Pindoretama
04	MACIÇO DE BATURITÉ	3.157	197.860	12	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção
05	INHAMUNS	13.358	283.759	11	Ararendá, Crateús, Croatá, Independência, Ipaoranga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Tamboril
06	CARIRI	20.471	901.810	30	Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixo, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Várzea Alegre
07	ALTO JAGUARIBE	20.539	527.744	21	Acopiara, Cariús, Catarina, Cedro, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, Icó, Iguatu, Jaguaribe,

					Jucás, Milhã, Mombaça, Orós, Pereiro, Piquet Carneiro, Quixelô, Saboeiro, Senador Pompeu, Solonópole, Tarrafas, Umari
08	MÉDIO JAGUARIBE	10.086	273.681	10	Alto Santo, Iracema, Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte
09	SERTÃO CENTRAL	21.409	438.505	15	Banabuiú, Boa Viagem, Canindé, Caridade, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga, Itapiúna, Itatira, Jaguaretama, Madalena, Paramoti, Pedra Branca, Quixadá, Quixeramobim
10	SERTÃO NORTE	12.656	487.934	21	Alcântaras, Cariré, Catunda, Coreaú, Forquilha, Groaíras, Hidrolândia, Martinópole, Massapê, Meruoca, Miraíma, Moraújo, Morrinhos, Pires Ferreira, Reriutaba, Santa Quitéria, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Uruoca, Varjota
11	SERTÃO SUL	10.880	125.827	5	Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Tauá
12	CHAPADA DA IBIAPABA	5.079	337.031	12	Carnaubal, Frecheirinha, Graça, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipú, Mucambo, Pacujá, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará
13	RMF	4.976	3.107.318	13	Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante
Total		146.348	7.654.535	184	

8.4. OS MUNICÍPIOS (CIDADES)-PÓLO

A utilização do Modelo Gravitacional, tanto na formulação 1, como em uma variante da formulação 2, conforme descrito em item precedente, nos permitiu eleger a cidade-pólo, para cada uma das regiões escolhidas.

É importante salientar que a expressão analítica utilizada para a escolha final do município(cidade)-pólo, foi a seguinte

$$I_{ij} = (D_i \cdot P_i / D_j \cdot P_j \cdot d_{ij}^2)$$

Dentro deste contexto, algumas conclusões podem ser tiradas quanto ao emprego do modelo gravitacional para a definição de cidade-pólo. A primeira delas é que o uso do quadrado da distância resulta em uma hierarquização mais lógica (conforme já explicitado) que aquela encontrada quando só se utiliza o valor nominal da distância.

Por outro lado, as duas formulações apresentadas resultam em **ÍNDICES DE ATRAÇÃO** diferentes para cada município, mas, praticamente, não altera a órbita de influência daquele que é o município (cidade)-pólo. Veja Anexo 5.

Mas utilizando-se a segunda formulação, a coerência do Índice calculado é mais evidente, dado o conhecimento empírico que se tem da inter-relação entre os municípios.

Significa isto dizer que dentro deste contexto, a escolha da segunda formulação confirma o “feeling” de ser ela mais adequada que a aplicação direta da expressão de Newton, quando se quer estabelecer algum centro de atração em termos socioeconômicos.

Vale aqui chamar a atenção do leitor que o economista tende, algumas vezes, a utilizar conceitos e expressões da física para descrever fenômenos econômicos, o que nem sempre é o mais indicado. Por outro lado, nem sempre o uso de modelos analíticos é a forma mais adequada para se utilizar na análise de fenômenos econômicos.

De qualquer forma, o cálculo do I_{ij} para cada município, dentro de cada região, bem como o comportamento do PIB e da População, na última década, verificado para cada um deles, permitiu que se estabelecesse o que é mostrado no Quadro 4, abaixo

QUADRO 4

AS REGIÕES E OS MUNICÍPIOS-SEDE

REGIÃO	MUNICÍPIO-SEDE
LITORAL OESTE	ITAPIPOCA
LITORAL NORTE	CAMOCIM
LITORAL LESTE	ARACATI
MACIÇO DE BATURITÉ	BATURITÉ
INHAMUNS	CRATEÚS
CARIRI	JUAZEIRO DO NORTE
ALTO JAGUARIBE	IGUATU
MÉDIO JAGUARIBE	LIMOEIRO DO NORTE
SERTÃO CENTRAL	QUIXADÁ
SERTÃO NORTE	SOBRAL
SERTÃO SUL	TAUÁ
CHAPADA DA IBIAPABA	TIANGUÁ
R M F	FORTALEZA

Escolhidas as regiões e escolhidos os municípios-sede, é hora de descrever cada uma das regiões de forma mais detalhada. Isto é feito no item 8.5., a seguir.

8.5. DESCRIÇÃO DAS NOVAS REGIÕES SUGERIDAS

8.5.1. A REGIÃO LITORAL OESTE

A Região Litoral Oeste apresenta as seguintes características:

- **ÁREA** : 10.532 km²
- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES**: A região ora descrita compreende parte do litoral da costa cearense, que vai desde a divisa com o município de São Gonçalo do Amarante (englobado na RMF), até a divisa com o Município de Acaraú. Isto representa uma extensão de 144,52 km de litoral. Em termos dos aspectos geomorfológicos, na Região, dois tipos de solos prevalecem: pdzólico vermelho-amarelo (43,25%) e Bruno não-cálcio (15,34%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 31,44° C a um mínimo de 23,94° C. Quanto à precipitação pluviométrica na Região, em média, esta atinge 956,33mm.
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES**: A região engloba 16 municípios, quais sejam: Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama.

- POPULAÇÃO: 450.514 habitantes
- DENSIDADE DEMOGRÁFICA: 42,78 habs./ km²
- GRAU DE URBANIZAÇÃO: 51,12%
- PIB: R\$ 865,0 milhões
Em 2002, a distribuição setorial do PIB regional, estava assim constituída:

Agropecuária	-	19,28%
Indústria	-	30,59%
Serviços	-	50,13%
- PIB PER CAPITA: R\$1.920,00
- IDM MÁXIMO: 0,359
- IDM MÍNIMO: 0,153
- GRAU DE DISPERSÃO DO IDM: 0, 274
- IDS MÁXIMO: 0, 529
- IDS MÍNIMO: 0,394
- GRAU DE DISPERSÃO DO IDS: 0,440
- PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS:
A Região Litoral Oeste é a maior produtora do Estado, dos seguintes produtos agrícolas e agroindustriais:

Banana	-	26,53%	da	produção	total	do	Estado
Coco-da-baia	-	48,97%	“	“	“	“	“
Mandioca	-	24,26%	“	“	“	“	“

A Região é, também, a segunda maior produtora dos seguintes produtos agrícolas:

Batata doce	-	27,08%	da	produção	total	do	Estado
Cana-de-açúcar	-	22,02%	da	produção	total	do	Estado
Cera de Carnaúba	-	13,25%	“	“	“	“	“
Pó de Carnaúba	-	13,10%	“	“	“	“	“
Rapadura e Aguardente	-	22,02%	“	“	“	“	“
- PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS: A Região não apresenta um parque industrial significativo. De fato, a Região, em número de empresas do setor de indústria de transformação, só representa 1,37% deste setor no Ceará. Ainda dentro deste contexto, tem-se que o setor de serviços industriais de utilidade pública instalado na Região corresponde a 5,56% de todo o setor cearense.
- NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS: 9 agências bancárias

- **INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA:** Existem na Região, 2.870,40 quilômetros de estradas, dos quais 567 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais. Vale salientar que o município-sede, Itapipoca, interliga-se, por estradas pavimentadas, com todos os municípios que compõem a Região.
- **FESTIVIDADES FOLCLÓRICAS:** Na região não há fortes manifestações folclóricas, a não ser as tradicionais festas juninas.
- **FESTIVIDADES RELIGIOSAS:** No que diz respeito às festividades religiosas, vale registrar as festas em honra a Nossa Senhora da Conceição, que ocorrem em dos 16 municípios da Região.

8.5.2. A REGIÃO LITORAL LESTE

A Região Litoral Leste apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 5.934 km²
- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita compreende o litoral da costa cearense que vai desde a divisa com a Região Metropolitana de Fortaleza até a divisa com o Estado do Rio Grande do Norte. Isto representa uma extensão de 152,36 km de litoral. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente 2 tipos de solos: areias quartzosas distróficas (62,73%) e planosolo solódico (10,41%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 30,96° C a um mínimo de 23,63° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 988,08 mm.
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 9 municípios, quais sejam: Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano e Pindoretama.
- **POPULAÇÃO:** 256.318 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 43,20 habs./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 62,30%
- **PIB:** R\$ 760,4 milhões
Este Produto está, setorialmente, assim distribuído: agropecuária (18,90%); Indústria (35,83%) e Serviços (45,25%)
- **PIB PER CAPTA:** R\$ 2.966,62
- **IDM MÁXIMO:** 0,402
- **IDM MÍNIMO:** 0,274
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDM:** 0,361

- IDS MÁXIMO: 0,511
- IDS MÍNIMO: 0,373
- GRAU DE DISPERSÃO DO IDS:0,450
- PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS: A região Litoral Leste é a maior produtora do Estado, nos seguintes produtos agrícolas e agroindustriais:

Castanha de Caju - 24,93% da produção total do Estado

E a segunda maior produtora de

Melão	- 20,21%	“	“	“	“	“
Ovos	- 12,54%	“	“	“	“	“
Cera de Carnaúba	- 13,25%	“	“	“	“	“

- PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS: A Região do Litoral Leste, a exemplo do que ocorre na Região Litoral Oeste, não apresenta um forte setor industrial. Com 12,39% da agropecuária cearense, este é o setor econômico mais importante para a Região, inclusive no que diz respeito à geração de emprego, haja vista que 26,77% dos empregados na agropecuária cearense estão ali localizados.
- NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS: 9 agências bancárias
- INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA: Existem na Região, 2.919,60 quilômetros de estradas, dos quais 536 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.
- FESTIVIDADES FOLCLÓRICAS: CÔCO – Na praia de Majorlândia, município de Aracati, ainda se pode presenciar exibições de dança do Côco, também denominada de pagode, zambé, bambelô. É apresentado ao som de caixas, pandeiros, ganzás, íngonos, numa batida contagiante. Homens e mulheres reúnem-se em roda, com um solista no centro, fazendo passos ritmados, “puxando o côco”, e ao cumprimentar e a despedir-se dos parceiros com umbigadas, fazendo vênia ou com batida do pé. E entoarem quadras, emboladas, sextilhas e décimas, puxadas pelo refrão. Um bailado indígena, dos tupis do litoral. CANINHA VERDE - Dança-cordão de origem portuguesa, introduzida no Brasil durante o ciclo da cana-de-açúcar, No Ceará começou a ser conhecida no início do presente século, nas praias de Aracati e passou a ser comum nas colônias de pescadores, estendendo-se aos festejos mominos e eventos diversos. Apresenta também elementos de outros folguedos, tais como: casamento matuto (quadrilha junina), mestres e a formação de cordões (pastoril).
- FESTIVIDADES RELIGIOSAS: No que diz respeito às festividades religiosas, vale registrar a Festa de São José (19/03) que ocorre em quatro dos 9 municípios da Região.

8.2.3 A REGIÃO LITORAL NORTE

A Região Litoral Norte apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 7.273 km²
- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita compreende o litoral da costa cearense que vai desde a divisa com o Estado do Piauí até a divisa com os municípios de Itarema, Viçosa do Ceará e Martinópolis. Isto representa uma extensão de 164,78 km de litoral. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente um tipo de solo: pdzólico vermelho-amarelo (65,05%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 34,13° C a um mínimo de 21,25° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 985,44 mm.
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 9 municípios, quais sejam: Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara e Marco.
- **POPULAÇÃO:** 266.232 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 36,61 hab./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 55,54%
- **PIB:** R\$ 437,9 milhões
Este Produto, em 2002, estava assim distribuído:
Agropecuária: 14,70%
Indústria: 35,10%
Serviços: 50,20%
- **PIB PER CAPTA:** R\$ 1.644,00
- **IDM MÁXIMO:** 0,319
- **IDM MÍNIMO:** 0,128
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDM:** 0,236
- **IDS MÁXIMO:** 0,504
- **IDS MÍNIMO:** 0,303
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDS:** 0,41
- **PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS:** A região Litoral Norte é a segunda maior produtora do Estado, nos seguintes produtos agrícolas e agroindustriais:

Castanha de Caju	- 19,23% da produção total do Estado
Mandioca	- 17,07% da produção total do Estado
Coco-da-Baia	- 14,49% da produção total do Estado

- **PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS:** A região Litoral Norte, a exemplo do que ocorre nas duas regiões litorâneas antes referidas, não se destaca como uma região que pode ser dita industrial. Veja-se que os setores industriais mais representativos para a Região, têm participação bastante reduzida quando se computa o Estado como um todo, conforme se pode constatar pelos dados abaixo:

Extrativo Mineral	- 5,74%	da	produção	do	Estado
Indústria de Transformação	- 1,08%	“	“	“	“
Serviços de Utilidade Pública	- 1,59%	“	“	“	“
Construção Civil	- 0,18%	“	“	“	“

- **NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS:** 10 agências bancárias
- **INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA:** Existem na Região, 1.753,60 quilômetros de estradas rodoviárias, dos quais 353 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.
- **FESTIVIDADES FOLCLÓRICAS:** Na Região não há fortes manifestações folclóricas, a não ser as tradicionais festas juninas.
- **FESTIVIDADES RELIGIOSAS:** No que diz respeito às festividades religiosas, vale registrar as festas Santa Luzia (4 a 13/12), São Francisco (4/10) e São Sebastião (20/01), que ocorrem em quatro dos 9 municípios da Região.

8.5.4. A REGIÃO CHAPADA DA IBIAPABA

A Região Chapada da Ibiapaba apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 5.079 km²
- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita, compreende a região serrana do Ceará que vai desde a divisa com o Piauí até a divisa com os municípios de Coreaú, Sobral, Cariré e Reriutaba. A região tem serras com altitudes que **variam de 800 a 1100 metros acima do nível do mar**. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente 3 tipos de solos: areias quartzosas distróficas (39,65%), litólicos (22,68%) e pdzólico vermelho-amarelo (16,14%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 29,1° C a um mínimo de 19,7° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 1255,84 mm
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 12 municípios, quais sejam: Carnaubal, Frecheirinha, Graça, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipú, Mucambo, Pacujá, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.
- **POPULAÇÃO:** 337.032 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 66,35 habs./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 50,35%

- PIB: R\$ 565,3 milhões

O PIB encontrado em 2002, divide-se, setorialmente, da seguinte maneira:

agropecuária	23,78%
Indústria	23,80%
serviço	52,41%

- PIB PER CAPTA: R\$ 1.650,00
- IDM MÁXIMO: 0,332
- IDM MÍNIMO: 0,161
- GRAU DE DISPERSÃO DO IDM: 0,264
- IDS MÁXIMO: 0,435
- IDS MÍNIMO: 0,337
- GRAU DE DISPERSÃO DO IDS: 0,380
- PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS: A região Chapada da Ibiapaba é a maior produtora do Estado, nos seguintes produtos agrícolas e agroindustriais:

Batata doce	- 28,80%	da produção total do Estado
Cana-de-açúcar	- 33,43%	“ “ “ “ “
Laranja	- 44,82%	“ “ “ “ “
Mamão	- 34,84%	“ “ “ “ “
Maracujá	- 91,60%	da produção total do Estado
Tomate	- 68,66%	“ “ “ “ “
Rapadura e Aguardente	- 33,43%	“ “ “ “ “
Amendoim	- 11,85%	“ “ “ “ “
Café	- 34,00%	“ “ “ “ “
Cana-de-Açúcar	- 33,43%	“ “ “ “ “
Fumo	- 13,92%	“ “ “ “ “

- PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS: A Região da Serra da Ibiapaba é uma região essencialmente agrícola. Desta forma, não há registro ali de atividade industrial de expressão. De fato, os ramos industriais ali instalados não chegam a representar 2,0% daqueles existentes no Estado.
- NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS: 16 agências bancárias
- INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA: Existem na Região, 1.808,30 quilômetros de estradas, dos quais 342 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.
- FESTIVIDADES FOLCLÓRICAS: Na Região não há fortes manifestações folclóricas.
- FESTIVIDADES RELIGIOSAS: As festividades mais comuns nos municípios mencionados são a Festas dos Padroeiros e a Festa de Santa Luzia (13/12).

8.5.5. A REGIÃO SERTÃO NORTE

A Região Sertão Norte apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 12.656 km²
- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita compreende a maior parte dos municípios cearenses situados na Zona Norte do Estado fazendo divisa com os seguintes municípios de Nova Russas, Tianguá, São Gonçalo do Amarante (Englobado na RMF) e Santa Quitéria. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente 4 tipos de solos: pdzólico vermelho-amarelo (32,16%), bruno não cálcico (25%), litólicos (21,62%) e planosolo solódico (16,62%) . Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 32,49° C a um mínimo de 22,69° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 932,03 mm.
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 21 municípios, quais sejam: Alcântaras, Cariré, Catunda, Coreaú, Forquilha, Groaíras, Hidrolândia, Martinópole, Massapê, Meruoca, Miraíma, Moraújo, Morrinhos, Pires Ferreira, Reriutaba, Santa Quitéria, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Uruoca, Varjota.
- **POPULAÇÃO:** 487.934 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 38,56 hab./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 64,67%
- **PIB:** R\$ 1.676,0 milhões
O Produto Interno Bruto Regional, divide-se, setorialmente, como se segue:

agropecuária	26,41%
indústria	26, 11%
serviços	47,48%
- **PIB PER CAPTA:** R\$ 3.434,00
- **IDM MÁXIMO:** 0,562
- **IDM MÍNIMO:** 0,143
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDM:** 0,329
- **IDS MÁXIMO:** 0,521
- **IDS MÍNIMO:** 0,319
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDS:**0,430

- **PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS:** A região Sertão Norte é a maior produtora do Estado, nos seguintes produtos agrícolas e agroindustriais:

Algodão Arbóreo	- 50,54%	da produção total do Estado
Cera de Carnaúba	- 16,87%	“ “ “ “ “
Pó de Carnaúba	- 16,67%	“ “ “ “ “
Cera e Pó de Carnaúba	- 36,06%	“ “ “ “ “
Lenha	- 14,80%	“ “ “ “ “
e a segunda maior produtora do Estado em:		
Caprinos	- 13,85%	“ “ “ “ “
Mamão	- 23,46%	“ “ “ “ “
Manga	- 13,04%	“ “ “ “ “
Pescado	- 30,35%	da produção total do Estado
Suíños	- 13,72%	“ “ “ “ “

- **PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS:** No que diz respeito à atividade industrial, destaca-se na Região, a Extrativa Mineral, a qual responde por 18,85% do número de empresas nesse setor. Há de se destacar que a Região, mais precisamente, Sobral, abriga o maior pólo calçadista do Estado. Isto explica o fato de ser esta Região, o segundo maior mercado de trabalho do Estado, na indústria de transformação, empregando 10,63% dos empregos industriais daquele ramo industrial no Estado.

Os ramos industriais da Região que apresentam maior representatividade dentro de seu congêneres estadual, são:

extrativa mineral	18,85%	da produção do Estado
indústria de transformação	3,15%	“ “ “ “
serviços Industriais de utilidade pública	3,97%	“ “ “ “
construção civil	5,40%	“ “ “ “

- **NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS:** 13 agências bancárias
- **INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA:** Existem na Região, 3.445,30 quilômetros de estradas, dos quais 843 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais. Ressalte-se que o município-pólo, Sobral, comunica-se com todos os municípios da Região por meio de estradas pavimentadas.
- **FESTIVIDADES FOLCLÓRICAS:** Na Região não há fortes manifestações folclóricas.
- **FESTIVIDADES RELIGIOSAS:** No que diz respeito às festividades religiosas as mais comuns são as Festas dos Padroeiros, Coração de Nossa Senhora (1º a 31/05), São Francisco (04/10) e São José (19/03).

8.5.6. A REGIÃO MACIÇO DE BATURITÉ

A Região Maciço de Baturité apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 3.157 km²

- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita compreende serras de clima ameno com diversidade de fauna e flora, apresentando exemplares da Mata Atlântica o que aumenta o seu potencial turístico, haja vista sua proximidade com a RMF. A Região faz divisa com os municípios de Canidé, Caridade, Ibaretama e Itapiuna. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente, 2 tipos de solos: pdzólico vermelho-amarelo (71,85%), planosolo solódico (12,93%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 30,92° C a um mínimo de 21,48° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 1228,36 mm.

- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 12 municípios, quais sejam: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção.

- **POPULAÇÃO:** 197.667 habitantes

- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 62,61 habs./km²

- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 46,13%

- **PIB:** R\$ 327,8 milhões

A divisão setorial do PIB Regional se apresenta da seguinte maneira:

agropecuária	23,48%
indústria	23,65%
serviços	52,87%

- **PIB PER CAPTA:** R\$ 1.658,00

- **IDM MÁXIMO:** 0,384

- **IDM MÍNIMO:** 0,173

- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDM:** 0,280

- **IDS MÁXIMO:** 0,573

- **IDS MÍNIMO:** 0,374

- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDS:** 0,450

- **PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS:** A região Maciço de Baturité é a maior produtora do Estado, nos seguintes produtos agrícolas e agroindustriais:

Café - 60,63% da produção total do Estado

A Região é a segunda maior produtora dos seguintes produtos

Alho	- 41,98%	da produção total do Estado
Babaçu	- 25,28%	“ “ “ “ “
Laranja	- 12,88%	“ “ “ “ “

- **PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS:** A Região do Maciço de Baturité não se caracteriza como uma região industrial. De fato, a mais importante atividade econômica existente no Maciço é a atividade agrícola, muito embora, a atividade turística venha tomando, nos últimos cinco anos, um grande impulso. De qualquer forma vale registrar a indústria extrativa mineral da Região corresponde a 4,10% desse ramo, quando se toma o Estado como um todo.
- **NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS:** 5 agências bancárias
- **INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA:** Existem na Região, 1.788,50 quilômetros de estradas, dos quais 256 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.
- **FESTIVIDADES FOLCLÓRICAS:** Na Região não há fortes manifestações folclóricas. Entretanto, no que diz respeito às atividades culturais, o Município de Guaramiranga tem se destacado pela realização, a cada ano, de vários festivais, tais como, o Festival de Cinema; o Festival de Jazz, o Festival Gastronômico etc.
- **FESTIVIDADES RELIGIOSAS:** No que diz respeito às festividades religiosas, as mais comuns, são: as Festas dos Padroeiros, Coroação de Nossa Senhora (11 a 31/05), Santos Reis (1º a 06/01) e Nossa Senhora de Fátima (13/05).

8.5.7. A REGIÃO DO MÉDIO JAGUARIBE

A Região do Médio Jaguaribe apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 10.086 km²
- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita compreende parte da Bacia do Rio Jaguaribe que abastece uma parte significativa da cidade de Fortaleza e de seu parque industrial, fazendo divisa com o Rio Grande do Norte e com os seguintes municípios: Jaguaratama, Jaguaruana, Ocara e Palhano. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente, 3 tipos de solos: pdzólico vermelho-amarelo (24,69%), litólicos (18,26%) e Cambissolos (17,12%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 33,6° C a um mínimo de 26,3° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 808,77 mm
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 10 municípios, quais sejam: Alto Santo, Iracema, Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte.
- **POPULAÇÃO:** 273.682 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 27,14 hab./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 55,51%

- PIB: R\$ 706,2 milhões

No que se refere à divisão setorial do PIB, tem-se a seguinte divisão (para 2002):

agropecuária	25,31%
indústria	25,51%
serviços	48,18%

- PIB PER CAPTA: R\$ 2.580,00
- IDM MÁXIMO: 0,410
- IDM MÍNIMO: 0,241
- GRAU DE DISPERSÃO DO IDM: 0,311
- IDS MÁXIMO: 0,571
- IDS MÍNIMO: 0,427
- GRAU DE DISPERSÃO DO IDS: 0,480
- PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS: A região do Médio Jaguaribe é a maior produtora do Estado, nos seguintes produtos agrícolas e agroindustriais:

Limão	- 92,42%	da	produção	total	do	Estado
Melão	- 75,38%	“	“	“	“	“
Mel de Abelha	- 50,10%	“	“	“	“	“
Estaca de Madeira	- 20,94%	“	“	“	“	“

Por outro lado, a Região é a segunda maior produtora dos seguintes produtos:

Banana	- 19,09%	da	produção	total	do	Estado
--------	----------	----	----------	-------	----	--------

- PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS: Seguindo o comportamento dos setores industriais regionais anteriormente descritos, aqui também não se observa qualquer setor industrial que se destaque no cenário cearense. De qualquer forma, vale chamar a atenção que a indústria extrativa mineral regional responde por 1,64% da produção do Estado; a indústria de transformação aqui sediada colabora com 3,47% da produção desse ramos no Estado; e o rama dos serviços industriais de utilidade pública participam com 5,56% do que é produzido no Estado.
- NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS: 9 agências bancárias
- INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA: Existem na Região, 3.666,70 quilômetros de estradas, dos quais 510 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.
- FESTIVIDADES FOLCLÓRICAS: Na Região não há fortes manifestações folclóricas.
- FESTIVIDADES RELIGIOSAS: No que diz respeito às festividades religiosas, as mais comuns, são: as Festas dos Padroeiros, São José (19/03), Santos Reis (1º a 06/01) e Nossa Senhora da Conceição (08/12).

8.5.8. A REGIÃO DOS INHAMUNS

A Região dos Inhamuns apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 13.358 km²
- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita se localiza no semi-árido nordestino e é uma das mais quentes, secas, e pobre do Ceará, vai desde a divisa com o Piauí até a divisa com os municípios de Guarabiaba do Norte, Tauá, Boa Viagem e Hidrolândia. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente três tipos de solos: pdzólico vermelho-amarelo (39,02%), planosolo solódico (18,18%) e bruno não-cálcico (15,97%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 33,55° C a um mínimo de 23,20° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 811,18 mm.
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 11 municípios, quais sejam: Ararendá, Crateús, Croatá, Independência, Iporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Tamboril.
- **POPULAÇÃO:** 283.893 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 21,25 hab./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 54,95%
- **PIB:** R\$ 468,5 milhões
Tem-se aqui a seguinte distribuição setorial

agropecuária	19,95%
indústria	22,16%
serviços	57,90%
- **PIB PER CAPTA:** R\$ 1.650,00
- **IDM MÁXIMO:** 0,361
- **IDM MÍNIMO:** 0,165
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDM:** 0,264
- **IDS MÁXIMO:** 0,457
- **IDS MÍNIMO:** 0,305
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDS:** 0,400
- **PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS:** A região dos Inhamuns não se destaca como importante zona produtora agrícola. De fato, a produção agropecuária onde ela modestamente se destaca é:

Estacas de Madeira com 18,09% da produção total do Estado; Algodão herbáceo, com 12,99% ; Feijão, com 10,64% ; Milho, com 12,53%. Quanto à pecuária, a sua modesta participação é expressa por: caprinos, com 13,77% e Ovinos, com 14,96%.

- **PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS:** A Região dos Inhamuns não apresenta qualquer segmento do setor secundário que tenha alguma proeminência dentro do Estado. Ao se analisar, por exemplo, o número de empresas desse setor sediadas na Região, verifica-se que à exceção dos serviços industriais de utilidade pública (com 3,17% de participação neste mesmo setor cearense), todos os outros segmentos do setor secundário regional representam menos de 1,0% de seus congêneres estaduais.
- **NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS:** 11 agências bancárias
- **INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA:** Existem na Região, 4.797,20 quilômetros de estradas, dos quais 490 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.
- **FESTIVIDADES FOLCLÓRICAS:** Na Região não há fortes manifestações folclóricas.
- **FESTIVIDADES RELIGIOSAS:** No que se refere às festividades religiosas, as mais importantes são: as Festas dos Santos Padroeiros de cada Município e a Festa de São José, que ocorre em todos os municípios da Região no dia 19 de março.

8.5.9. A REGIÃO DO SERTÃO CENTRAL

A Região do Sertão Central apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 21.409 km²
- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita compreende o Centro do Estado e é onde se localiza o açude Cedro que foi construído por ordem de D. Pedro II sendo o 7º maior reservatório de água do Ceará. Faz divisa com os municípios de Independência, Senador Pompeu, Jaguaribara e Morada Nova. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente quatro tipos de solos: planosolo solódico (34,08%), pdzólico vermelho-amarelo (20,24%), litólicos (19,55%) e bruno não cálcico (19,35%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 33,13° C a um mínimo de 22,75° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 784,13 mm.
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 15 municípios, quais sejam: Banabuiú, Boa Viagem, Canindé, Caridade, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga, Itapiúna, Itatira, Jaguaretama, Madalena, Paramoti, Pedra Branca, Quixadá, Quixeramobim.
- **POPULAÇÃO:** 438.790 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 20,50 habs./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 51,08%
- **PIB:** R\$ 885,3 milhões
Este PIB regional divide-se, setorialmente, da seguinte maneira:

agropecuária	23,92%
indústria	20,44%
serviços	55,66%

- PIB PER CAPTA: R\$ 2.017,00
- IDM MÁXIMO: 0,405
- IDM MÍNIMO: 0,161
- GRAU DE DISPERSÃO DO IDM: 0.262
- IDS MÁXIMO: 0,475
- IDS MÍNIMO: 0,275
- GRAU DE DISPERSÃO DO IDS:0,430
- PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS: A região do Sertão Central é a maior produtora do Estado, nos seguintes produtos agropecuários:

Algodão Herbáceo	- 25,72% da produção total do Estado
Assininos, Eqüinos e Muares	- 18,49% “ “ “ “ “
Carvão Vegetal	- 38,45% da produção total do Estado
Feijão	- 22,30% “ “ “ “ “
Leite de vaca	- 18,84% “ “ “ “ “
Ovinos	- 17,48% “ “ “ “ “

A Região ainda se destaca (segunda maior produtora) com a produção dos seguintes bens agropecuários:

Aves	- 16,33% da produção total do Estado
Bovinos	- 15,61% da produção total do Estado
Estacas de Madeira	- 20,22% “ “ “ “ “
Milho	- 17,02% da produção total do Estado

- PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS: Também aqui o setor secundário é bem inexpressivo quando comparado ao setor secundário do Estado como um todo. Mas, de qualquer forma, a Região apresenta uma situação quanto a este mister, um pouco melhor que a de muitas outras regiões. De fato, tem-se que a Região do Sertão Central corresponde com as seguintes participações para os ramos da indústria extrativa mineral, de transformação, de serviços de utilidade pública e da construção civil, da seguinte maneira:

extrativa mineral	3,28% da produção do Estado
indústria de transformação	1,48% “ “ “ “
serviços industriais de utilidade pública	7,14% “ “ “ “
construção civil	1,50% “ “ “ “

- NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS: 15 agências bancárias
- INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA: Existem na Região, 6.529,40 quilômetros de estradas, dos quais 906 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.

- FESTIVIDADES FOLCLÓRICAS: Na Região não há fortes manifestações folclóricas.
- FESTIVIDADES RELIGIOSAS: No que concerne às festividades religiosas, as mais famosas são as festas dos padroeiros, de Santo Antônio (13/06) e de São Pedro (29/06). Mas a Região é destino da segunda mais importante Romaria da Igreja Católica no Estado. Em Canindé, a Festa de São Francisco, traz, a cada ano, para o Município, cerca de romeiros.

8.5.10. A REGIÃO DO ALTO DO JAGUARIBE

A Região do Alto do Jaguaribe apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 20.539 km²
- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita compreende parte da Bacia do Rio Jaguaribe que abastece uma parte significativa da cidade de Fortaleza e de seu parque industrial fazendo divisa com o Rio Grande do Norte e Paraíba e com os seguintes municípios: Lavras da Mangabeira, Quixeramobim e Jaguaretama. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente dois tipos de solos: pdzólico vermelho-amarelo (42,86%) e litólicos (30,22%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 34,32° C a um mínimo de 25,20° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 857,76 mm
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 21 municípios, quais sejam: Acopiara, Cariús, Catarina, Cedro, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, Icó, Iguatu, Jaguaribe, Jucás, Milhã, Mombaça, Orós, Pereiro, Piquet Carneiro, Quixelô, Saboeiro, Senador Pompeu, Solonópole, Tarrafas, Umari.
- **POPULAÇÃO:** 527.656 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 25,69 hab./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 52,11%
- **PIB:** R\$ 1.012,1 milhões
O PIB Regional está, setorialmente, assim dividido:

agropecuária	26,28%
indústria	19,32%
serviços	52,39%
- **PIB PER CAPTA:** R\$ 1.918,00
- **IDM MÁXIMO:** 0,452
- **IDM MÍNIMO:** 0,124
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDM:** 0,272

- IDS MÁXIMO: 0,497
- IDS MÍNIMO: 0,330
- GRAU DE DISPERSÃO DO IDS:0,410
- PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS: A região do Alto do Jaguaribe é a maior produtora do Estado, nos seguintes produtos agrícolas e agroindustriais:

Pescado	- 43,81% da produção total do Estado
Arroz Beneficiado	- 34,81% “ “ “ “ “
Algodão Herbáceo	- 21,11% “ “ “ “ “
Mel de Abelha	- 20,21% “ “ “ “ “

- PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS: A Região do Alto Jaguaribe apresenta uma dinâmica industrial um pouco superior àquelas apresentadas pelas Regiões até aqui analisadas. De fato, no contexto do setor secundário da economia cearense, a Região apresenta o seguinte comportamento, quanto à sua participação nos setores abaixo listados:
 indústria extrativa mineral, participação na produção total cearense de 4,92%;
 indústria de transformação, participação na produção total do Ceará de 3,19%;
 serviços industriais de utilidade pública, participação de 11,11%; e
 indústria da construção civil, com participação de 1,97%.
- NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS: 21 agências bancárias
- INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA: Existem na Região, 5.265,40 quilômetros de estradas, dos quais 1.210 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.
- FESTIVIDADES FOLCLÓRICAS:
- FESTIVIDADES RELIGIOSAS:

8.5.11. A REGIÃO SERTÃO SUL

A Região Sertão Sul apresenta as seguintes características:

- ÁREA: 10.880 km²
- ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES: A região ora descrita compreende o sudoeste do estado que vai desde a divisa com o Piauí até a divisa com os municípios de Saboeiro, Mombaça e Independência. É a região com menor precipitação pluviométrica. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente três tipos de solos: litólicos (36,84%) e pdzólico vermelho-amarelo (33,43%) e latossolo vermelho-amarelo (15,72%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 35,00° C a um mínimo de 22,6° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 481,60 mm.

- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 5 municípios, quais sejam: Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis, Tauá.
- **POPULAÇÃO:** 125.694 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 11,55 hab./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 41,62%
- **PIB:** R\$ 187,4 milhões
Setorialmente, o PIB da Região apresenta-se da seguinte maneira:

agropecuária	21,60%
indústria	18,69%
serviços	59,70%
- **PIB PER CAPTA:** R\$ 1.490,00
- **IDM MÁXIMO:** 0,280
- **IDM MÍNIMO:** 0,109
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDM:** 0,200
- **IDS MÁXIMO:** 0,425
- **IDS MÍNIMO:** 0,289
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDS:** 0,380
- **PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS:** A região Sertão Sul não possui grande representatividade na produção de produtos agrícolas e agroindustriais.
- **PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS:** A Região Sertão Sul também não se destaca como produtora de produtos industrializados. De fato, dentre aqueles setores que têm sido aqui analisados, a Região apresenta o mais fraco desempenho dentre todas aquelas nominadas neste estudo. Veja-se as informações disponíveis sobre as participações dos ramos industriais da Região no contexto destes mesmos ramos em nível do Estado:

indústria extrativo Mineral	- 0,00%	da	produção	do	Estado
indústria de Transformação	- 0,22%	“	“	“	“
serviços industriais de utilidade pública	- 1,59%	“	“	“	“
Construção Civil	- 0,22%	“	“	“	“
- **NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS:** 4 agências bancárias
- **INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA:** Existem na Região, 1.605,10 quilômetros de estradas, dos quais 425 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.
- **FESTIVIDADES FOLCÓRICAS:** Na Região não há fortes manifestações folclóricas.

- **FESTIVIDADES RELIGIOSAS:** No que diz respeito as festividades religiosas, as mais comuns são as Festas dos Padroeiros, São José (19/03), São Francisco (04/10), Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (13/09), Nossa Senhora do Carmo (16/07) e Nossa Senhora da Conceição (06 a 15/08).

8.5.12. A REGIÃO DO CARIRI

A Região do Cariri apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 20.471 km²
 - **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita compreende o sul do estado e é um dos maiores redutos de fé devido a figura do Padre Cícero Romão Batista o “Padim Ciço”, faz divisa com os Estados de Pernambuco e Paraíba e com os municípios de Tarrafas, Cedro e Cariús. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente três tipos de solos: pdzólico vermelho-amarelo (35,88%), litólicos (22,94%) e latossolo vermelho-amarelo (15,16%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 33,40° C a um mínimo de 23,03° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 849,45 mm.
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 30 municípios, quais sejam: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixo, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mairiti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Várzea Alegre.
- **POPULAÇÃO:** 901.809 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 44,05 habs./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 64,53%
- **PIB:** R\$ 1.836,3 milhões
O Produto Interno Bruto, em termos setoriais, se apresenta da seguinte maneira:

Agropecuária:	16,85%
Indústria:	28,85%
Serviços:	54,30%
- **PIB PER CAPTA:** R\$ 2.036,00
- **IDM MÁXIMO:** 0,498
- **IDM MÍNIMO:** 0,073
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDM:** 0,322
- **IDS MÁXIMO:** 0,506
- **IDS MÍNIMO:** 0,214

- GRAU DE DISPERSÃO DO IDS:0,410
- PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS: A região do Cariri é a maior produtora do Estado, nos seguintes produtos agrícolas e agroindustriais:

Amendoin	- 87,61%	da	produção	total	do	Estado
Fumo	- 86,08%	“	“	“	“	“
Babaçu	- 67,22%	“	“	“	“	“
Alho	- 50,62%	“	“	“	“	“
Milho	- 28,47%	“	“	“	“	“

- PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS: A Região do Cariri é o segundo pólo industrial do Ceará, perdendo apenas para a RMF. Esta Região, dentro de cada setor aqui analisado, as seguintes participações:

Indústria extrativo Mineral	-11,48%	da	produção	do	Estado
indústria de transformação	-10,37%	“	“	“	“
serviços industriais de utilidade pública	- 7,14%	“	“	“	“
construção civil	- 8,28%	“	“	“	“

- NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS: 40 agências bancárias
- INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA: Existem na Região, 8.305,40 quilômetros de estradas, dos quais 1.223 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.
- FESTIVIDADES FOLCÓRICAS: **Reisado** – De origem ibérica, é caracterizada por um grupo de pessoas que se reúne para cantar e louvar o nascimento de Cristo. Os praticantes personificam a história dos gladiadores romanos, dos três reis magos e a perseguição aos cristãos. A época principal de exibição são as festividades natalinas, sobretudo no período dos Santos Reis, e o local é de preferência diante de uma lapinha ou presépio. O enredo mais autêntico é registrado em Juazeiro do Norte. **Maneiro Pau** – Surgiu na região do Cariri na época do cangaço. Caracteriza-se por uma dança cujo entrechoque dos cacetes e o coro dos dançarinos produzem a musicalidade e a percussão necessárias. No Crato, o grupo de Maneiro Pau associado à Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto realiza a dança com características dramáticas. É representado nos sítios, subúrbios e pés-de-serra do Crato e cidades vizinhas por ocasião de comemorações diversas. **Banda Cabaçal** – Também chamada Banda de Couro, é o conjunto musical mais típico do interior cearense, especialmente na região do Cariri. Originou-se no meio dos escravos africanos, mas se desenvolveu e adquiriu peculiaridades próprias entre o povo do Cariri. Há também uma influência indígena, devido ao uso de instrumentos de características indígenas (pifanos e pifaros). A banda compõe-se de 4 elementos tocando zabumba, pifaros e uma caixa. A mais conhecida é a Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto, localizada no Crato. Toca quase toda espécie de música popular: antiga, regional, religiosa e carnavalesca. O ritmo é o baião, característico dos pés-de-serra do Cariri. Apresenta-se, em geral, em festividades de cunho cultural, artístico e religioso.
- FESTIVIDADES RELIGIOSAS: No que diz respeito as festividades religiosas, as mais importantes são as Festas dos Santos Padroeiros, São Sebastião (11 a 20/01) e as Festas Juninas. Entretanto, a Região é sede da mais importante romaria da Igreja Católica existente no Estado, a Romaria em honra do Padre Cícero em (1º/11).

8.5.13. A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Pela Lei Complementar Nº 18, de 29 de dezembro de 1999, a Região Metropolitana de Fortaleza passou a ser integrada pelos seguintes municípios: Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiúba, Fortaleza, Horizonte, Itaitinga, Pacatuba, Pacajus, Chorozinho, Maranguape, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante.

Esta Região, apresenta as seguintes características:

- **ÁREA:** 4.976 km²
- **ASPECTOS FÍSICOS PREPONDERANTES:** A região ora descrita compreende a capital do estado e alguns municípios pertencentes ao polo industrial como Eusébio, Horizonte, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba e Pacajus, vai desde a divisa com Pindoretama à Leste, Paracuru à Oeste e Redenção ao Sul. A Região Metropolitana de Fortaleza engloba uma faixa litorânea com extensão de 111,73 quilômetros. Em termos dos aspectos geomorfológicos, a Região apresenta, basicamente dois tipos de solos: pdzólico vermelho-amarelo (43,77%), areias quartzosas distróficas (30,73%). Os níveis de temperatura variam (média de 30 anos) de um máximo de 33,07° C a um mínimo de 24,96° C. Quanto à precipitação pluviométrica da Região, em média esta atinge 1.275,49 mm.
- **MUNICÍPIOS COMPONENTES:** A região engloba 13 municípios, quais sejam: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante.
- **POPULAÇÃO:** 3.107.314 habitantes
- **DENSIDADE DEMOGRÁFICA:** 624,45 hab./km²
- **GRAU DE URBANIZAÇÃO:** 96,63%
- **PIB:** R\$ 14.476,2 milhões
O Produto Interno Bruto da RMF é o maior (em termos regionais) PIB do Estado. Sua composição setorial está assim distribuída:

agropecuária:	6,71%
indústria:	55,13%
serviços:	38,16%
- **PIB PER CAPTA:** R\$ 4.658,00
- **IDM MÁXIMO:** 0,814
- **IDM MÍNIMO:** 0,267
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDM:** 0,705
- **IDS MÁXIMO:** 0,617
- **IDS MÍNIMO:** 0,427
- **GRAU DE DISPERSÃO DO IDS:** 0,590

- **PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS:** A Região Metropolitana de Fortaleza é a maior produtora do Estado, nos seguintes produtos agrícolas e agropecuários:

Ovos	- 53,91% da produção total do Estado
Galinhas	- 29,10% “ “ “ “ “

- **PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS:** Como pôde ser visto pela composição setorial do PIB regional, a RMF é o principal pólo industrial do Estado. De fato, diferentemente do que ocorre nas outras Regiões, onde o Setor Serviços é sempre o mais representativo, não por ser ele intrinsecamente importante, mas por que os outros setores são incipientes, aqui o setor secundário é o mais importante setor econômico da Região. Em termos de participação nos respectivos setores da economia cearense, temos o seguinte quadro:

indústria extrativo mineral	- 39,34% da produção do Estado
indústria de transformação	- 70,20% “ “ “ “
serviços industriais de utilidade pública	- 46,83% “ “ “ “
indústria da construção civil	- 78,05% “ “ “ “

- **NÚMERO DE BANCOS E DE AGÊNCIAS:** 171 agências bancárias
- **INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA:** Existem na Região, 2.433,40 quilômetros de estradas, dos quais 638 quilômetros são de estradas asfaltadas, federais ou estaduais.
- **FESTIVIDADES FOLCÓRICAS: **Dança de São Gonçalo**** – Como parte integrante da bagagem cultural do colonizador lusitano, a dança que integrava o culto a São Gonçalo do Amarante, bastante popular em Portugal, foi introduzida no Brasil, sendo, talvez, um dos ritmos mais difundidos do catolicismo rural brasileiro. No município de São Gonçalo do Amarante a dança é realizada durante a festa do santo padroeiro e apresentada em nove jornadas, num ambiente de muita fé e animação. São Gonçalo é o protetor dos violeiros e das donzelas casamenteiras.
- **FESTIVIDADES RELIGIOSAS:** No que diz respeito às festividades religiosas, as mais importantes são as Festas dos Santos Padroeiros dos Municípios e a Festa de Nossa Senhora da Conceição (08/12).

BIBLIOGRAFIA

1. IPECE/SEPLAN; Anuário Estatístico do Ceará – 2003. IPECE.Fortaleza, abril de 2004.
2. IBGE; Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 1991. Ceará. IBGE. Rio de Janeiro, 1991.
3. IBGE; Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Vol. 1. IBGE. Rio de Janeiro,1990.
4. FERREIRA, H. V. DA COSTA; “Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões: uma Experiência Inovadora de Desenvolvimento Regional do Governo Brasileiro”. Em VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado Y de la Administración Pública. Lisboa, Portugal. 08/11/2002.
5. SEPLAN/SUDEC/DRN; Regionalização e Tipologia Agrícola no Ceará. SEPLAN/SUDEC/DRN. Fortaleza, 1977.
6. SEPLAN/SUDEC/DRN; Regionalização e Tipologia Agrícola no Ceará. SEPLAN/SUDEC/DRN. Fortaleza, 1996.
7. FERREIRA, C. M. DE CARVALHO; “Um Estudo de Regionalização do Estado de Minas Gerais por meio de um Modelo de Potencial”. Em Paulo R. Haddad (Ed.), Planejamento Régio- nal: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro. IPEA. Série Monográfica Nº 8. Rio de Janeiro, 1974
8. FERREIRA, C. M. DE CARVALHO; “Métodos de Regionalização”. Em Paulo R. Haddad (Ed.) O. cit.
9. IPLANCE; Estrutura Espacial do Ceará. IPLANCE. Fortaleza, 1977
10. IPE/SUDEC; Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará. 1º Volume. IPE/SUDEC. Fortaleza, 1964.
11. SUDEC/DRSE; Fenômeno de Polarização no Estado do Ceará. SUDEC/DRSE. Fortaleza, 1972.
12. SEPLAN/SUDEC/DDL/UR; Regionalização para o Estado do Ceará. SEPLAN/SUDEC/DDL/UR. Fortaleza, 1975.
13. IPLANCE. Ações de Desenvolvimento Regional. IPLANCE. Fortaleza, 1989.
14. SEPLAN; I Plano de Metas do Governo – I PLAMEG. 1963-1966. SEPLAN. Fortaleza, 1963.
15. SEPLAN; Plano de Ação Integrada do Governo – PLAIG – 1967-1970. SEPLAN. Fortaleza, 1967.
16. SEPLAN; Plano de Governo do Estado do Ceará – PLAGEC. Síntese. 1971/1974. SEPLAN. Fortaleza, 1971.

17. SEPLAN; I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará. I PLANDECE. 1975 – 79. SEPLAN. Fortaleza, 1975.
18. SEPLAN; II Plano de Metas Governamentais. II PLAMEG. 1979-1983. SEPLAN. Fortaleza, 1979.
19. SEPLAN; Plano Estadual de Desenvolvimento – PLANED. 1983-87. SEPLAN. Fortaleza, 1983.
20. SEPLAN; Plano de Mudanças. Governo Tasso. 1987-1991. SEPLAN. Fortaleza, 1987.
21. SEPLAN; Plano Ceará Melhor. 1992-1995. SEPLAN. Fortaleza, 1992.
22. SEPLAN; Plano de Desenvolvimento Sustentável. 1995- 1998. SEPLAN. Fortaleza, 1995.
23. SEPLAN; Plano de Desenvolvimento Sustentável. 1999-2002. SEPLAN. Fortaleza, 1999.
24. SEPLAN; Ceará Cidadania. Crescimento com Inclusão Social. Plano de Governo 2003-2006. SEPLAN. Fortaleza, 2003.
25. SEPLAN; Projeto Aridas. GT IV. Organização do Espaço e Agricultura. IV 8 – Regionalização. SEPLAN. Fortaleza, dezembro/94.
26. POLESE, MARIO; Economia Urbana e Regional. Coleção APDR-IERU. Coimbra, 1998.
27. FUJITA, M. ,
KRUGMAN, P. ,
VENABLES, A J.; Economia Espacial. Editora Futura. São Paulo, 2002.
28. SESA; PDR – Plano Diretor de Regionalização. Vol. 1. SESA. Fortaleza, setembro de 2001.
29. ROSA, A . L. T.da ,
ALVES, F. F. ; Efeitos da Globalização sobre a Economia Cearense. Edições IPLANCE. Fortaleza, 2001.
30. NEWTON, ISAAC; Os Princípios Matemáticos da Filosofia Natural. Em Stephen Hawking. Os Gigantes da Ciência. Ed. Campus. São Paulo, 2005.
31. HAWKING, STEPHEN; Os Gigantes da Ciência. Editora Campus. São Paulo, 2005.
32. GTDN; Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. _
33. VIANNA, P. J. R. ; O setor público na economia nordestina: mitos, realidade e sua contribuição para o bem-estar social. 1992. Tese (Professor Titular). Departamento de Teoria Econômica, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1

DESCRIÇÃO DAS MACRO E MICRORREGIONALIZAÇÕES EXISTENTES NO CEARÁ

1

AS MACRO E MICRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO

AS MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO AS MICRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO (REGI- ÕES ADMINISTRATIVAS)

- REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA Região Administrativa 1
- LITORAL OESTE Regiões Administrativas 2, 3 e 4
- SOBRAL/IBIAPABA Regiões Administrativas 5 e 6
- SERTÃO DOS INHAMUNS Regiões Administrativas 13 e 15
- SERTÃO CENTRAL Regiões Administrativas 7, 12 e 14
- BATURITÉ Região Administrativa 8
- LITORAL LESTE/JAGUARIBE Regiões Administrativas 9, 10 e 11
- CARIRI/CENTRO SUL Regiões Administrativas 16, 17, 19 e 20

2

AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- *REGIÃO ADMINISTRATIVA 01*
Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante, Chorozinho, Horizonte e Pacajus
- *REGIÃO ADMINISTRATIVA 02*
Amontada, Apuiarés, Itapagé, Itapipoca, Miraima, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama
- *REGIÃO ADMINISTRATIVA 03*
Acará, Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco e Morrinhos
- *REGIÃO ADMINISTRATIVA 04*
Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Martinópolis e Uruoca
- *REGIÃO ADMINISTRATIVA 05*
Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará
- *REGIÃO ADMINISTRATIVA 06*
Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Hidrolândia, Irauçuba, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota

- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 07**
Canindé, Caridade, General Sampaio, Itatira, Paramoti e Santa Quitéria
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 08**
Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 09**
Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Pindoretama
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 10**
Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 11**
Ererê, Iracema, Jaguarétama, Jaguaribara, Jaguaribe, Pereiro e Potiretama
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 12**
Banabuiú, Boa Viagem, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga, Madalena, Quixadá e Quixeramobim
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 13**
Arendá, Catunda, Crateus, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga e Tamboril
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 14**
Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Mombaça, Pedro Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu e Solonópoles
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 15**
Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 16**
Acopiara, Cariús, Catarina, Iguatu, Jucás, Orós e Quixelô
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 17**
Baixio, Cedro, Icó, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Umari e Várzea Alegre
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 18**
Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Crato, Nova Olinda, Potengi, Saboeiro, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 19**
Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Granjeiro, Jardim e Juazeiro do Norte
- **REGIÃO ADMINISTRATIVA 20**
Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte e Porteiras

3

AS MACRORREGIÕES TURÍSTICAS

- **REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**

Aquiraz	Eusébio	Guaiúba
Itaitinga	Maranguape	Maracanaú
Caucaia	Fortaleza	Pacatuba

- **LITORAL OESTE /IBIAPABA**

Acarauá	Massapê	Alcântaras
Meruoca	Amontada	Miraíma

Apuiarés
Moraújo
Bela Cruz
Nova Russas
Carnaubal
Paracuru
Coreaú
Pires Ferreira
Cruz
Santana do Acaraú
Graça
São Luís do Curu
Guaraciaba do Norte
Tamboril
Independência
Trairi
Ipueiras
Umirim
Itapipoca
Varjota
Marco

Monsenhor Tabosa
Barroquinha
Mucambo
Cariré
Pacujá
Chaval
Pentecoste
Croata
Reritaba
Frecheirinha
São Gonçalo do Amarante
Groaíras
Sobral
Ibiapina
Tianguá
Ipu
Ubajara
Itapajé
Uruoca
Jijoca de Jericoacoara
Martinópole

Ararendá
Morrinhos
Camocim
Novo Oriente
Catunda
Paraipaba
Crateús
Poranga
Forquilha
São Benedito
Granja
Senador Sá
Hidrolândia
Tejuçuoca
Ipaporanga
Tururu
Irauçuba
Uruburetama
Itarema
Viçosa do Ceará

- LITORAL LESTE/APODI

Alto Santo
Jaguaruana
Cascavel
Pacajus
Fortim
Pindoretama
Iracema
Russas
Jaguaribara

Jaguaribe
Beberibe
Morada Nova
Ererê
Pereiro
Icapuí
Quixeré
Jaguaratama
Tabuleiro do Norte

Aracati
Limoeiro do Norte
Chorozinho
Palhano
Horizonte
Potiretama
Itaiçaba
São João do Jaguaribe

- SERRAS ÚMIDAS/BATURITÉ

Acarape
Mulungu
Barreira
Palmácia
Guaramiranga

Itapiúna
Aratuba
Pacoti
Capistrano

Aracoiaba
Ocara
Baturité
Redenção

- SERTÃO

Banabuiú
Milha
Caridade
Pedra Branca
Pinheiro
Quixeramobim
Ibicuitinga
Solonópole

Madalena
Canindé
Paramoti
Deputado Irapuan Pinheiro
Quixadá
Ibaretama
Senador Pompeu

Boa Viagem
Mombaça
Choró
Piquet Carneiro
General Sampaio
Santa Quitéria
Itatira

- **ARARIPE/CARIRI**

Abaiara	Jardim	Acopiara
Jati	Aiuaba	Juazeiro do Norte
Altaneira	Jucás	Antonina do Norte
Lavras da Mangabeira	Araripe	Mauriti
Arneiroz	Milagres	Assaré
Missão Velha	Aurora	Nova Olinda
Baixio	Orós	Barbalha
Parambu	Barro	Penaforte
Brejo Santo	Porteiras	Campos Sales
Potengi	Caririaçu	Quiterianópolis
Cariús	Quixelô	Catarina
Saboeiro	Cedro	Salitre
Crato	Santana do Cariri	Farias Brito
Tarrafas	Granjeiro	Tauá
Iço	Umari	Iguatu
Várzea Alegre	Ipaumirim	

4

AS MACRO E MICRORREGIÕES DE SAÚDE

**AS MACRORREGIÕES DE SAÚDE AS MICRORREGIÕES DE SAÚDE
(CÉLULAS REGIONAIS DE
SAÚDE – CERES)**

- **FORTALEZA C1 – Fortaleza**

C2 – Caucaia	C3 – Maracanaú	C4 - Baturité
C5 – Canindé	C6 - Itapipoca	C7 - Aracati
C8 – Quixadá	C9 – Russas	C10-Limoeiro do Norte
C14-Tauá	C17-Icó	C18-Iguatu
- **SOBRAL**

C11-Sobral	C12-Acaraú	C13-Tianguá
C15-Crateús	C16-Camocim	
- **JUAZEIRO DO NORTE**

C19 –Brejo Santo	C20-Crato	C21-Juazeiro do Norte
------------------	-----------	-----------------------

5

AS MACRORREGIÕES DE EDUCAÇÃO

CREDES – CENTROS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO

CAUCAIA
QUIXERAMOBIM
GRANJA
TAUÁ
SANTA QUITÉRIA
SABOIRO
MORADA NOVA

JAGUARIBE
ACARAÚ
MOMBAÇA
SOBRAL
ICÓ
BEBERIBE
MAURITI

ITAPIPOCA
INDEPENDÊNCIA
VIÇOSA DO CEARÁ
ACOPIARA
OCARA
CARIRIAÇU
FORTALEZA

6

AS MACRORREGIÕES DA SEFAZ CÉLULAS DE EXECUÇÃO

MACRORREGIÕES CÉLULAS DE EXECUÇÃO

GRANDE FORTALEZA

Aquiraz Caucaia Fortaleza
Maracanaú Maranguape

ZONA NORTE

Acaraú Camocim Canindé
Crateús Itapipoca Ipu
Sobral Tianguá

ZONA CENTRAL

Aracati Horizonte Limoeiro do Norte
Quixadá Russas

ZONA SUL

Brejo Santo Campos Sales Crato
Iço Iguatu Juazeiro do Norte
Tauá

7

SEAGRI

AS MACRORREGIÕES DOS AGROPOLOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E OS CEACs

1. METROPOLITANA: SEDE FORTALEZA

CEAC CASCAVEL: Cascavel, Pindoretama, Aquiraz e Eusébio

CEAC MARANGUAPE: Maranguape, Maracanaú, Guaiuba e Pacatuba

CEAC PACAJÚS: Pacajús, Chorozinho, Horizonte e Itaitinga

CEAC CAUCAIA : Caucaia e Fortaleza

2. LITORAL LESTE: SEDE ARACATI

CEAC ARACATI: Aracati, Icapuí e Itaiçaba

CEAC BEBERIBE: Beberibe e Fortim

CEAC JAGUARUANA: Jaguaruana

3. LITORAL OESTE: SEDE ITAPIPOCA

CEAC ITAPAGE: Itapajé, Irauçuba, Uruburetama e Tejuçuoca

CEAC PENTECOSTE: Pentecoste, General Sampaio e Apuiarés

CEAC SÃO G. DO AMARANTE: São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paracuru e Umirim

CEAC ITAPIPOCA: Itapipoca, Amotada, Miraíma e Tururu

CEAC PARAIPABA: Paraipaba e Trairi

4. BAIXO ACARAÚ: SEDE ACARAÚ

CEAC ACARAÚ: Acaraú, Cruz e Jijoca de Jericoacara

CEAC DE MARCO: Marco, Bela Cruz e Morrinhos

5. EXTREMO NORTE: SEDE CAMOCIM

CEAC DE CAMOCIM: Camocim, Barroquinha e Chaval

CEAC DE GRANJA: Granja, Martinópolis e Uruoca

6. IBIAPABA: SEDE TIANGUÁ

CEAC GUARACIABA DO NORTE : Guaraciaba do Norte e Croatá

CEAC TIANGUÁ: Tianguá e Viçosa do Ceará

CEAC IPU: Ipu e Pires Ferreira

CEAC UBAJARA: Ibiapina e Ubajara

CEAC SÃO BENEDITO: Carnaubal e São Benedito

7. ZONA NORTE: SEDE SOBRAL

CEAC CARIRÉ: Cariré, Reriutaba e Varjota

CEAC MUCAMBO: Mucambo, Pacujá e Graça

CEAC COREAÚ: Coreaú, Frecheirinha e Moraújo

CEAC SANTANA DO ACARAÚ: Santana do Acaraú e Morrinhos

CEAC SOBRAL: Sobral, Alcântaras, Groaíras e Alcântaras

CEAC MASSAPÉ : Massapé, Meruoca e Senador Sá

8. SERTÕES DE CANINDÉ: SEDE CANINDÉ

CEAC BOA VIAGEM: Boa Viagem e Madalena

CEAC CARIDADE: Caridade e Paramoti

CEAC CANINDÉ : Canindé e Itatira

CEAC SANTA QUITÉRIA: Santa Quitéria, Catunda e Hidrolândia

9. MACIÇO DE BATURITÉ: SEDE BATURITÉ

CEAC ARACOIABA: Aracoiaba e Ocara
CEAC ITAPIÚNA: Capistrano e Itapúna
CEAC BATURITÉ: Baturité, Aratuba e Mulungu
CEAC PACOTI: Guaramiranga, Pacoti e Palmácia
CEAC REDENÇÃO: Acarape, Barreira e Redenção

10. BAIXO JAGUARIBE: SEDE LIMOEIRO DO NORTE

CEAC LIMOEIRO DO NORTE: Limoeiro do Norte e Quixerá
CEAC RUSSAS: Palhano e Russas
CEAC MORADA NOVA: Ibicutinga e Morada Nova
CEAC TABULEIRO DO NORTE: São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte

11. MÉDIO JAGUARIBE: SEDE JAGUARIBE

CEAC ALTO SANTO: Alto de Santo, Iracema e Potirema
CEAC JAGUARIBE: Ererê, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe e Pereiro

12. SERTÃO CENTRAL: SEDE QUIXERAMOBIM

CEAC MOMBAÇA: Mombaça e Piquet Carneiro
CEAC QUIXERAMOBIM: Quixeramobim
CEAC SENADOR POMPEU: Senador Pompeu, Milha e Pedra Branca
CEAC QUIXADÁ: Quixadá, Choro, Banabuiú e Ibaretama
CEAC SOLONÓPOLE: Dep. Irapuan Pinheiro e Solonópole

13. CENTRO SUL: SEDE IGUATU

CEAC ACOPIARA: Acopiara e Catarina
CEAC IPAUMIRIM: Baixio e Ipaumirim
CEAC ICÓ: Ico e Orós
CEAC JUCÁS: Jucás, Cariús e Saboeiro
CEAC IGUATU: Iguatu e Quixelô
CEAC LAVRAS DA MANGABEIRA: Cedro e Lavras da Mangabeira

14. SERTÕES DO CRATEÚS: SEDE CRATEÚS

CEAC CRATEÚS: Crateús, Ipaporanga e Novo Oriente
CEAC NOVA RUSSAS: Russas e Palhano
CEAC INDEPENDÊNCIA: Independência
CEAC TAMBORIL: Monsenhor Tabosa e Tamboril

15. INHAMUNS : SEDE TAUÁ

CEAC AIUABA: Aiuaba
CEAC TAUÁ: Arneiroz, Parambu, Quiteranópolis e Tauá

16. CARIRI: SEDE CRATO

CEAC BARBALHA: Barbalha e Jardim
 CEAC MISSÃO VELHA: Abaiara e Missão Velha
 CEAC CRATO: Crato e Farias Brito
 CEAC SANTANA DO CARIRI: Altaneira, Nova Olinda e Santana do Cariri
 CEAC JUAZEIRO DO NORTE: Caririaçu e Juazeiro do Norte
 CEAC VÁRZEA ALEGRE: Grangeiro e Várzea Alegre

17. CARIRI LESTE: SEDE BREJO SANTO

CEAC BREJO SANTO: Brejo Santo, Porteiras, Penaforte e Jati
 CEAC MAURITI: Mauriti e Barro
 CEAC MILAGRES: Aurora e Milagres

18. CARIRI OESTE: SEDE CAMPOS SALES

CEAC ARARIPE: Araripe e Potengi
 CEAC CAMPOS SALES: Campos Sales e Salitre
 CEAC ASSARÉ: Antonina do Norte, Assaré e Tarrafas

8 AS MACRO E MICRORREGIÕES DOS ARTICULADORES DE CULTURA

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	ARTICULADORES
-------------------------	---------------

REGIÃO ADMINISTRATIVA 1

Aquiraz
 Caucaia
 Chorozinho
 Eusébio
 Fortaleza
 Guaiúba
 Horizonte
 Itaitinga
 Maracanaú
 Maranguape
 Pacajus
 Pacatuba
 São Gonçalo do Amarante

REGIÃO ADMINISTRATIVA 2

Amontada
 Apuiarés
 Itapajé
 Itapipoca
 Miraíma
 Pentecoste
 São Luís do Curu
 Tejuçuoca

Trairi
Tururu
Umirim
Uruburetama

REGIÃO ADMINISTRATIVA 3

Acaraú
Bela Cruz
Cruz
Itarema
Jijoca de Jericoacoara
Marco
Morrinhos

REGIÃO ADMINISTRATIVA 4

Barroquinha
Camocim
Chaval
Granja
Martinópolis
Uruoca

REGIÃO ADMINISTRATIVA 5

Carnaubal
Croata
Guaraciaba do Norte
Ibiapina
Ipú
São Benedito
Tinguá
Ubajara
Viçosa do Ceará

REGIÃO ADMINISTRATIVA 6

Alcântaras
Cariré
Coreaú
Forquilha
Frecheirinha
Graça
Groaíras
Hidrolândia
Irauçuba
Massapê
Meruoca
Moraújo

Mucambo
Pacujá
Pires Ferreira
Reritaba
Santana do Acaraú
Senador Sá
Sobral
Varjota

REGIÃO ADMINISTRATIVA 7

Canindé
Caridade
General Sampaio
Itatira
Paramoti
Santa Quitéria

REGIÃO ADMINISTRATIVA 8

Acarape
Aracoiaba
Aratuba
Barreira
Baturité
Capistrano
Guaramiranga
Itapiúna
Mulungu
Ocara
Pacoti
Palmácia
Redenção

REGIÃO ADMINISTRATIVA 9

Aracati
Beberibe
Cascavel
Fortim
Icapuí
Itaiçaba
Pindoretama

REGIÃO ADMINISTRATIVA 10

Alto Santo
Jaguaruana
Limoeiro do Norte
Morada Nova

Palhano
Quixeré
Russas
São João do Jaguaribe
Tabuleiro do Norte

REGIÃO ADMINISTRATIVA 11

Ererê
Iracema
Jaguetama
Jaguaribara
Jaguaribe
Pereiro
Potiretama

REGIÃO ADMINISTRATIVA 12

Banabuiú
Boa Viagem
Choró
Ibaretama
Ibicuitinga
Madalena
Quixadá
Quixeramobim

REGIÃO ADMINISTRATIVA 13

Ararendá
Catunda
Crateús
Independência
Ipaporanga
Ipueiras
Monsenhor Tabosa
Nova Russas
Novo Oriente
Poranga
Tamboril

REGIÃO ADMINISTRATIVA 14

Deputado Irapuan Pinheiro
Milha
Mombaça
Pedra Branca
Piquet Carneiro
Senador Pompeu
Solonópole

REGIÃO ADMINISTRATIVA 15

Arneiroz
Parambu
Quiteranópolis
Tauá
Tauá

REGIÃO ADMINISTRATIVA 16

Acopiara
Cariús
Catarina
Iguatú
Jucás
Orós
Quixelô

REGIÃO ADMINISTRATIVA 17

Baixio
Cedro
Iço
Ipaumirim
Lavras da Mangabeira
Umari
Várzea Alegre

REGIÃO ADMINISTRATIVA 18

Altaneira
Antoninado Norte
Araripe
Assaré
Campos Sales
Crato
Nova Olinda
Potengi
Saboeiro
Salitre
Santana do Cariri
Tarrafas

REGIÃO ADMINISTRATIVA 19

Farias Brito
Granjeiro
Caririaçu
Juazeiro do Norte
Barbalha

Jardim

REGIÃO ADMINISTRATIVA 20

Abaiara
Aurora
Barro
Brejo Santo
Jati
Mauriti
Milagres
Missão Velha
Penaforte
Porteiras

9

**DISTRITOS OPERACIONAIS DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES, RODOVIAS
E TRANSPORTES - DERT
SEINFRA**

SEDES DOS DISTRITOS OPERACIONAIS	MUNICÍPIOS JURIDICIONADOS
MARANGUAPE	AQUIRAZ, BEBERIBE, CACSCAVEL, CAUCAIA, EUSÉBIO, FORTALEZA, GUAIÚBA, ITAITINGA, MARACANAÚ, MARANGUAPE, PARACATUBA, PINDORETAMA, SÃO GONÇALO DO AMARANTE
ARACAOIABA	ACARAPE, ARACOIABA, ARATUBA, BARREIA, BATURITÉ, CAPISTRANO, CARIDADE, CHORÓ, CHOROZINHO, GUARAMIRANGA, HORIZONTE, IBARETAMA, IBICUITINFA, ITAPIÚNA, MULUNGU, OCARA, PACAJÚS, PACOTI, PALMÁCIA, QUIXADÁ, REDENÇÃO
ITAPIPOCA	ACARAÚ, AMONTADA, APUIARÉS, BELA CRUZ, GENERAL SAMPAIO, IRAUÇUBA, ITAPAGÉ, ITAPIPOCA, ITAREMA, MARCO, MIRAIMA, MORRINHOS, PARACURU, PARAIPABA, SÃO LUIZ DO CURU, TEJUÇUOCA, TRAIRI, TURURU, UNMIRIM, URUBURETAMA
LIMOEIRO DO NORTE	ALTO SANTA, ARACATI, ERERÉ, FORTIM, ICAPUÍ, IRACEMA, ITAIÇABA, JAGUARETAMA, JAGUARIBARA, JAGUARIBE, JAGUARUANA, LIMOEIRO DO NORTE, MORADA NOVA, PALHANO, PEREIRO, POTIRETAMA, QUIXERÉ, RUSSAS, SÃO JOÃO DO JAGUARIBE, TABULEIRO DO NORTE

SANTA QUITÉRIA	BOA VIAGEM, CANINDÉ, MONSENHOR TABOSA, CARNAUBAL, CATUNDA, CROATÁ, GUARACIABA, DO NORTE, HIDROLÂNDIA, IBIAPINA, IPU, ITATIRA, PARAMOTI, PIRES FERREIRA, RERIUTABA, SANTA QUITÉRIA, SÃO BENEDITO, UBAJARA, VARJOTA.
QUIXERAMOBIM	BANABUIÚ, DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, MADALENA, MILHÃ, MOMBAÇA, PIQUET CARNEIRO, QUIXERAMOBIM, SENADOR POMPEU, SOLONÓPOLE
SOBRAL	ALCÂNTARAS, BARROQUINHA, CAMOCIM, CARIRÉ, CHAVAL, COREAÚ, FORQUILHA, FRECHEIRINHA, GRAÇA, GRANJA, GROÁIRAS, JIJOCA DE JERICOACOARA, MARTINÓPOLE, MASSAPÊ, MERUOCA, MARAÚJO, MUCAMBO, PACUJÁ, SANTANA DO ACARAÚ, SENADOR SÁ, SOBRAL, TIANGUÁ, URUOA, VIÇOSA DO CEARÁ
CRATEÚS	ARARENDÁ, CRATEÚS, INDEPENDÊNCIA, IPAOPRANGA, IPUEIRAS, NOVA RUSSAS, NOVO ORIENTE, PARAMBU, PEDRA BRANCA, PORANGA, QUITERIANOPOLIS, TAMBORIL, TAUÁ
IGUATU	ACOPIARA, AIUABA, ANTONINA DO NORTE, ARNEIROZ, BAIXIO, CARIÚS, CATARINA, CEDRO, ICÓ, IGUATÚ, IPAUMIRIM, JUCÁS, LAVRAS DA MANGABEIRA, ORÓS, QUIXELÔ, SABOEIRO, UMARI, VÁRZEA ALEGRE
CRATO	ABAIARA, ALTANEIRA, ARARIPE, ASSARÉ, AURORA, BARBALHA, BARRO, BREJO SANTO, CAMPOS SALES, CARIRIAÇÚ, CRATO, FARIAS BRITO, GRANJEIRO, JARDIM, JATI, JUAZEIRO DO NORTE, MAURITI, MILAGRES, MISSÃO VELHA, NOVA OLINDA, PENAFORTE, PORTEIRAS, POTENGI, SALITRE, SANTANA DO CARIRI, TARRAFAS.

10 OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DA SDLR

PLANOS REGIONAIS	ESCRITÓRIOS REGIONAIS
MACIÇO DE BATURITÉ	MACIÇO DE BATURITÉ
Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Guaramiranga, Mulungu, Palmácia, Redenção	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Guaramiranga, Mulungu, Palmácia, Redenção, Pacoti, Ocara

BAIXO JAGUARIBE	BAIXO JAGUARIBE
Alto Santo, Ibicuitinga, Itaiçaba, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte	Alto Santo, Ibicuitinga, Itaiçaba, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Morada Nova
VALE DO ACARAÚ	VALE DO ACARAÚ
Alcântaras, Cariré, Forquilha, Groaíras, Massapé, Meruoca, Santana do Acaraú, Sobral	Alcântaras, Cariré, Forquilha, Groaíras, Massapé, Meruoca, Santana do Acaraú, Sobral
CENTRO SUL/VALE DO SALGADO	CENTRO SUL/VALE DO SALGADO
Acopiara, Baixio, Cariús, Cedro, Iço, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Umari, Várzea Alegre	Acopiara, Baixio, Cariús, Cedro, Iço, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Umari, Várzea Alegre, Saboeiro
IBIAPABA/VALE DO COREAÚ	VALE DO COREAÚ
Barroquinha, Camocim, Carnaubal, Chaval, Croata , Cruz, Granja, Guraciaba do Norte, Ibiapina, Jijoca de Jericoacoara, Martinópole, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Uruoca, Viçosa do Ceará	Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Martinópole, Uruoca
	IBIAPABA
	Carnaubal, Croata, Guraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará
	CARIRI
	Altaneira, Barbalha, Caririçu, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras, Santana do Cariri

ANEXO 2

**AS REGIONALIZAÇÕES DO ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIOS-SEDE EXISTENTES**

ÓRGÃOS MUNIC. SEDE	1 SEFAZ COORD	2 SEFAZ CÉLUL AS	3 SESA MACR O	4 SESA CÉLUL AS	5 SEDUC CREDE	6 PGJ UNID. OPER.	7 SEINF RA DERT	8 SEAGR I AGRO- POLOS	9 SEAGR ICEAC	10 SDLR PDR	11 SDLR ESC	OCOR RÊNCI AS
ACARAÚ		x		X	X			x	x			5
ACOPIARA					X				x			2
AIUABA									x			1
ALTO SANTO									x			1
AQUIRAZ		x										1
ARACATI		x		X		x		x	x			5
ARACOIABA							x		x			2
ARARIPE									x			1
ASSARÉ									x			1
BARBALHA									x			1
BATURITÉ				X		x		x	x	x	x	6
BEBERIBE					X				x			2
BOA VIAGEM									x			1
BREJO SANTO		x		X				x	x			4
CAMOCIM		x		X				x	x	x	x	8
CAMPOS SALES		x						x	x			3
CANINDÉ		x		X				x	x			4
CARIDADE									x			1
CARIRÉ									x			1
CARIRIAÇU					X							1
CASCAVEL									x			1
CAUCAIA		x		X	X				x			4

ÓRGÃOS MUNIC. SEDE	1 SEFAZ COORD	2 SEFAZ CÉLUL AS	3 SESA MACRO	4 SESA CÉLUL AS	5 SEDUC CREDE	6 PGJ UNID. OPER.	7 SEINF RA DERT	8 SEAGR I AGRO- POLOS	9 SEAGR ICEAC	10 SDLR PDR	11 SDLR ESC	OCOR RÊNCI AS
COREAÚ									X			1
CRATEÚS		X		X		X	X	X	X			6
CRATO		X		X		X	X	X	X		X	7
FORTALEZA	X	X	X	X	X	X		X				7
GRANJA					X				X			2
GUARACIABA DO NORTE									X			1
HORIZONTE		X										1
ICÓ		X		X					X			3
IGUATU		X		X	X	X	X	X	X	X	X	9
INDEPENDÊNCIA				X					X			2
IPAUMIRIM									X			1
IPU		X							X			2
ITAJAJÉ									X			1
ITAPIPOCA		X		X	X	X	X	X	X			7
ITAPIÚNA									X			1
JAGUARIBE					X			X	X			3
JAGUARUANA									X			1
JUCÁS									X			1
JUAZEIRO DO NORTE	X	X	X	X		X			X			6
LAVRAS DA MANGABEIRA									X			1
LIMOEIRO DO NORTE		X		X		X	X	X	X	X	X	8
MARACANAÚ		X		X								2
MARANGUAPE		X				X	X		X			4
MARCO									X			1
MASSAPÉ									X			1

ÓRGÃOS MUNIC. SEDE	1 SEFAZ COORD	2 SEFAZ CÉLUL AS	3 SESA MACRO	4 SESA CÉLUL AS	5 SEDUC CREDE	6 PGJ UNID. OPER.	7 SEINF RA DERT	8 SEAGR I AGRO- POLOS	9 SEAGR I CEAC	10 SDLR PDR	11 SDLR ESC	OCOR RÊNCI AS
MAURITI					X				X			2
MILAGRES									X			1
MISSÃO VELHA									X			1
MOMBAÇA					X				X			2
MORADA NOVA					X				X			2
MUCAMBO									X			1
NOVA RUSSAS									X			1
OCARA					X							1
PACAJUS									X			1
PACOTI									X			1
PARAIPABA									X			1
PENTECOSTE									X			1
QUIXADÁ		X		X		X			X			4
QUIXERAMOBIM					X		X	X	X			4
REDENÇÃO									X			1
RUSSAS	X	X		X					X			4
SABOEIRO					X							1
SANTA QUITÉRIA					X		X		X			3
SANTANA DO ACARAÚ									X			1
SANTANA DO CARIRI									X			1
SÃO BENEDITO						X			X		X	3
SÃO GONÇALO DO AMARANTE									X			1
SENADOR POMPEU									X			1
OLONÓPOLE									X			1
SOBRAL	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	11

ÓRGÃOS MUNIC. SEDE	1 SEFAZ COORD	2 SEFAZ CÉLUL AS	3 SESA MACR O	4 SESA CÉLUL AS	5 SEDUC CREDE	6 PGJ UNID. OPER.	7 SEINF RA DERT	8 SEAGR I AGRO- POLOS	9 SEAGR I CEAC	10 SDLR PDR	11 SDLR ESC	OCOR RÊNCI AS
TABULEIRO DO NORTE									x			1
TAMBORIL									x			1
TAUÁ		x		x	X			x	x			5
TIANGUÁ		x		x				x	x			4
UBAJARA									x			1
VÁRZEA ALEGRE									x			1
VIÇOSA DO CEARÁ					X							1
TOTAIS	4	25	3	21	21	13	10	18	71	5	7	198

NOMENCLATURA DAS REGIÕES

- 1. MESO E MICRORREGIÕES DO IBGE**
- 2. MACRO E MICRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO**
- 3. REGIÕES ADMINISTRATIVAS**
- 4. MACRORREGIÕES TURÍSTICAS**
- 5. MACRORREGIÕES DOS FÓRUMS DE TURISMO**
- 6. MACRO E MICRORREGIÕES DE SAÚDE**
- 7. MACRORREGIÕES DE EDUCAÇÃO**
- 8. MACROINFOVIAS**
- 9. MACRORREGIÕES DA SEFAZ**
- 10. MACRORREGIÕES DOS AGROPOLOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA**
- 11. MACRORREGIÕES DO SINE**
- 12. MACRORREGIÕES DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
- 13. MACRORREGIÕES DOS ESCRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO**

ANEXO 3: A REGIONALIZAÇÃO PROPOSTA - DESCRIÇÃO DAS REGIÕES

Nova Regionalização	Municípios	Município Sede	Nº de Municípios	Área (km²)	População	Densidade e Demografia	População Urbana	Grau de Urbanização	PIB 2002 (R\$1.000,00)	PIB Per Capita 2002 (R\$1.000)	IDM 2002			IDS 2002			Agências Bancárias	Rede Rodoviária (km)		
											máximo	mínimo	Dispersão	máximo	mínimo	Dispersão		Fed. / Estadual	Municipal	Total
01. RMF	Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante.	FORTALEZA	13	4.976	3.107.314	624,45	3.002.472	96,63	14.476.167,00	4,66	0,814	0,267	0,705	0,617	0,427	0,59	171	638	1.795,00	2.433,40
02. MACIÇO DE BATURITÉ	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção.	BATURITÉ	12	3.157	197.667	62,61	91.186	46,13	327.838,00	1,66	0,384	0,173	0,280	0,573	0,374	0,45	5	256	1.532,50	1.788,50
03. LITORAL LESTE	Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano, Pindoretama.	ARACATI	9	5.934	256.318	43,20	159.677	62,30	760.357,00	2,97	0,402	0,274	0,361	0,511	0,373	0,45	9	536	2.383,50	2.919,60
04. LITORAL OESTE	Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Itarema, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama.	ITAPIPOCA	16	10.532	450.514	42,78	230.302	51,12	864.662,00	1,92	0,359	0,153	0,274	0,529	0,394	0,44	9	567	2.303,00	2.870,40

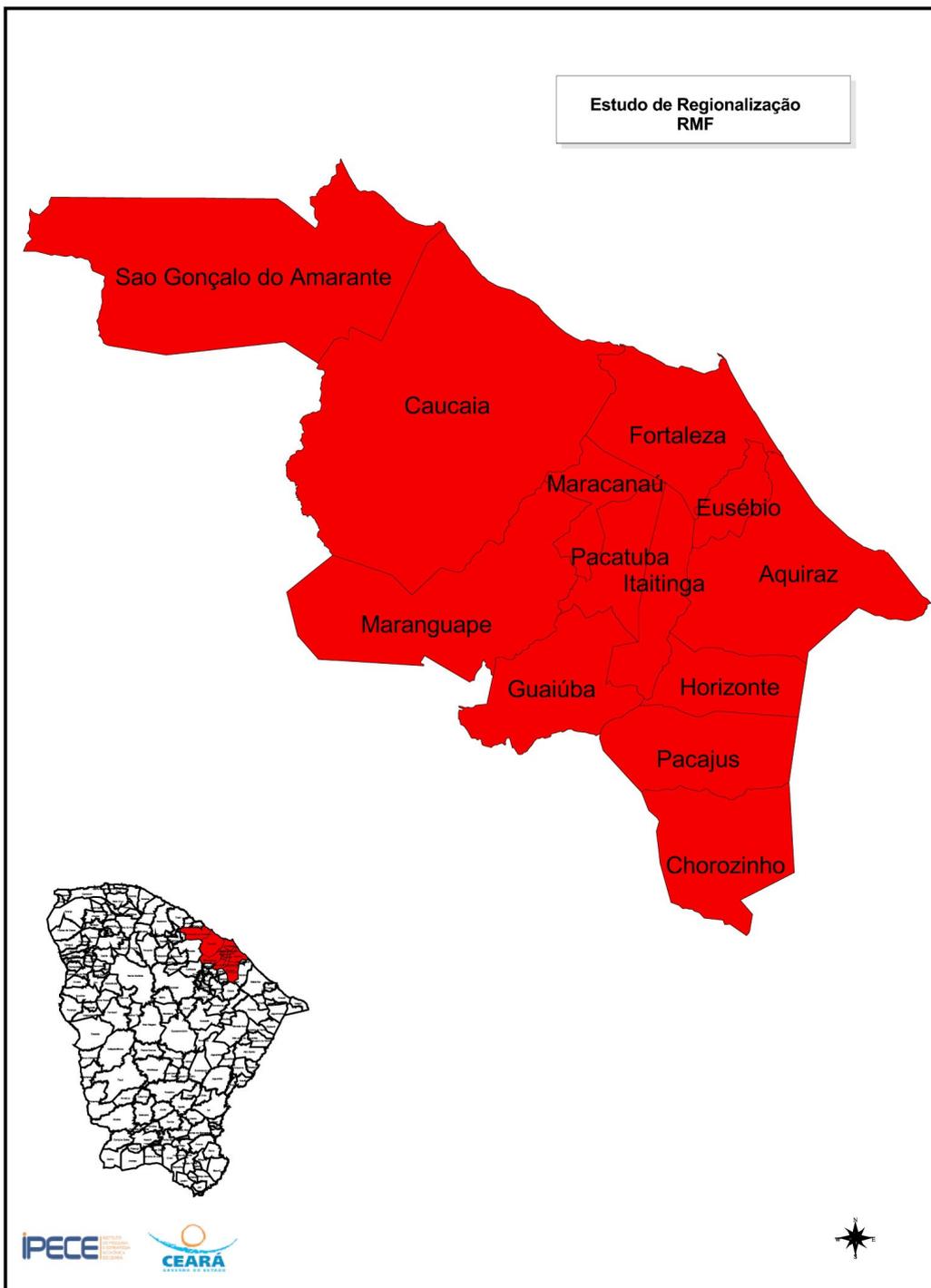
Nova 05 Região LITORAL Zona NORTE	Municípios	Muni- cípio Sede	Nº de Mun- i- cípios	Área (km²)	Popu- la- ção	Den- si- dade Dem- o- gráfi- ca	Popu- la- ção Urbana	Gra- u-de Urb- ani- zação	PIB 2002 (R\$1.000,00)	PIB Per Capita 2002 (R\$1.000)	IDM 2002			IDS 2002			Agên- cias Banc- árias	Rede Rodoviária (km)		
	Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval. Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco, .	GAMOCIM	9	7.273	266.232	36,5	147.854	55,5	431.990,00	1,04	0,319	0,128	0,236	0,504	0,303	0,41	10	353	1.400,80	1.753,60
06. ALTO JAGUA- RIBE	Acopiara, Cariús, Catarina, Cedro, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, Icó, Iguatu, Jaguaribe, Jucás, Milhã, Mombaça, Orós, Pereiro, Piquet Carneiro, Quixelô, Saboeiro, Senador Pompeu, Solonópole, Tarrafas, Umari.	IGUA- TU	21	20.539	527.656	25,69	274.953	52,11	1.012.140,00	1,92	0,452	0,124	0,272	0,497	0,330	0,41	21	1.210	4.055,50	5.265,40
07. MÉDIO JAGUA- RIBE	Alto Santo, Iracema, Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte.	LIMO- EIRO DO NORTE	10	10.086	273.682	27,14	151.932	55,51	706.165,00	2,58	0,410	0,241	0,311	0,571	0,427	0,48	9	510	3.156,50	3.666,70
08. SERTÃO CENTRAL	Banabuiú, Boa Viagem, Canindé, Caridade, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga, Itapiúna, Itatira, Jaguaratama, Madalena, Paramoti, Pedra Branca, Quixadá, Quixeramobim.	QUIX- ADÁ	15	21.409	438.790	20,50	224.128	51,08	885.319,00	2,02	0,405	0,161	0,262	0,475	0,275	0,43	15	906	5.623,00	6.529,40
09. SERTÃO NORTE	Alcântaras, Cariré, Catunda, Coreaú, Forquilha, Groaíras, Hidrolândia, Martinópole, Massapê, Meruoca, Miraíma,	SOB- RAL	21	12.656	487.934	38,56	315.527	64,67	1.675.734,00	3,43	0,562	0,143	0,329	0,521	0,319	0,43	13	843	2.602,80	3.445,30

Nova Region ali- zação	Municípios	Muni- cípio Sede	Nº de Mun- i- cípios	Área (km²)	Popu- la- ção	Den- si- dad e Dem- o- gráfi- ca	Popu- la- ção Urba- na	Gra- u de Urb- ani- zação	PIB 2002 (R\$1.000,00)	PIB Per Capi- ta 2002 (R\$1.000)	IDM 2002			IDS 2002			Agên- cias Banc- árias	Rede Rodoviária (km)		
10. SERTÃO O SUL	Moraújo, Morrinhos, Pires Ferreira, Reriutaba, Santa Quitéria, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Uruoca, Varjota.	TAUÁ	5	10.880	125.694	11,55	52.320	41,62	187.425,00	1,49	0,280	0,109	0,200	0,425	0,289	0,38	4	425	1.180,00	1.605,10
11. CHAP ADA DA IBIAPA BA	Carnaubal, Frecheirinha, Graça, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipú, Mucambo, Pacujá, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará.	TIAN GUÁ	12	5.079	337.032	66,35	169.686	50,35	565.271,00	1,68	0,332	0,161	0,264	0,435	0,337	0,38	16	342	1.466,00	1.808,30
12. INHAM UNS	Ararendá, Crateús, Croatá, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Tamboril.	CRAT EÚS	11	13.358	283.893	21,25	156.003	54,95	468.497,00	1,65	0,361	0,165	0,264	0,457	0,305	0,40	11	490	4.307,60	4.797,20
13. CARIR I	Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixio, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi,	JUAZ EIRO DO NOR TE	30	20.471	901.809	44,05	581.944	64,53	1.836.251,00	2,04	0,498	0,073	0,322	0,506	0,214	0,41	40	1.223	7.082,40	8.305,40

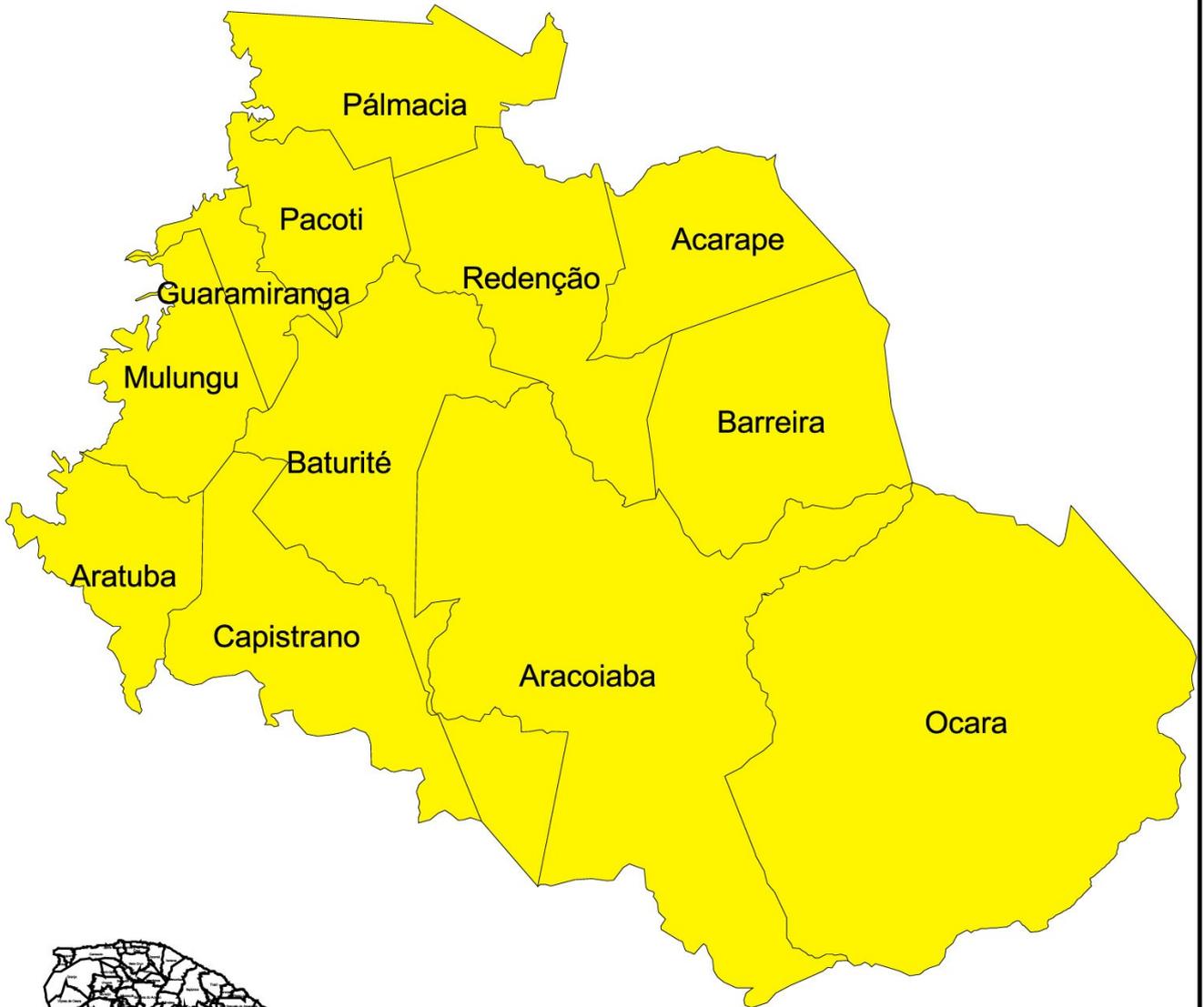
Nova Region	Municípios	Muni cípio Sede	Nº de Mun i- cíni	Área (km ²)	Popu la- ção	Den si- dad e Dem	Popu la- ção Urba na	Gra u de Urb ani- zacã	PIB 2002 (R\$1.00 0,00)	PIB Per Capi ta 2002	IDM 2002			IDS 2002			Agên cias Banc árias	Rede Rodoviária (km)		
Total Global	Salitre, Santana do Cariri, Várzea Alegre.		184	146. 348	7.654 .535	44,0 5	5.557 .984	64,5 3	24.203. 762,00	3,16	-	-	-	-	-	-	333	8.30 0	38.88 8,60	47.18 8,30

ANEXO 4

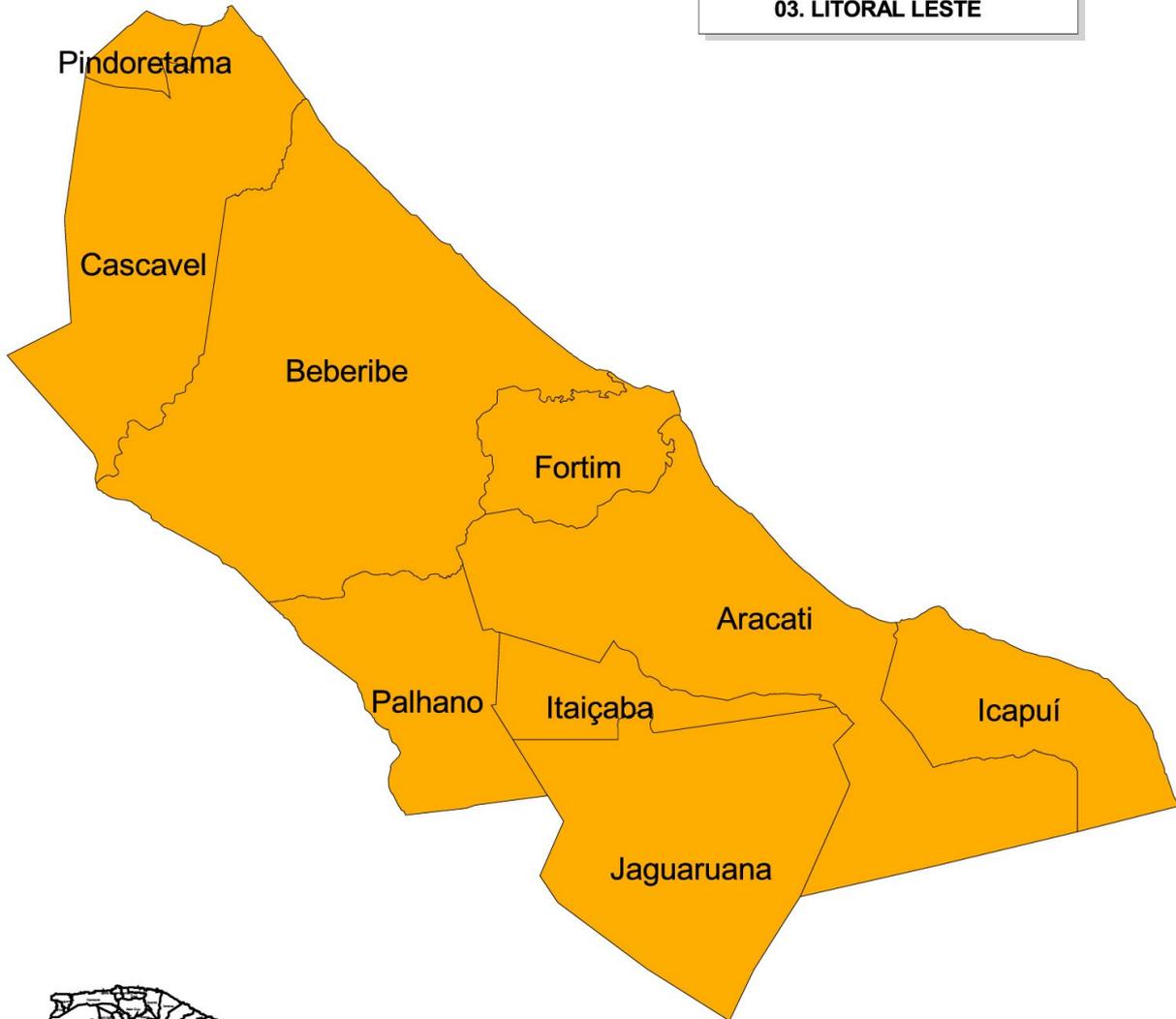
MAPAS DA NOVA REGIONALIZAÇÃO



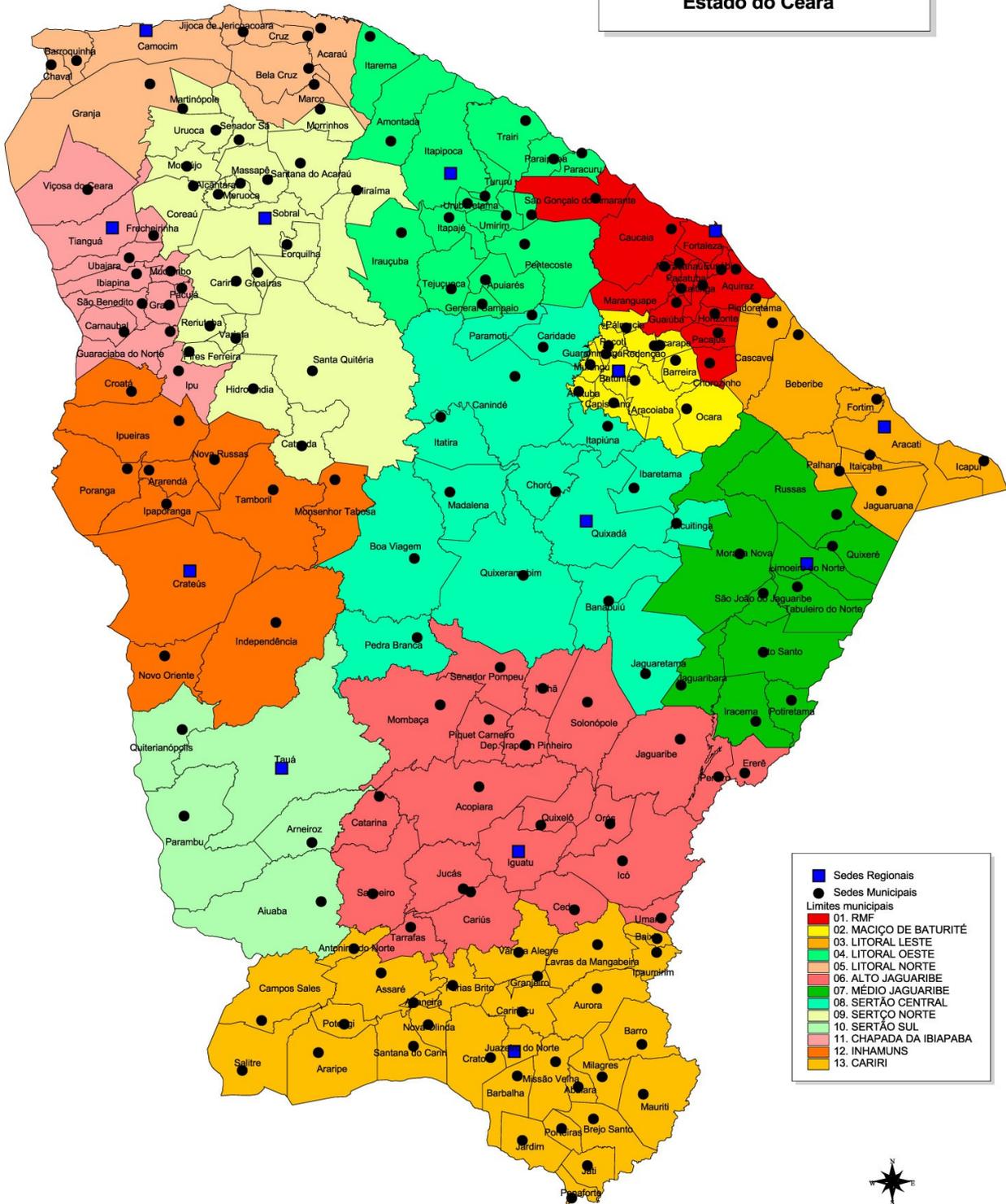
**Estudo de Regionalização
MACIÇO DE BATURITÉ**



**Estudo de Regionalização
03. LITORAL LESTE**



Estudo de Regionalização Estado do Ceará



■	Sedes Regionais
●	Sedes Municipais
—	Limites municipais
■	01. RMF
■	02. MACIÇO DE BATURITÉ
■	03. LITORAL LESTE
■	04. LITORAL OESTE
■	05. LITORAL NORTE
■	06. ALTO JAGUARIBE
■	07. MÉDIO JAGUARIBE
■	08. SERTÃO CENTRAL
■	09. SERTÃO NORTE
■	10. SERTÃO SUL
■	11. CHAPADA DA IBIAPABA
■	12. INHAMUNS
■	13. CARIRI



**ANEXO 5
POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DAS REGIÕES**

Dados		01. RMF	02. MACIÇ O DE BATURI TÉ	03. LITOR AL LESTE	04. LITOR AL OESTE	05. LITOR AL NORTE	06. ALTO JAGUAR IBE	07. MÉDIO JAGUAR IBE	08. SERTÃO CENTR AL	09. SERTÃO NORTE	10. SERTÃO SUL	11. CHAPA DA IBIAPA BA	12. INHAM UNS	13. CARI RI	Total Globa I
LAVOURAS	Algodão Arbóreo (t)	0,00 %	0,00%	0,00%	17,20 %	0,00%	18,28%	0,00%	0,00%	50,54 %	10,75 %	0,00%	0,00%	3,23 %	100,0 0%
	Algodão Herbáceo (t)	0,00 %	6,02%	9,86%	0,07%	0,00%	21,11%	16,11%	25,72%	2,06%	2,13%	0,45%	12,99%	3,48 %	100,0 0%
	Alho (t)	0,00 %	41,98%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,70%	3,70%	50,62 %	100,0 0%
	Amendoim (t)	0,00 %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,54%	11,85%	0,00%	87,61 %	100,0 0%
	Arroz (t)	0,61 %	5,51%	2,70%	0,28%	0,39%	34,81%	16,11%	0,60%	1,37%	0,03%	2,66%	0,02%	34,89 %	100,0 0%
	Banana (t)	5,38 %	18,04%	0,71%	26,53 %	1,04%	6,42%	19,09%	1,90%	3,74%	0,14%	10,29%	0,67%	6,06 %	100,0 0%
	Soma de Batata Doce (t)	0,12 %	0,00%	12,07 %	27,08 %	13,26 %	0,38%	0,67%	1,87%	6,15%	0,00%	28,80%	7,47%	2,13 %	100,0 0%
	Soma de Café (t)	0,00 %	60,63%	0,00%	0,60%	0,00%	0,00%	0,00%	0,50%	2,46%	0,00%	34,00%	0,35%	1,45 %	100,0 0%
	Cana-de-açúcar (t)	14,38 %	3,37%	4,71%	22,02 %	0,11%	1,25%	0,00%	0,36%	1,34%	0,07%	33,43%	0,62%	18,34 %	100,0 0%
	Castanha de Caju (t)	12,84 %	9,59%	24,93 %	14,03 %	19,23 %	0,17%	5,09%	1,85%	9,72%	0,55%	0,78%	0,45%	0,77 %	100,0 0%
	Coco-da-baía (t)	11,75 %	1,00%	12,64 %	48,97 %	14,49 %	0,46%	1,21%	0,83%	4,84%	0,05%	2,50%	0,52%	0,73 %	100,0 0%

Dados		01. RMF	02. MACIÇO DE BATURITÉ	03. LITORAL LESTE	04. LITORAL OESTE	05. LITORAL NORTE	06. ALTO JAGUARIBE	07. MÉDIO JAGUARIBE	08. SERTÃO CENTRAL	09. SERTÃO NORTE	10. SERTÃO SUL	11. CHAPADA DA IBIABA	12. INHAMUNS	13. CARIARI	Total Global
	Feijão (t)	1,68%	3,16%	1,59%	2,98%	1,56%	12,90%	5,99%	22,30%	10,64%	5,33%	4,99%	10,64%	16,24%	100,00%
	Fumo (t)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	13,92%	0,00%	86,08%	100,00%
	Laranja (t)	5,30%	12,88%	9,47%	1,89%	1,89%	2,06%	1,62%	1,62%	5,57%	0,00%	44,82%	4,23%	8,65%	100,00%
	Limão (t)	1,56%	0,00%	0,93%	0,00%	0,00%	0,00%	92,42%	0,25%	1,05%	0,00%	3,09%	0,37%	0,33%	100,00%
	Mamão (t)	9,45%	2,09%	0,89%	7,19%	3,30%	1,89%	10,01%	1,83%	23,46%	0,00%	34,84%	4,78%	0,27%	100,00%
	Mandioca (t)	9,43%	2,74%	5,59%	24,26%	17,07%	0,36%	0,38%	0,69%	7,27%	0,98%	10,91%	4,25%	16,08%	100,00%
	Manga (t)	7,74%	6,65%	12,88%	8,77%	3,39%	3,63%	2,21%	4,15%	13,04%	1,30%	11,07%	3,87%	21,30%	100,00%
	Maracujá (t)	1,17%	0,37%	0,49%	0,25%	0,00%	0,00%	0,34%	0,10%	0,93%	0,00%	91,60%	3,89%	0,84%	100,00%
	Melão (t)	0,36%	0,00%	20,21%	0,00%	4,05%	0,00%	75,38%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	Milho (t)	0,72%	3,74%	0,89%	2,85%	1,42%	14,42%	1,30%	17,02%	6,33%	7,75%	2,57%	12,53%	28,47%	100,00%
	Tomate (t)	0,23%	6,19%	0,45%	0,00%	0,00%	0,46%	0,41%	7,25%	2,69%	0,00%	68,66%	7,76%	5,90%	100,00%
PECUÁRIA	Bovinos (cabeças)	4,07%	2,20%	2,41%	6,26%	3,20%	18,58%	7,06%	15,61%	9,70%	5,16%	3,28%	8,07%	14,40%	100,00%
	Suínos (cabeças)	4,69%	1,95%	1,98%	7,09%	9,43%	14,47%	3,21%	10,19%	13,72%	5,69%	8,25%	8,27%	11,07%	100,00%

Dados		01. RMF	02. MACIÇO DE BATURITÉ	03. LITORAL LESTE	04. LITORAL OESTE	05. LITORAL NORTE	06. ALTO JAGUARIBE	07. MÉDIO JAGUARIBE	08. SERTÃO CENTRAL	09. SERTÃO NORTE	10. SERTÃO SUL	11. CHAPADA DA IBIAPABA	12. INHAMUNS	13. CARIARI	Total Global
	Caprinos (cabeças)	1,65%	0,57%	4,00%	5,93%	5,73%	10,92%	7,81%	12,64%	13,85%	14,79%	3,37%	13,77%	4,96%	100,00%
	Ovinos (cabeças)	1,72%	0,75%	3,26%	5,16%	3,50%	14,55%	8,21%	17,48%	11,65%	13,55%	0,73%	14,96%	4,46%	100,00%
	Aves - Galinhas (cabeças)	29,10%	3,76%	10,81%	5,60%	1,73%	8,03%	1,35%	16,33%	4,47%	1,66%	5,16%	2,80%	9,21%	100,00%
	Leite Vaca (mil Litros)	6,60%	1,48%	2,26%	6,67%	1,66%	17,95%	8,21%	18,84%	9,85%	4,71%	2,06%	7,35%	12,35%	100,00%
	Ovos (Mil dúzias)	53,91%	0,49%	12,54%	2,09%	0,82%	4,06%	0,90%	5,76%	2,59%	0,79%	10,09%	1,40%	4,56%	100,00%
	Pescado (t)	0,84%	0,00%	0,10%	7,89%	0,26%	43,81%	4,20%	6,47%	30,35%	1,52%	0,00%	3,84%	0,71%	100,00%
	Asininos, Equinos e Muares (cabeças)	3,20%	3,30%	2,36%	7,54%	4,18%	17,28%	4,61%	18,49%	9,50%	4,96%	3,32%	6,41%	14,86%	100,00%
	Mel de Abelha (kg)	7,75%	2,05%	6,87%	0,73%	0,16%	20,21%	50,10%	0,66%	0,22%	0,06%	0,40%	0,00%	10,80%	100,00%
EXTRATIVA VEGETAL	Babaçú (t)	0,83%	25,28%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,67%	0,00%	5,00%	0,00%	67,22%	100,00%
	Cera de Carnaúba (t)	8,43%	3,61%	9,64%	13,25%	9,64%	1,20%	12,05%	12,05%	16,87%	0,00%	6,02%	6,02%	1,20%	100,00%
	Pó de Carnaúba (t)	8,33%	3,57%	9,52%	13,10%	10,71%	1,19%	11,90%	11,90%	16,67%	0,00%	5,95%	5,95%	1,19%	100,00%
	Cera e pó de Carnaúba (t)	1,49%	0,57%	6,65%	4,08%	30,21%	0,00%	16,18%	2,36%	36,06%	0,00%	2,20%	0,14%	0,06%	100,00%

Dados		01. RMF	02. MACIÇ O DE BATURI TÉ	03. LITOR AL LESTE	04. LITOR AL OESTE	05. LITOR AL NORTE	06. ALTO JAGUAR IBE	07. MÉDIO JAGUAR IBE	08. SERTÃO CENTR AL	09. SERTÃO NORTE	10. SERTÃO SUL	11. CHAPA DA DA IBIAPA BA	12. INHAM UNS	13. CARI RI	Total Glo bali
	Estaca de madeira (m³)	0,26 %	1,91%	1,17%	1,12%	0,00%	12,86%	20,94%	20,22%	3,31%	1,08%	0,00%	18,09%	19,04 %	100,0 0%
	Carvão Vegetal (t)	1,81 %	2,43%	1,05%	9,57%	5,77%	8,67%	0,75%	38,45%	8,53%	0,31%	2,76%	1,62%	18,28 %	100,0 0%
	Lenha (m³)	4,21 %	4,85%	3,96%	7,00%	6,79%	12,43%	4,38%	10,56%	14,80 %	3,46%	6,45%	7,48%	13,62 %	100,0 0%
AGRO IND. RURA L	Arroz Beneficiado (t)	0,61 %	5,51%	2,70%	0,28%	0,39%	34,81%	16,11%	0,60%	1,37%	0,03%	2,66%	0,02%	34,89 %	100,0 0%
	Rapadura e Aguardente (t)	14,38 %	3,37%	4,71%	22,02 %	0,11%	1,25%	0,00%	0,36%	1,34%	0,07%	33,43%	0,62%	18,34 %	100,0 0%
EMPRESAS	Extrativo Mineral	39,34 %	4,10%	6,56%	1,64%	5,74%	4,92%	1,64%	3,28%	18,85 %	0,00%	1,64%	0,82%	11,48 %	100,0 0%
	Indústria de Transformação	70,20 %	1,04%	2,15%	1,37%	1,08%	3,19%	3,47%	1,48%	3,15%	0,22%	1,40%	0,88%	10,37 %	100,0 0%
	Serviços Industriais de Utilidade Pública	46,83 %	2,38%	2,38%	5,56%	1,59%	11,11%	5,56%	7,14%	3,97%	1,59%	1,59%	3,17%	7,14 %	100,0 0%
	Construção Civil	78,05 %	0,40%	1,17%	0,77%	0,18%	1,97%	1,06%	1,50%	5,40%	0,22%	0,62%	0,40%	8,28 %	100,0 0%
	Comércio	62,83 %	1,35%	2,23%	2,22%	1,12%	4,51%	2,74%	2,93%	4,09%	0,49%	2,23%	1,98%	11,27 %	100,0 0%
	Serviços	77,81 %	0,88%	1,31%	1,29%	0,85%	2,14%	1,28%	1,49%	3,32%	0,24%	1,17%	0,99%	7,23 %	100,0 0%
	Administração Pública	24,71 %	5,13%	4,43%	7,46%	3,96%	8,16%	5,36%	6,99%	7,93%	1,63%	5,36%	5,36%	13,52 %	100,0 0%

Dados		01. RMF	02. MACIÇ O DE BATURI TÉ	03. LITOR AL LESTE	04. LITOR AL OEST E	05. LITOR AL NORT E	06. ALTO JAGUAR IBE	07. MÉDIO JAGUAR IBE	08. SERTÃO CENTR AL	09. SERTÃO NORT E	10. SERTÃO SUL	11. CHAPA DA DA IBIAPA BA	12. INHAM UNS	13. CARI RI	Total Globa I
	Agropecuária	41,19 %	2,92%	12,39 %	7,17%	6,08%	3,40%	6,32%	6,56%	4,01%	0,24%	3,40%	0,36%	5,95 %	100,0 0%
	Outros	0,00 %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%
EMPREGOS	Extrativo Mineral (nº)	44,53 %	5,60%	6,41%	5,22%	1,02%	5,49%	0,43%	2,48%	8,89%	0,00%	1,56%	0,05%	18,31 %	100,0 0%
	Indústria de Transformação (nº)	67,01 %	0,47%	4,62%	3,70%	0,80%	1,56%	2,86%	0,75%	10,63 %	0,03%	0,45%	0,11%	7,02 %	100,0 0%
	Serviços Industriais de Utilidade Pública (nº)	74,89 %	0,24%	0,22%	1,61%	0,52%	5,07%	1,63%	3,96%	4,76%	0,56%	0,62%	1,09%	4,82 %	100,0 0%
	Construção Civil (nº)	85,02 %	0,31%	0,65%	0,93%	0,13%	0,76%	4,38%	1,45%	0,98%	0,04%	0,16%	0,28%	4,92 %	100,0 0%
	Comércio (nº)	74,19 %	0,67%	1,42%	1,39%	0,73%	3,08%	1,94%	1,66%	3,21%	0,26%	1,25%	1,03%	9,15 %	100,0 0%
	Serviços (nº)	79,34 %	5,17%	0,91%	0,91%	1,07%	1,37%	0,91%	1,16%	2,62%	0,20%	0,72%	0,60%	5,02 %	100,0 0%
	Administração Pública (nº)	52,28 %	2,13%	2,64%	4,96%	2,22%	5,56%	2,83%	4,77%	5,36%	1,45%	3,37%	3,25%	9,16 %	100,0 0%
	Agropecuária (nº)	32,00 %	0,69%	26,77 %	5,78%	5,62%	0,85%	18,63%	2,19%	0,86%	0,06%	5,19%	0,01%	1,35 %	100,0 0%
	Outros (nº)	0,00 %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00 %	0,00%

ANEXO 6
TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO CEARENSE, POR REGIÃO E MUNICÍPIO
1992 - 2004

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
01. RMF	1 Aquiraz	1,60	2,64	1,87	1,81	(7,87)	(0,09)	(0,08)	(0,08)	8,25	0,98	0,50	0,68	1,42
	2 Caucaia	0,23	0,27	0,23	0,22	10,71	3,48	2,86	2,76	5,13	2,79	1,82	2,07	4,26
	3 Chorozinho	1,35	2,15	1,55	1,29	(5,53)	0,35	0,30	0,30	6,02	0,70	0,79	0,69	1,43
	4 Eusébio	1,56	2,44	1,77	1,69	(0,49)	1,45	1,21	1,19	(1,89)	1,09	0,68	0,81	1,68
	5 Fortaleza	1,66	2,58	1,86	1,82	(6,63)	0,59	0,50	0,49	5,92	1,03	0,64	0,76	1,59
	6 Guaiúba	(29,3 5)	0,44	0,22	0,22	23,66	3,48	2,85	2,76	2,08	3,40	2,46	2,60	5,33
	7 Horizonte	0,56	1,01	0,70	0,68	0,85	1,35	1,11	1,10	13,50	2,19	1,59	1,71	3,52
	8 Itaitinga	1,59	2,41	1,76	1,69	(6,22)	0,44	0,37	0,37	16,28	1,99	1,31	1,49	3,09
	9 Maracanaú	0,44	0,44	0,22	0,22	63,58	3,31	2,73	2,64	13,81	6,24	4,26	4,51	9,05
	10 Maranguape	1,72	2,28	1,76	1,69	(17,1 6)	(1,16)	(1,00)	(1,01)	14,20	(0,20)	(0,08)	(0,13)	(0,28)
	11 Pacajus	1,55	2,45	1,76	1,69	2,09	3,48	2,86	2,76	9,39	2,81	2,17	2,23	4,57
	12 Pacatuba	1,51	2,49	1,76	1,69	(2,37)	1,45	1,21	1,19	17,80	2,13	2,50	2,08	4,27
	13 São Gonçalo do Amarante	1,69	2,55	1,87	1,81	0,23	1,35	1,11	1,10	9,09	2,26	1,57	1,73	3,56
14 Acarape	0,67	1,00	0,74	0,73	4,12	1,42	1,18	1,16	3,97	1,48	1,40	1,30	2,71	
15 Aracoiaba	(14,4 4)	2,54	1,86	1,81	3,18	2,90	2,39	2,33	(0,40)	1,96	1,50	1,56	3,23	
16 Aratuba	0,06	0,45	0,23	0,22	2,64	0,59	0,50	0,49	9,29	1,63	1,11	1,24	2,58	
17 Barreira	1,64	2,59	1,86	3,96	(2,60)	1,35	1,11	1,10	10,23	1,99	1,53	1,59	3,29	

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
03. LITORAL OESTE/MUNICÍPIO DE BATURITÉ	18 Baturité	2,60	2,53	1,86	1,83	5,49	3,31	2,73	2,63	0,83	2,63	1,58	1,89	3,89
	19 Capistrano	1,36	2,14	1,55	1,29	7,68	2,77	2,29	2,22	(4,65)	1,82	1,29	1,41	2,92
	20 Guaramiranga	0,63	1,03	0,76	0,72	6,75	3,31	2,73	2,64	(3,82)	1,58	1,21	1,26	2,63
	21 Mulungu	0,24	0,26	0,22	0,22	8,43	3,48	2,85	2,76	(4,16)	1,58	1,11	1,22	2,53
	22 Ocara	0,69	0,97	0,74	0,72	(5,73)	(1,35)	(1,17)	(1,17)	9,65	0,22	0,34	0,27	0,55
	23 Pacoti	1,32	2,19	1,54	(6,68)	11,22	2,77	2,29	2,22	2,47	2,84	2,01	2,17	4,46
	24 Palmácia	0,79	0,88	0,75	0,72	4,26	1,41	1,19	1,16	13,59	2,55	1,86	1,98	4,07
	25 Redenção	0,49	1,03	0,68	0,66	2,86	1,45	1,21	1,19	(2,77)	0,71	0,65	0,62	1,30
03. LITORAL OESTE/MUNICÍPIO DE BATURITÉ	26 Aracati	(0,65)	(0,69)	(0,62)	(0,61)	11,80	2,77	2,29	2,23	(0,20)	1,75	9,34	1,28	(4,69)
	27 Beberibe	1,31	2,19	1,55	1,30	7,86	2,77	2,29	2,23	(6,56)	1,36	1,43	1,26	2,62
	28 Cascavel	1,99	(0,47)	0,68	0,66	5,51	1,45	1,21	1,19	(2,47)	0,93	0,55	0,87	1,81
	29 Fortim	0,17	0,39	0,26	0,25	(1,41)	(0,11)	(0,09)	(0,10)	2,41	0,17	(4,22)	0,19	7,12
	30 Icapuí	(0,74)	(0,61)	(0,63)	(0,60)	6,53	1,42	1,18	1,17	0,16	0,86	0,69	0,71	1,47
	31 Itaiçaba	0,55	0,16	0,33	0,32	3,12	1,42	1,19	1,17	4,55	1,38	1,10	1,13	2,34
	32 Jaguaruana	2,16	1,84	1,76	1,69	(4,77)	0,44	0,37	0,37	4,93	0,56	1,15	0,78	1,63
	33 Palhano	(0,13)	0,02	(0,05)	(0,05)	8,86	3,32	2,73	2,64	(8,56)	0,81	0,77	0,73	1,52
34 Pindoretama	(0,39)	(0,96)	(0,61)	(0,61)	(1,02)	(1,35)	(1,16)	(1,17)	3,63	1,23	(2,00)	(0,38)	(0,79)	
03. LITORAL OESTE/MUNICÍPIO DE BATURITÉ	35 Amontada	0,63	0,89	0,68	0,66	(6,15)	(1,17)	(1,00)	(1,00)	17,43	1,10	0,77	0,86	1,78
	36 Apuiarés	0,97	0,96	0,71	0,69	6,51	3,32	2,73	2,64	(10,14)	0,80	0,64	0,66	1,38
	37 General Sampaio	0,17	0,34	0,23	0,22	(3,07)	(0,74)	(0,63)	(0,63)	10,89	0,60	0,65	0,58	1,20
	38 Irauçuba	0,94	2,57	1,55	1,29	(0,21)	1,42	1,18	1,16	(2,16)	0,93	0,60	0,71	1,47

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
04. LITORAL OESTE	39 Itapajé	(0,38)	(0,61)	(0,45)	(0,44)	(0,57)	(1,16)	(1,00)	(1,01)	11,23	0,53	0,50	0,47	0,99
	40 Itapipoca	(0,52)	(0,83)	(0,62)	(0,61)	4,11	0,60	0,51	0,50	0,56	0,34	0,41	0,34	0,71
	41 Itarema	0,22	0,29	0,23	0,23	0,75	0,59	0,50	0,49	5,37	0,96	0,75	0,78	1,63
	42 Paracuru	(73,7 8)	(0,85)	(0,63)	(0,62)	2,18	(0,80)	(0,69)	(0,68)	8,10	0,62	0,43	0,48	1,01
	43 Paraipaba	(24,1 8)	0,97	0,70	0,68	0,17	0,44	0,37	0,37	(1,40)	0,30	0,30	0,27	0,58
	44 Pentecoste	0,62	0,89	0,68	0,66	(5,99)	(1,16)	1,58	(0,97)	3,20	(0,62)	(0,05)	(0,31)	(0,66)
	45 São Luís do Curu	0,59	1,08	0,75	0,72	(0,24)	0,35	0,30	0,30	2,16	0,68	0,53	0,56	1,17
	46 Tejuçuoca	0,21	0,28	0,23	0,22	2,86	1,45	1,21	1,19	(8,32)	(0,17)	(0,06)	(0,11)	(0,23)
	47 Trairi	1,60	2,08	1,63	1,56	(11,3 2)	(1,35)	(1,16)	(1,16)	16,18	0,67	0,57	0,58	1,18
	48 Tururu	0,67	0,99	0,76	0,71	9,62	3,31	2,72	2,64	(3,94)	1,81	1,42	1,46	3,04
	49 Umirim	(0,59)	(0,75)	(0,64)	(0,60)	16,65	3,32	2,71	2,64	3,37	2,43	2,11	2,04	4,20
	50 Uruburetama	1,29	2,22	1,55	1,30	(5,13)	0,44	0,37	0,37	10,16	1,22	1,12	1,07	2,22

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
51	Acaraú	(0,27)	(0,72)	(0,45)	(0,44)	(0,98)	(1,16)	(1,00)	(1,00)	13,13	1,22	0,07	0,59	1,23
52	Barroquinha	(0,65)	(0,34)	(0,45)	(0,44)	2,03	0,44	0,37	0,37	1,59	1,40	(0,79)	0,28	0,57
53	Bela Cruz	0,20	0,52	0,33	0,31	9,72	3,32	2,72	2,65	(12,7 0)	0,58	0,57	0,52	1,10
54	Camocim	1,69	2,55	1,86	1,82	4,17	2,90	2,39	2,33	0,75	2,16	1,65	1,72	3,55

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
06. ALTO JACUAREMBAL NORTE	55 Chaval	0,27	0,22	0,23	0,22	(0,22)	0,44	0,37	0,37	1,32	0,45	0,21	0,31	0,64
	56 Cruz	1,68	2,55	1,86	1,82	(4,47)	0,59	0,50	0,49	8,74	1,28	1,31	1,18	2,45
	57 Granja	(0,13)	1,65	0,68	0,66	0,05	0,44	0,37	0,37	5,44	0,81	1,06	0,86	1,78
	58 Jijoca de Jericoacoara	(0,37)	(0,62)	(0,45)	(0,44)	11,87	3,48	2,86	2,76	0,53	2,10	1,48	1,62	3,34
	59 Marco	0,50	1,08	0,70	0,68	2,46	1,35	1,11	1,10	5,74	1,37	1,45	1,28	2,66
06. ALTO JACUAREMBAL NORTE	60 Acopiara	0,20	0,30	0,22	0,22	9,32	3,48	2,86	2,76	(4,51)	1,68	1,08	1,26	2,61
	61 Cariús	0,67	0,98	0,75	0,72	(0,31)	0,59	0,51	0,51	6,82	1,34	0,84	1,00	2,07
	62 Catarina	0,29	0,27	0,26	0,25	(4,15)	(1,35)	(1,16)	(1,16)	9,54	0,10	0,36	0,22	0,45
	63 Cedro	(0,31)	0,81	0,22	0,22	3,37	1,45	1,21	1,19	1,66	1,35	0,59	0,89	1,85
	64 Deputado Irapuan Pinheiro	(0,60)	(0,75)	(0,62)	(0,61)	1,00	(1,35)	(1,17)	(1,17)	11,61	0,69	0,48	0,53	1,11
	65 Ererê	1,30	2,39	1,63	1,56	1,95	2,09	1,54	1,67	6,26	2,09	1,70	1,71	3,53
	66 Icó	0,20	0,31	0,23	0,23	(0,36)	0,59	0,50	0,49	(0,72)	(0,19)	0,49	0,14	0,30
	67 Iguatu	0,17	0,34	0,23	0,22	2,30	0,59	0,50	0,49	8,75	1,50	1,09	(3,85)	2,45
	68 Jaguaribe	1,68	2,32	1,76	1,69	(7,30)	(0,05)	(0,05)	(0,04)	11,84	1,35	0,80	8,92	2,07
	69 Jucás	0,51	(0,02)	0,22	0,22	0,12	0,59	0,50	0,49	8,59	(0,05)	2,22	0,98	2,05
	70 Milhã	1,37	0,18	0,70	0,67	(3,31)	(0,11)	(0,10)	(0,09)	7,16	0,75	0,50	0,58	1,20
	71 Mombaça	0,62	1,05	0,73	0,73	(6,04)	(1,35)	(1,17)	(1,17)	16,74	0,98	0,75	0,80	1,67
	72 Orós	0,53	1,02	0,70	0,68	(2,06)	0,35	0,30	0,30	2,35	0,48	0,37	0,39	0,82
	73 Pereiro	0,66	1,00	0,75	0,73	(1,11)	0,60	0,50	0,51	8,15	0,79	1,48	1,04	2,15
	74 Piquet Carneiro	1,13	2,38	1,55	1,29	(7,61)	(0,80)	(0,69)	(0,68)	14,37	1,03	0,90	0,88	1,84
75 Quixelô	(0,53)	(0,85)	(0,64)	(0,62)	8,66	1,41	1,19	1,17	(0,44)	0,98	0,82	0,82	1,71	

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	76 Saboeiro	0,23	0,28	0,23	0,22	4,00	1,35	1,11	1,10	2,23	1,11	1,00	0,96	2,00
	77 Senador Pompeu	(0,43)	(0,95)	(0,64)	(0,62)	(1,12)	(0,74)	(0,63)	(0,63)	1,38	(0,63)	(0,31)	(0,45)	(0,94)
	78 Solonópole	(0,53)	(0,45)	(0,45)	(0,44)	1,37	(1,16)	(1,00)	(1,01)	8,94	0,61	0,38	0,46	0,96
	79 Tarrafas	1,29	2,22	1,55	1,30	(1,59)	1,42	1,18	1,16	19,74	2,86	1,98	2,16	4,45
	80 Umari	0,17	0,33	0,23	0,22	0,67	0,44	0,37	0,37	2,05	0,59	0,40	0,46	0,95
07. MÉDIO JAGUARIBE	81 Alto Santo	(5,79)	(0,82)	(0,63)	(0,54)	1,76	(1,35)	(1,16)	(1,16)	9,69	0,60	0,37	0,45	0,93
	82 Iracema	(0,67)	(0,69)	(0,61)	(0,60)	(2,25)	(1,35)	(1,16)	(1,17)	6,65	(0,30)	(0,14)	(0,22)	(0,43)
	83 Jaguaribara	0,62	0,95	0,70	0,68	(6,36)	(0,74)	(0,63)	(0,63)	9,38	0,36	0,33	0,32	0,67
	84 Limoeiro do Norte	0,57	1,00	0,70	0,68	0,40	0,59	0,50	0,49	7,74	1,59	0,85	1,11	2,30
	85 Morada Nova	0,57	1,00	0,70	0,68	(1,58)	0,59	0,50	0,49	5,29	0,92	0,59	0,75	1,55
	86 Potiretama	0,22	0,27	0,22	0,22	(2,70)	(1,16)	(1,00)	(1,01)	12,74	0,74	0,68	0,65	1,36
	87 Quixeré	0,37	0,19	0,26	0,25	(0,33)	0,36	0,30	0,30	6,59	0,79	2,51	0,74	1,53
	88 Russas	161,4 6	(0,81)	(0,64)	(0,62)	(0,91)	(0,74)	(0,63)	(0,63)	6,71	0,07	0,13	0,09	0,19
	89 São João do Jaguaribe	0,53	0,98	0,68	0,66	(5,79)	(1,16)	(1,00)	(1,01)	6,56	(0,40)	0,41	0,00	0,01
	90 Tabuleiro do Norte	0,16	0,40	0,26	0,24	(7,23)	(0,80)	(0,68)	(0,68)	12,20	(0,16)	0,76	0,27	0,58
	91 Banabuiú	(0,71)	(0,67)	(0,63)	(0,62)	0,08	(0,80)	(0,68)	(0,68)	5,12	0,03	0,02	0,02	0,05
	92 Boa Viagem	0,20	0,36	0,25	0,25	(4,92)	(0,80)	(0,68)	(0,69)	5,79	(0,08)	(0,03)	(0,06)	(0,11)
	93 Canindé	(0,64)	(0,74)	(0,64)	(0,62)	8,55	1,41	1,18	1,16	(4,36)	0,44	0,55	0,46	0,95
	94 Caridade	(0,40)	(0,59)	(0,45)	(0,44)	(3,59)	(1,16)	(1,00)	(1,01)	11,69	0,28	(0,44)	0,22	0,47
	95 Choró	2,24	(0,82)	(0,62)	(0,66)	2,21	(0,11)	(0,09)	(0,09)	4,66	0,43	0,87	0,36	0,76

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
08. SERTÃO CENTRAL	96	Ibaretama	1,27	2,42	1,63	1,56	(27,2 1)	(1,35)	(1,17)	(1,17)	21,34	(0,73)	(1,33)	(0,98)	(2,07)
	97	Ibicuitinga	(0,52)	(0,83)	(0,62)	(0,62)	(1,35)	(1,34)	(1,16)	(1,18)	1,65	(0,55)	(0,76)	(0,61)	(1,30)
	98	Itapiúna	(0,15)	0,71	0,26	0,25	(2,35)	(0,80)	(0,68)	(0,69)	17,13	1,41	1,01	1,11	2,29
	99	Itatira	(0,58)	(0,80)	(0,64)	(0,62)	(1,19)	(0,80)	(0,68)	(0,68)	(0,32)	(0,90)	(0,48)	(0,65)	(1,37)
	100	Jaguaretama	(0,53)	(0,82)	(0,62)	(0,61)	5,36	0,61	0,50	0,50	8,42	1,39	1,04	1,11	2,29
	101	Madalena	1,62	2,61	1,87	1,82	(0,02)	1,35	1,11	1,10	6,22	1,87	1,46	1,51	3,12
	102	Paramoti	844,7 1	0,99	0,71	0,68	(0,41)	0,59	0,50	0,49	4,91	1,04	0,75	0,82	1,70
	103	Pedra Branca	(0,52)	(0,83)	(0,61)	(0,62)	3,19	0,60	0,51	0,49	(2,40)	(0,36)	0,31	(0,03)	(0,05)
	104	Quixadá	0,57	0,99	0,70	0,68	7,49	2,77	2,29	2,22	2,73	2,19	1,60	1,71	3,52
	105	Quixeramobim	1,70	2,54	1,87	1,82	3,07	2,90	2,39	2,33	2,42	2,25	1,67	1,76	3,63

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
09. SERTÃO NORTE	106	Alcântaras	(0,75)	(0,60)	(0,62)	(0,61)	7,04	1,41	1,19	1,17	(0,37)	0,75	0,78	0,71	1,46
	107	Cariré	0,67	0,84	0,68	0,66	3,34	1,45	1,21	1,19	(2,29)	0,90	0,64	0,71	1,47
	108	Catunda	(0,53)	(0,85)	(0,64)	(0,62)	8,03	1,42	1,18	1,16	3,10	1,40	0,94	1,06	2,22
	109	Coreaú	0,22	0,29	0,23	0,22	(1,30)	(0,09)	(0,08)	(0,08)	5,60	0,54	0,45	0,46	0,96
	110	Forquilha	(0,09)	0,60	0,23	0,22	5,44	1,35	0,74	1,10	2,44	1,34	1,00	1,07	2,21
	111	Groaíras	(0,23)	0,80	0,25	0,25	9,83	2,77	2,29	2,23	5,23	2,43	1,80	1,91	3,92

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
	112	Hidrolândia	0,21	0,21	0,23	0,22	5,22	1,42	1,18	1,17	1,01	1,20	0,94	0,98	2,04
	113	Martinópolis	(0,55)	(0,83)	(0,63)	(0,63)	(0,93)	(1,35)	(1,16)	(1,17)	20,06	1,99	0,20	1,00	2,07
	114	Massapê	(0,58)	(0,77)	(0,61)	(0,60)	5,93	0,60	0,52	0,50	4,60	1,01	0,85	0,85	1,76
	115	Meruoca	(0,65)	(0,73)	(0,63)	(0,63)	12,96	2,77	2,28	2,23	7,11	2,43	0,80	1,96	4,05
	116	Miraíma	(1,01)	(0,37)	(0,63)	(0,63)	6,96	1,41	1,18	1,16	3,75	1,25	1,02	1,04	2,15
	117	Moraújo	0,03	0,46	0,23	0,22	(2,46)	(1,16)	(1,00)	(1,01)	7,50	0,41	0,10	0,24	0,50
	118	Morrinhos	0,51	1,05	0,69	0,68	7,00	2,77	2,30	2,22	(0,83)	1,72	1,38	1,40	2,91
	119	Pires Ferreira	0,72	0,95	0,74	0,72	4,54	1,41	1,18	1,17	(6,21)	0,57	0,43	0,46	0,96
	120	Reritiba	0,51	1,06	0,71	0,68	(5,35)	(0,74)	(0,63)	(0,63)	9,89	0,53	0,47	0,46	0,96
	121	Santa Quitéria	(14,6 6)	0,21	0,23	0,22	3,86	1,35	1,11	1,10	4,33	1,20	1,26	1,12	2,33
	122	Santana do Acaraú	0,64	0,93	0,70	0,68	(6,85)	(0,74)	(0,63)	(0,63)	6,59	(0,57)	0,47	0,02	0,05
	123	Senador Sá	(0,45)	(0,90)	(0,61)	(0,62)	9,30	1,42	1,18	1,17	0,34	1,21	0,85	0,94	1,96
	124	Sobral	0,38	0,35	0,32	0,31	16,41	2,77	2,29	2,23	3,92	2,96	2,05	2,25	4,59
	125	Uruoca	(0,34)	(0,64)	(0,45)	(0,45)	4,64	0,44	0,37	0,37	0,97	0,74	0,24	0,45	0,94
	126	Varjota	(0,98)	(0,98)	(0,64)	(0,61)	3,95	0,60	0,51	0,50	1,78	0,61	0,33	0,43	0,90
	10. SERTÃO SUL	127	Aiuaba	1,01	2,67	1,63	1,56	(0,27)	1,41	1,19	1,16	3,92	1,46	1,30	1,26
128		Arneiroz	0,52	(0,02)	0,23	0,22	7,23	1,45	1,21	1,19	1,14	1,45	1,08	1,15	2,39
129		Parambu	0,59	0,97	0,70	0,67	5,72	2,77	2,29	2,23	(1,93)	1,64	1,04	1,22	2,53
130		Quiterianópolis	1,53	2,16	1,63	1,55	(18,7 5)	(1,34)	(1,17)	(1,17)	4,33	(1,77)	(1,28)	(1,44)	(3,10)
131		Tauá	0,13	0,38	0,23	0,22	5,20	1,35	1,11	1,10	6,15	1,73	1,28	1,37	2,83

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
11. CHAPADA DA IBIAPABA	132 Carnaubal	0,69	0,97	0,74	0,73	0,22	0,60	0,51	0,50	2,98	0,87	0,71	0,73	1,52
	133 Frecheirinha	0,23	0,26	0,22	0,22	(6,43)	(0,80)	(0,68)	(0,68)	6,91	(0,22)	(0,03)	(0,12)	(0,24)
	134 Graça	0,20	0,36	0,26	0,24	(2,02)	(0,80)	(0,68)	(0,68)	17,68	1,53	1,04	1,17	2,43
	135 Guaraciaba do Norte	0,62	0,95	0,71	0,68	8,59	2,90	2,39	2,33	1,29	2,08	1,70	1,70	3,52
	136 Ibiapina	(0,50)	(0,86)	(0,61)	(0,62)	16,41	3,32	2,71	2,64	7,98	3,10	2,10	2,33	4,77
	137 Ipu	0,27	0,23	0,22	0,22	6,87	1,45	1,22	1,19	11,38	2,25	1,89	1,87	3,84
	138 Mucambo	0,03	(0,13)	(0,05)	(0,05)	3,30	0,60	0,51	0,50	3,62	0,98	0,67	0,75	1,58
	139 Pacujá	(0,61)	(0,74)	(0,63)	(0,61)	8,00	1,42	1,18	1,17	3,95	1,43	1,07	1,14	2,36
	140 São Benedito	(57,1 0)	(0,69)	(0,63)	(0,60)	9,44	1,42	1,18	1,17	1,47	0,91	1,39	1,04	2,18
	141 Tianguá	22,18	1,03	0,70	0,67	5,25	1,41	1,18	1,16	9,72	2,29	1,67	1,78	3,67
	142 Ubajara	0,18	0,33	0,23	0,22	(11,9 4)	(1,16)	(1,00)	(1,01)	17,37	(0,25)	0,48	0,10	0,22
143 Viçosa do Ceará	(0,86)	(0,49)	(0,62)	(0,61)	13,29	3,32	2,72	2,64	(24,1 2)	(1,20)	(0,82)	(0,96)	(2,03)	
12. INHAMUNS	144 Ararendá	0,21	0,35	0,25	0,25	15,01	3,48	2,86	2,76	(3,53)	2,20	1,65	1,73	3,58
	145 Crateús	(18,3 0)	(0,99)	(0,63)	(0,63)	0,18	(0,73)	(0,63)	(0,63)	9,49	0,50	0,44	0,43	0,91
	146 Croatá	(0,38)	(0,60)	(0,45)	(0,44)	15,82	3,48	2,86	2,77	(6,12)	1,74	1,25	1,36	2,81
	147 Independência	1,51	2,17	1,63	1,57	(3,14)	0,60	0,51	0,50	2,85	0,91	0,71	0,74	1,55
	148 Ipaporanga	(0,19)	1,88	0,74	0,72	3,24	1,42	1,18	1,17	(2,04)	0,43	1,17	0,74	1,55
	149 Ipueiras	1,21	1,93	1,39	1,34	2,54	1,99	1,66	1,62	6,35	2,08	1,65	1,68	3,48
	150 Monsenhor Tabosa	0,38	1,17	0,70	0,68	(7,15)	(0,80)	(0,69)	(0,68)	22,42	1,58	1,07	1,20	2,50

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	151 Nova Russas	0,55	1,01	0,70	0,68	(3,35)	(0,11)	(0,09)	(0,09)	14,02	1,41	1,01	1,11	2,29
	152 Novo Oriente	0,65	0,90	0,70	0,67	10,25	2,77	2,29	2,23	(0,28)	2,23	1,49	1,67	3,46
	153 Poranga	(0,58)	(0,77)	(0,62)	(0,61)	1,57	(1,35)	(1,15)	(1,18)	17,77	1,30	1,00	1,05	2,17
	154 Tamboril	0,65	0,90	0,70	0,68	2,86	1,42	1,18	1,16	12,08	2,35	1,58	1,77	3,65
13. CARIRI	155 Abaiara	(0,54)	(0,84)	(0,64)	(0,62)	6,91	1,42	1,18	1,16	1,15	0,89	0,90	0,82	1,71
	156 Altaneira	0,16	0,55	0,32	0,32	(4,81)	(1,35)	(1,17)	(1,17)	9,74	0,28	0,15	0,20	0,40
	157 Antonina do Norte	0,23	0,26	0,22	0,22	1,93	0,59	0,50	0,49	2,74	0,72	0,73	0,66	1,38
	158 Araripe	(0,54)	(0,84)	(0,63)	(0,62)	4,84	0,44	(3,28)	0,37	6,31	0,87	1,00	0,86	1,78
	159 Assaré	0,58	0,99	0,71	0,68	(4,95)	(0,73)	(0,63)	(0,63)	5,45	0,12	0,13	0,12	0,24
	160 Aurora	1,35	2,15	1,55	1,30	1,94	1,41	1,19	1,16	(0,82)	1,36	0,85	1,00	2,09
	161 Baixio	0,27	0,45	0,33	0,32	10,60	3,32	2,72	2,64	(0,17)	1,98	1,77	1,69	3,49
	162 Barbalha	(0,74)	(0,64)	(0,64)	(0,62)	2,71	0,35	0,30	0,29	2,12	0,17	0,47	0,30	0,62
	163 Barro	1,32	2,92	1,86	1,82	(2,44)	1,35	1,11	1,10	5,74	1,42	1,40	1,28	2,65
	164 Brejo Santo	1,76	2,24	1,76	1,69	(3,07)	1,45	1,21	1,19	2,01	1,12	0,88	0,92	1,91
	165 Campos Sales	0,64	0,93	0,70	0,68	(3,99)	(0,73)	(0,63)	(0,63)	12,97	0,94	0,88	0,83	1,73
	166 Caririçu	(70,9 9)	(0,49)	(0,63)	(0,62)	7,35	1,42	1,18	1,16	6,48	1,58	1,23	1,28	2,65
	167 Crato	0,60	3,10	1,64	1,55	(0,11)	1,42	1,18	1,17	1,73	1,22	1,17	1,09	2,27
	168 Farias Brito	1,80	2,44	1,87	1,81	(4,72)	0,59	0,50	0,49	3,85	0,93	0,75	0,77	1,60
	169 Granjeiro	1,72	2,51	1,86	1,82	3,47	2,90	2,39	2,32	9,38	2,88	2,15	2,25	4,62
	170 Ipaumirim	0,51	1,00	0,68	0,66	8,80	3,48	2,86	2,77	(5,32)	1,31	1,56	1,30	2,70
171 Jardim	1,03	0,54	0,71	0,68	2,50	1,35	1,11	1,10	1,64	1,09	1,01	0,96	2,00	
172 Jati	1,49	2,75	1,86	1,82	4,40	2,90	2,39	2,33	7,28	3,07	1,80	2,18	4,48	

Região / Município		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
173	Juazeiro do Norte	2,79	4,39	3,09	2,93	11,26	5,25	4,24	4,04	4,92	4,08	2,97	3,11	6,32
174	Lavras da Mangabeira	0,71	(0,15)	0,25	0,25	2,39	0,36	0,29	0,30	15,60	2,13	1,45	1,62	3,35
175	Mauriti	1,46	2,54	1,76	1,69	23,81	3,48	2,86	2,76	5,86	4,34	2,94	3,20	6,51
176	Milagres	1,55	2,83	1,93	1,84	2,52	2,50	2,07	2,02	2,08	1,97	1,66	1,64	3,39
177	Missão Velha	1,46	2,54	1,76	1,69	(9,77)	(1,16)	(1,00)	(1,01)	20,33	1,43	1,02	1,11	2,31
178	Nova Olinda	1,46	2,54	1,77	1,69	28,95	3,48	2,86	2,76	21,71	5,63	3,81	4,09	8,24
179	Penaforte	2,86	2,78	1,87	1,82	4,86	3,48	2,86	2,77	3,19	2,68	1,87	2,04	4,20
180	Porteiras	4,94	7,58	5,19	4,81	(18,16)	0,45	0,38	0,38	10,93	(1,66)	4,38	1,20	2,48
181	Potengi	1,55	2,68	1,86	1,82	5,82	2,90	2,39	2,33	(0,39)	1,82	2,06	1,75	3,61
182	Salitre	1,57	2,67	1,86	1,81	7,80	2,90	2,39	2,33	10,25	2,81	2,97	2,57	5,26
183	Santana do Cariri	(37,05)	2,79	1,86	1,81	8,00	2,90	2,39	2,33	9,99	3,67	2,11	2,57	5,25
184	Várzea Alegre	1,60	2,40	1,77	1,69	3,67	2,90	2,40	2,33	1,04	1,95	1,75	1,67	3,45
	TOTAL	0,00	1,81	1,27	1,22	1,42	1,62	1,35	1,33	4,56	1,57	1,42	1,36	2,81

ANEXO 7
CRESCIMENTO DO PIB DO CEARÁ, POR REGIÃO E MUNICÍPIO
1980 - 2004

REGIÕES/MUNICÍPIOS	PIB TOTAL 2004 (em R\$ milhões)	Tx de Crescimento Acumulda (%) - 2000-2004	PIB Per Capita 2004 (em R\$)
Região Metropolitana de Fortaleza	16.878,75		5.140,43
Fortaleza	11.244,65	20,09	4.821,00
Aquiraz	338,20	43,12	4.993,00
Caucaia	796,44	46,51	2.706,00
Chorozinho	35,10	39,99	1.724,00
Eusébio	596,77	189,13	16.047,00
Guaiúba	31,72	21,44	1.505,00
Horizonte	509,63	136,77	12.208,00
Itaitinga	54,86	29,20	1.688,00
Maracanaú	2.246,82	76,15	11.744,00
Maranguape	395,79	96,08	4.099,00
Pacajus	335,37	47,32	6.659,00
Pacatuba	213,10	69,01	3.607,00
São Gonçalo do Amarante	80,30	10,35	2.067,00
Região Maciço de Baturité	343,52		1.691,5 2
Baturité	52,05	25,92	1.672,00
Acarape	27,86	-17,86	1.944,00
Aracoiaba	32,96	25,86	1.326,00
Aratuba	20,68	19,22	1.558,00
Barreira	29,06	37,20	1.598,00
Capistrano	22,59	10,45	1.386,00
Guaramiranga	13,34	5,54	2.250,00
Mulungu	16,62	13,34	1.761,00
Ocara	31,94	26,03	1.421,00
Pacoti	21,44	16,79	1.888,00
Palmácia	15,09	12,06	1.561,00
Redenção	59,89	10,43	2.291,00
Litoral Leste	864,48		3.225,8 5
Aracati	222,25	69,25	3.348,00
Beberibe	91,65	29,24	2.028,00
Cascavel	321,45	104,42	5.178,00
Fortim	36,71	23,47	2.757,00
Icapuí	48,50	16,79	2.807,00
Itaiçaba	13,49	16,29	1.919,00
Jaguaruana	78,46	49,63	2.476,00
Palhano	12,80	34,92	1.546,00
Pindoretama	39,17	29,89	2.340,00

REGIÕES/MUNICÍPIOS	PIB TOTAL 2004 (em R\$ milhões)	Tx de Crescimento Acumulda (%) - 2000-2004	PIB Per Capita 2004 (em R\$)
Litoral Oeste	980,58		2.077,1 2
Itapipoca	226,35	43,30	2.194,00
Amontada	52,85	30,39	1.467,00
Apuiarés	17,52	15,69	1.244,00
General Sampaio	10,49	64,89	2.328,00
Irauçuba	28,88	17,71	1.389,00
Itapajé	167,88	109,13	3.738,00
Itarema	48,27	6,69	1.471,00
Paracuru	88,87	13,47	2.874,00
Paraipaba	64,97	40,41	2.290,00
Pentecoste	58,21	47,47	1.776,00
São Luís do Curu	20,76	33,04	1.736,00
Tejuçuoca	17,30	18,21	1.202,00
Trairi	66,02	16,00	1.355,00
Tururu	15,69	26,13	1.274,00
Umirim	20,86	25,10	1.135,00
Uruburetama	75,66	148,28	4.216,00
Litoral Norte	472,21		1.712,8 1
Camocim	129,92	23,08	2.251,00
Acaraú	89,95	23,24	1.773,00
Barroquinha	23,52	12,53	1.630,00
Bela Cruz	45,67	33,63	1.544,00
Chaval	16,79	26,20	1.293,00
Cruz	34,59	18,88	1.527,00
Granja	67,62	27,08	1.299,00
Jijoca de Jericoacoara	20,16	22,54	1.321,00
Marco	43,99	41,65	2.169,00
Alto Jaguaribe	1.056,23		1.975,9 7
Iguatu	294,34	43,04	3.244,00
Acopiara	74,62	16,68	1.620,00
Cariús	25,77	15,54	1.364,00
Catarina	18,59	16,44	1.069,00
Cedro	38,34	14,53	1.556,00
Deputado Irapuan Pinheiro	17,67	51,54	2.059,00
Ererê	8,52	-5,56	1.367,00
Icó	101,89	21,87	1.603,00
Jaguaribe	78,06	28,43	2.143,00
Jucás	39,23	24,29	1.675,00
Milha	19,10	12,79	1.387,00
Mombaça	62,64	21,36	1.513,00
Orós	81,74	155,57	3.711,00
Pereiro	20,57	12,19	1.331,00

Piquet Carneiro	20,89	15,93	1.589,00
Quixelô	27,25	18,97	1.752,00
Saboeiro	24,47	34,99	1.473,00
Senador Pompeu	49,95	40,56	1.825,00
Solonópole	31,12	11,61	1.797,00
Tarrafas	10,61	18,70	1.213,00
Umari	10,86	16,57	1.509,00

REGIÕES/MUNICÍPIOS	PIB TOTAL 2004 (em R\$ milhões)	Tx de Crescimento Acumulada (%) - 2000-2004	PIB Per Capita 2004 (em R\$)
Médio Jaguaribe	717,48		2.532,4 7
Limoeiro do Norte	152,66	59,94	2.844,00
Alto Santo	28,79	-14,42	1.765,00
Iracema	25,08	17,78	1.973,00
Jaguaribara	25,02	-35,17	2.705,00
Morada Nova	144,93	21,12	2.156,00
Potiretama	9,09	1,96	1.577,00
Quixeré	70,54	140,08	3.827,00
Russas	188,78	50,03	3.004,00
São João do Jaguaribe	20,64	48,07	2.300,00
Tabuleiro do Norte	51,95	20,91	1.847,00
Sertão Central	847,16		1.883,7 9
Quixadá	161,90	23,87	2.192,00
Banabuiú	39,76	71,25	2.325,00
Boa Viagem	81,47	29,39	1.581,00
Canindé	148,34	-0,22	2.016,00
Caridade	30,70	-1,44	1.782,00
Choro	18,69	40,84	1.480,00
Ibaretama	19,05	19,33	1.439,00
Ibicuitinga	13,57	9,10	1.376,00
Itapiúna	21,24	11,20	1.191,00
Itatira	19,32	9,95	1.177,00
Jaguaretama	33,96	15,02	1.861,00
Madalena	25,07	20,48	1.568,00
Paramoti	16,58	12,50	1.475,00
Pedra Branca	56,53	22,02	1.354,00
Quixeramobim	160,98	45,45	2.719,00
Sertão Norte	1.784,46		3.519,3 1
Sobral	1.235,32	86,82	7.287,00
Alcântaras	11,51	28,08	1.148,00
Cariré	26,64	25,62	1.397,00
Catunda	14,53	12,64	1.530,00
Coreaú	27,85	23,69	1.312,00

Forquilha	56,66	121,88	3.040,00
Groaíras	13,67	18,64	1.505,00
Hidrolândia	26,78	24,83	1.523,00
Martinópole	12,30	22,36	1.267,00
Massapé	50,25	34,10	1.542,00
Meruoca	18,59	15,73	1.576,00
Miraíma	16,32	10,32	1.347,00
Moraújo	16,16	109,64	2.172,00
Morrinhos	27,27	26,05	1.386,00
Pires Ferreira	11,84	22,26	1.441,00
Reriutaba	30,30	19,97	1.304,00
Santa Quitéria	80,67	6,03	1.861,00
Santana do Acaraú	43,79	41,16	1.557,00
Senador Sá	9,33	46,29	1.602,00
Uruoca	15,33	18,33	1.264,00
Varjota	39,35	88,99	2.162,00

REGIÕES/MUNICÍPIOS	PIB TOTAL 2004 (em R\$ milhões)	Tx de Crescimento Acumulada (%) - 2000-2004	PIB Per Capita 2004 (em R\$)
Sertão Sul	187,17		1.467,0 1
Tauá	87,31	18,48	1.671,00
Aiuaba	18,61	12,88	1.234,00
Arneiroz	10,96	19,67	1.439,00
Parambu	44,92	15,52	1.343,00
Quiterianópolis	25,37	18,20	1.322,00
Chapada da Ibiapaba	616,28		1.761,2 0
Tianguá	149,16	38,89	2.285,00
Carnaubal	19,29	18,23	1.201,00
Frecheirinha	28,45	22,01	2.201,00
Graça	19,69	27,51	1.309,00
Guaraciaba do Norte	61,45	27,20	1.640,00
Ibiapina	44,13	17,50	1.898,00
Ipu	62,41	28,93	1.529,00
Mucambo	23,07	31,19	1.562,00
Pacujá	8,72	30,28	1.457,00
São Benedito	68,90	24,32	1.659,00
Ubajara	64,69	32,37	2.230,00
Viçosa do Ceará	66,32	28,24	1.388,00
Inhamuns	473,61		1.647,7 7
Crateús	139,17	26,26	1.904,00
Ararendá	15,60	5,52	1.506,00
Croata	23,79	23,98	1.427,00

Independência	44,56	25,36	1.721,00
Ipaporanga	16,16	14,53	1.412,00
Ipueiras	59,14	20,33	1.485,00
Monsenhor Tabosa	23,37	15,43	1.394,00
Nova Russas	51,37	22,77	1.725,00
Novo Oriente	42,70	8,81	1.662,00
Poranga	15,43	15,11	1.277,00
Tamboril	42,32	37,87	1.639,00
Cariri	1.849,04		1.978,55
Juazeiro do Norte	585,84	34,65	2.526,00
Abaiara	12,07	4,41	1.397,00
Altaneira	7,68	17,15	1.251,00
Antonina do Norte	10,48	18,21	1.448,00
Araripe	27,28	31,86	1.316,00
Assaré	33,27	17,22	1.545,00
Aurora	35,93	5,12	1.405,00
Baixio	8,08	15,93	1.374,00
Barbalha	128,71	17,59	2.502,00
Barro	31,54	10,74	1.551,00
Brejo Santo	77,19	24,26	1.886,00
Campos Sales	41,31	24,07	1.545,00
Caririaçu	35,46	17,23	1.266,00
Crato	304,84	21,18	2.724,00
Farias Brito	28,59	24,54	1.318,00
Granjeiro	6,84	11,51	1.226,00

REGIÕES/MUNICÍPIOS	PIB TOTAL 2004 (em R\$ milhões)	Tx de Crescimento Acumulada (%) - 2000-2004	PIB Per Capita 2004 (em R\$)
Ipaumirim	19,36	20,25	1.659,00
Jardim	39,35	31,59	1.422,00
Jati	10,67	9,08	1.428,00
Lavras da Mangabeira	49,07	17,97	1.561,00
Mauriti	75,13	13,16	1.753,00
Milagres	49,11	1,25	1.604,00
Missão Velha	47,69	13,02	1.390,00
Nova Olinda	22,79	31,24	1.831,00
Penaforte	12,82	11,57	1.753,00
Porteiras	24,34	15,79	1.523,00
Potengi	12,62	20,11	1.308,00
Salitre	21,90	54,44	1.502,00
Santana do Cariri	33,51	3,10	1.905,00
Várzea Alegre	55,57	12,07	1.516,00

